

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/06/2012 a 30/06/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

A carta roubada. Marina Silva – Folha de São Paulo. 01/06/2012.....	7
Novo Código Florestal traz avanço para pequenos produtores – Site da CNA. 01/06/2012.....	8
Caminhos para o Rio. Wilhelm Meier – Valor Econômico; Opinião. 01/06/2012.....	9
Governo pede que base aliada evite emendas ao Código Florestal. Fernando Exman e Yvna Souza - Valor Econômico; Política. 01/06/2012	11
Das redes para as ruas, a força do consumo colaborativo – O Globo; Arquivo Pessoal. 01/06/2012.....	11
OIT estima 60 milhões de empregos verdes. Elaine Oliveira - O Globo, 01/06/2012.....	12
Código Florestal: governo tenta facilitar trâmite. Luiza Damé, Isabel Braga e Maria Lima - O Globo. 01/06/2012	12
Dilma prepara o seu 1º pacote ambiental para a próxima terça. Kely Matos e Natuza Nery - Folha de São Paulo; Ciência e Saúde. 02/06/2012.....	14
Novo Código Florestal e o setor produtivo. Reinhold Stephanes – Folha de São Paulo, Opinião. 03/06/2012	15
Morre o maior lixão da América Latina. <i>Letícia Verdi</i> – Site do MMA. 03/06/2012.....	16
Movimentos do campo destacam vetos ao Código Florestal como derrota para latifúndio. Vinicius Mansur – Site da Agência Carta Maior. 01/06/2012.....	18
Pequeno agricultor teme nova lei ambiental. Felipe Bachtold – Folha de São Paulo, Poder. 04/06/2012.....	19
Bolsa Verde une sustentabilidade e combate à pobreza - Site do MDS. 05/06/2012.....	20
MP do Código Florestal soma mais de 620 emendas. Raquel Ulhôa – Valor Econômico. 05/06/2012.....	21
Reserva natural. Sergio Adeodato. Valor Econômico. 05/06/2012	22
Recuperação substitui desmatamento. Paulo Vasconcellos – Valor Econômico. 05/06/2012.....	24
Aproveitamento da biodiversidade ainda é limitado. Giselle Paulino – Valor Econômico. 05/06/2012.....	26
Mesmo desmatando menos, América Latina produz mais emissões. Cláudio Angelo. Folha de São Paulo, Saúde e Ciência. 05/06/2012	28
É hora de reconhecer a crise e dar respostas. Fabio Feldman – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012	29
Cada grupo tem a sua ideia de economia verde. Termo principal usado na pauta da Rio+20 envolve significados controversos, o que leva a impasse nas discussões. Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012	31
Ecologia de mercado ou decrescimento? Andrea Vialli e Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012	33
Entrevista - Kenny Bruno. Da maquiagem verde ao 'reino da baboseira'. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012	34

Falta projeto para manter a floresta em pé. Financiamento internacional de ações de conservação ambiental esbarra em burocracia, despreparo e falta de projetos. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012.....	36
Congresso desafia Dilma com 620 emendas a Código Florestal - O Globo (Capa). 05/06/2012.....	38
Congresso reage a vetos de Dilma. Parlamentares apresentam pelo menos 620 emendas para alterar o novo Código Florestal. Maria Lima – O Globo. 05/06/2012.....	38
Ruralistas: MP pune médios produtores – O Globo. 05/06/2012.....	39
“A agropecuária brasileira cresce, ao mesmo tempo em que respeita o meio ambiente” - Site da CNA. 06/06/2012.....	40
Brasil engatinha em desenvolvimento sustentável, dizem especialistas. Rodrigo Otávio – Agência Carta Maior. 07/06/2012.....	41
Ruralistas vão ao Supremo contra MP sobre lei florestal. Congressistas contestam tramitação de medida que altera o código já aprovado. Marcio Falcão – Folha de São Paulo, Opinião. 07/06/2012.....	42
Só 4 de 90 metas ambientais têm avanço. Dado de relatório da ONU quantifica mudanças consideradas 'significativas' rumo a desenvolvimento sustentável. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 07/06/2012.....	43
Votação de MP do código só depois da Rio+20. Maria Lima e André de Souza – O Globo. 07/06/2012.....	44
Doha: bilhões do petróleo para futuro verde. Flávio Tabak – O Globo. 07/06/2012.....	45
Ministra explica proposta de Piso de Proteção Socioambiental – Site do MDS. 08/06/2012.....	48
JBS rebate Greenpeace, que admite 'equivocos'. Luiz Henrique Mendes e Bettina Barros – Valor Econômico. 08/06/2012.....	48
Governo sinaliza que aceita negociar emendas ao texto do Código Florestal. – O Globo. 09/06/2012.....	49
Economia verde já emprega milhões. Setor de energia renovável é um dos que mais contratam; cerca de 890 mil trabalham na área de biocombustíveis. Luciano Feltri – Folha de São Paulo, Empregos. 10/06/2012.....	50
Conservar e crescer. Com pouco a apresentar na Rio+20, governo Dilma mostra que o país caminha longe do que poderia ser uma economia verde – Folha de São Paulo, Opinião. 10/06/2012.....	51
Governo se prepara para medir PIB verde. Vivian Oswald e Fernanda Godoy – O Globo. 10/06/2012.....	53
Dilma desautoriza ministro a falar sobre Código. Chico de Gois – O Globo. 10/12/2012.....	55
Por um Código Florestal equilibrado. Nelson Marquezelli – Folha de São Paulo, Opinião. 12/06/2012.....	55
Dilma suspende negociação sobre MP que modifica Código Florestal – Folha de São Paulo, Poder. 12/06/2012.....	57
Ministra critica legislação ambiental. Luiza Damé e Natasha Mazzacaro – O Globo. 12/06/2012.....	57
Dilma defende crescimento econômico com preservação – O Globo. 12/06/2012.....	58

Ruralistas defendem Mendes Ribeiro. Daniela Martins, Tarso Veloso e Bruno Peres – Valor Econômico. 12/06/2012	59
Bunge aposta na área de crédito de carbono. Janice Kiss – Valor Econômico. 12/06/2012.....	60
FMI recomenda taxação para empresas poluidoras. O Globo, Capa. 13/06/2012	61
FMI defende tributação para punir emissões. Yuri Gripas e Flávia Barbosa. O Globo. 13/06/2012.....	62
AL precisa aplicar leis ambientais, diz Pnuma. Daniela Chiarelli – Valor Econômico. 08/06/2012.....	63
Fim de repasse da Norte Energia para os índios gera tensão em Belo Monte. André Borges e Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 13/06/2012.....	65
Para Funai, usinas hidrelétricas são caminho irreversível – Valor Econômico. 13/06/2012.....	67
Protesto bloqueia Transamazônica perto de Belo Monte – Folha de São Paulo, Mercado. 14/06/2012.....	68
Ministro do STF recusa mandado de ruralistas contra MP do código. Tarso Veloso e Juliano Basile – Valor Econômico. 14/06/2012.....	68
Excursão leva visitantes para conhecer empresas "tóxicas". Laura Capriglione – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012	69
Ativistas pedem vigilância para novos debates sobre Código Florestal no Congresso. Vinicius Mansur – Agência Carta Maior. 17/06/2012	69
'Atingidos pela Vale' decidem reforçar ações para 'desmascarar' mineradora. Igor Ojeda – Agência Carta Maior. 17/06/2012.....	70
Gilberto Carvalho: "vamos continuar construindo hidrelétricas". Fábio Nassif e Felipe Milanez – Agência Carta Maior. 18/06/2012.....	73
Empresas não fazem relatório ambiental. Toni Sciarretta – Folha de São Paulo, Mercado. 18/06/2012.....	73
Cidades terão metas para cortar poluição. Italo Nogueira e Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012	75
Painel de 'experts' recomenda zerar desmate até 2020. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012	76
ONU cria outra forma de medir riqueza. Sabine Riguetti – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012	77
Quebradeira em escritório de Belo Monte foi 'ato espiritual' dos índios, diz Xingu Vivo. Monica Tavares – O Globo. 18/06/2012.....	79
Destino de 11 usinas chega aos tribunais – Valor Econômico. 18/06/2012	80
Disputa pela água tende a aumentar. Paulo Vasconcellos – Valor Econômico. 18/06/2012	81
Gestão deficiente preocupa o setor. Carmen Nery – Valor Econômico. 18/06/2012	84
Alemães querem fazer negócios – Valor Econômico. 18/06/2012.....	85
Compras públicas irão incentivar produto verde. Suzana Liskauskas – Valor Econômico. 18/06/2012.....	86

Mudança em padrão de consumo requer parceria. Jacqueline Farid – Valor Econômico. 18/06/2012.....	87
Código Florestal no necrotério. José Eli da Veiga – Valor Econômico. 19/06/2012.....	88
Agronegócio teme custo da sustentabilidade. Alessandra Saraiva e Bettina Barros – Valor Econômico. 19/06/2012	90
ONG prepara protesto contra a Vale na sede da mineradora no Rio. Vera Saavedra Durão e Guilherme Serodio – Valor Econômico. 19/06/2012.....	91
Bolsas vão exigir de empresas relatório de sustentabilidade – Valor Econômico. 19/06/2012.....	92
Bacia de rio em MT pode receber até 7 hidrelétricas – Folha de São Paulo, Mercado. 19/06/2012.....	93
Governo vai destinar R\$ 2 bi para projetos de inovação sustentável. Sabine Righetti – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012	94
Desmatamento da Amazônia cai e áreas preservadas crescem. Pedro Soares – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012	94
Dilma não poderia ter errado mais. José Eli da Veiga – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012.....	95
Ruralistas encampam PEC por compensação da Lei Kandir. Tarso Veloso – Valor Econômico. 20/06/2012.....	96
Brasil corta pouco emissões de transporte. Daniel Rittner – Valor Econômico. 20/06/2012.....	97
Agropecuária propõe área de preservação para o mundo. Denise Luna – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012	99
Poluição nas metrópoles cai até 2030, prevê acordo. Italo Nogueira e Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012	99
'Crise prova que atual modelo econômico é inviável'. Entrevista com Tim Jackson. Marco Aurélio Canônico – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012	100
Desenvolvimento empresarial. Carlos Lessa – Valor Econômico. 21/06/2012.....	102
Plataforma estimula boas práticas. Carmen Nery – Valor Econômico. 21/06/2012.....	104
Certificação participativa reduz custo de orgânicos. Anita Martins – Folha de São Paulo, Mercado. 22/06/2012.....	105
Cidades saudáveis. Josué Gomes da Silva – Folha de São Paulo, Opinião. 24/06/2012.....	105
Nem lá, nem cá – Folha de São Paulo, Editoriais. 25/06/2012	106
'Inação está levando o planeta ao limite'. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 25/06/2012	107
Congresso volta a debater Código Florestal - Site da CNA. 26/06/2012.....	109
Código Florestal traz segurança jurídica e beneficia produtor rural, afirma Mendes - Site do MAPA. 26/06/2012.....	110
Um Código Florestal mais restritivo. Emanuel Alencar – O Globo. 26/06/2012.....	111
Belo Monte: consórcio fará proposta na quinta. Danilo Fariello – O Globo. 26/06/2012	112
Belo Monte realocará 5,2 mil famílias – Valor Econômico. 26/06/2012	113

Consórcio de Belo Monte vai construir 5,2 mil casas. – Valor Econômico. 26/06/2012	113
Grupo de índios mantém ocupação de canteiro da usina. Valor Econômico. 26/06/2012	115
O que pedem os índios de Belo Monte. André Borges – Valor Econômico, Capa. 27/06/2012.....	116
Índios surpreendem com longa lista de compensações. André Borges – Valor Econômico. 27/06/2012.....	117
Faltam bases sólidas para a atração de investimento. Ediane Tiago – Valor Econômico. 27/06/2012.....	119
Incra, Embrapa, Conab e ASA avançam nas articulações sobre agroecologia – Site do INCRA. 28/06/2012	120
Vale obtém 1 licença ambiental de projeto de quase US\$ 20 bi – O Globo. 28/06/2012.....	121
Entre a miopia ambiental e a falta de visão. Russel Mittermeier – O Globo. 28/06/2012	122
Indenização de US\$ 18 bi contra Chevron vai ao STJ. Ramona Ordoñez – O Globo. 28/06/2012.....	123
Permissão para limitar as emissões – O Globo. 28/06/2012	124
Cientista contesta aquecimento. Cesar Baima – O Globo. 28/06/2012.....	125
Vale planeja investir R\$ 40 bi em Serra Sul. Vera Saavedra Durão e Francisco Góes – Valor Econômico. 28/06/2012	127
Equador aciona Chevron no Brasil. Cláudia Schüffner – Valor Econômico. 28/06/2012.....	128
Índios mantêm ocupação em Belo Monte – Folha de São Paulo, Mercado. 29/06/2012.....	129
Santo Antônio é condenada a pagar R\$ 1 mi – Folha de São Paulo, Mercado. 29/06/2012.....	129
Impasse continua em Belo Monte, após reunião – O Globo. 29/06/2012.....	130
Plano para eliminar os "lixões" não decola. Guilherme Soares Dias – Valor Econômico. 29/06/2012.....	131
Kátia Abreu defende reeleição de Dilma. Fernando Exman – Valor Econômico. 29/06/2012.....	132

A carta roubada. Marina Silva – Folha de São Paulo. 01/06/2012

O Brasil não tem mais um Código Florestal, mas uma confusão jurídica. Um amontoado de remendos cuja função é semelhante à de uma pinguela, uma ponte improvisada no tronco de uma árvore abatida, para atravessar o período da Rio+20. Depois, o empenho em destruir a legislação ambiental certamente prosseguirá.

A versão: apesar de já ter o texto do novo Código "Florestal", o governo só o mostrou três dias depois da pomposa entrevista ministerial. Todos, inclusive jornalistas, às cegas, com acesso só à versão, feita em PowerPoint, de que a presidente Dilma chancelou (em alguns aspectos até piorou) o texto, ao arrepio da palavra empenhada, em "respeito ao Congresso e à democracia".

Só que os fatos, mesmo quando distorcidos, estarão sempre, como na carta roubada de Edgar Allan Poe, bem ali, no lugar onde se imaginava tê-los escondido.

Quatro dias depois, não no porta-cartas, mas no "Diário Oficial", estavam as inúmeras maldades da caixa de Pandora, sempre indiferente ao futuro, na velha porção ruralista: anistia aos desmatadores e incentivo a novos desmatamentos. Exigências abaixo do mínimo aceitável cientificamente de proteção aos topos de morros, encostas, veredas, apicuns, margens de rios, manguezais etc.

Está sendo abolida, na prática, a função social da propriedade e o direito dos brasileiros a um ambiente saudável. Os donos da terra são agora donos do ar, das águas, da fauna e da flora, para delas dispor como bem entender a lei do mais forte, que fizeram prevalecer.

Em troca, devem apenas evitar comemorações públicas, fingir contrariedade aceitando os vetos parciais e criticar os "radicais" ambientalistas, que não querem sorrir para a foto. Estes apenas alertam para a verdade simples: nem tudo pode ser objeto de negociação política. Se uma nascente, para não secar, precisa de certa quantidade de vegetação ao seu redor, como podem parlamentares decidir que não?

O Brasil será, enquanto não recuperar o bom-senso nessa área, uma terra sem lei. A violência recrudescer e não se passa uma semana sem um assassinato no campo ou na floresta. A discussão do código concentrou-se em anistiar ou não quem desmatou, se até 2008 ou antes, se deveriam ou não reflorestar, se toda a área ou só uma parte etc. Resumindo, em que medida legalizar os crimes ambientais. E o pior, o acordo político decidiu que a ilegalidade ambiental compensa.

Vamos agora à Rio+20 com o governo exibindo ao mundo os bons frutos da queda do desmatamento, obtidos com a lei que está sendo abolida.

Mas há uma falha, no mundo como no Brasil, nesse sistema: a natureza não o obedece. E a sua versão será o futuro real, a palavra final, a lei que "pega" e que pune.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Novo Código Florestal traz avanço para pequenos produtores – Site da CNA. 01/06/2012

O novo Código Florestal pode representar um marco regulatório na questão ambiental, ao trazer segurança aos produtores rurais, que terão orientações mais claras sobre os procedimentos para o cumprimento da legislação e para a regularização ambiental das propriedades. A avaliação foi feita pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, em entrevista coletiva durante a programação do CNA/FAEG/SENAR em Campo, nesta quinta-feira (31/5), em Goiânia.

O evento é uma parceria da entidade com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (FAEG) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para aproximar ainda mais as entidades do setor agropecuário dos produtores e dos vários segmentos da sociedade civil. “O principal aspecto do texto é a segurança jurídica. O Código anterior era uma bagunça, que gerava uma infinidade de incertezas, uma enorme insegurança jurídica, e o produtor rural não sabia o que fazer. O importante agora é que cada um saberá sua situação e o que fazer”, afirmou a senadora.

Para a senadora, o texto sancionado pela presidente da República, Dilma Rousseff, e a Medida Provisória 571, que altera a lei aprovada pelo Congresso nacional, traz vários avanços, principalmente para os pequenos produtores, que terão de recompor a mata ciliar nas margens dos rios, as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), em uma escala de 5 a 15 metros, nos imóveis com até quatro módulos fiscais.

“Neste aspecto houve melhoras. Os pequenos representam a maioria dos produtores brasileiros e merecem tratamento diferenciado. Quanto mais eu tiro a área e a capacidade de um pequeno produtor de produzir, mais empobrecido ele ficará”, enfatizou. Ela afirmou, também, que houve avanços para os médios e grandes produtores, que terão de recuperar APPs em faixas que variam de 30 a 100 metros, contadas da borda da calha regular do curso d’água. “Também houve avanços, porque na lei anterior a recomposição variava de 30 a 500 metros. Mas vamos discutir mais avanços. Não será a última vez que debateremos meio ambiente”, disse a senadora.

A presidente da CNA voltou a defender que os Estados possam ter mais autonomia para decidir sobre a recuperação de vegetação nativa, a partir dos Planos de Regularização Ambiental (PRA) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). “Se tiver de reduzir a área de produção ou de recompor vegetação nativa, isso precisa ser avaliado quando fizer o PRA e o CAR, que traçarão uma radiografia do País, levando em conta as peculiaridades de cada região. Aquele que estiver produzindo sem prejudicar a água a biodiversidade, não tem porque tirá-lo da sua área. Se estiver dando prejuízo ou desmatando novas áreas, este sim deve ser punido”, afirmou.

Para o presidente da FAEG e vice-presidente de Finanças da CNA, José Mário Schreiner, novas alterações ao texto devem ser demandadas pelas lideranças do setor rural junto aos parlamentares dos seus Estados. “Precisamos discutir os pontos que podem ser melhorados para proporcionar mais avanços”, ressaltou. Depois da entrevista coletiva, a senadora fez palestra sobre o novo Código florestal para técnicos e profissionais do setor agropecuário, encerrando a programação do primeiro CNA/FAEG/SENAR em Campo de 2012.

Caminhos para o Rio. Wilhelm Meier – Valor Econômico; Opinião. 01/06/2012

Vamos falar sobre o Rio. Tanto o Brasil quanto a Suíça traçaram um longo caminho desde a primeira Cúpula realizada no Rio há 20 anos, com avanços na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável. Nesse caminho, a Rio+20 é uma oportunidade para fortalecer a cooperação internacional no campo da sustentabilidade ambiental. O momento não poderia ser mais urgente para reunir a comunidade global e definir caminhos para um futuro mais próspero.

Na primeira Cúpula das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, (Eco-92), muitos dos riscos ambientais foram previstos. A caminho da Rio+20, esses riscos foram confirmados e outros maiores identificados. Vinte anos depois, a ciência demonstra claramente, com base em diversos relatos das Nações Unidas, de ONGs, de especialistas e de grupos ambientais, a premência de mudanças na nossa relação com o planeta. Como cientista de formação, não posso deixar de ficar impressionado com o alto custo de nosso impacto ambiental sobre a Terra, tais como a perda de biodiversidade e das florestas e, conseqüentemente, do que elas oferecem. Os custos econômicos da mudança climática são bem conhecidos.

Estamos muito além dos limites ecológicos de resiliência da Terra. A situação de nosso meio ambiente no início do século XXI, segundo um relatório recente das Nações Unidas, é de maior fragilidade dos ecossistemas e volatilidade da segurança alimentar, associadas às mudanças climáticas. Danos irreversíveis, portanto, devem ser contidos. Um outro recente relatório do WWF, indica que estamos usando 50% a mais de recursos do que nosso planeta pode fornecer. Portanto, o consumo humano exigiria pelo menos duas Terras para sustentar a vida de 9 bilhões de pessoas até 2030, se continuarmos neste ritmo. Uma economia verde é baseada no uso de menos recursos naturais e energia, e em um reduzido impacto ambiental. Assim, temos que criar incentivos para um processo produtivo mais limpo e para as tecnologias verdes.

O consumo humano exigiria pelo menos duas Terras para sustentar a vida de 9 bilhões de pessoas até 2030, se continuarmos neste ritmo. Assim, temos que criar incentivos para um processo produtivo mais limpo e para as tecnologias verdes.

A Suíça, como o Brasil, está empenhada em trabalhar para conquistas ambiciosas na Rio+20 que fortaleçam o compromisso político do desenvolvimento sustentável. Para a Suíça a conferência deve também produzir resultados substanciais no campo da Economia Verde, na forma de comprometimento de princípios, bem como medidas tangíveis, inclusive no estabelecimento e na implementação de planos de ação nacionais. Nós propomos o fortalecimento da governança das Nações Unidas para monitorar o progresso do desenvolvimento sustentável, com a formação do Conselho para o Desenvolvimento Sustentável e o revigoramento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A Suíça também espera que a conferência estabeleça objetivos de desenvolvimento sustentável. Além disso, a redução do risco de desastres e a promoção da resiliência a desastres naturais devem ser enfrentadas com urgência renovada, no contexto do desenvolvimento sustentável - um aspecto que os brasileiros conhecem bem com as graves inundações anuais.

O Brasil, como país anfitrião da Rio+20, tem um papel crucial e sabe muito bem que uma visão clara é imperativa para obter resultados concretos. A Suíça está ao lado do Brasil nessa tarefa - temos uma agenda comum em várias áreas.

A Suíça, assim como o Brasil, está se concentrando no transporte público como um dos elementos-chave para a sustentabilidade. Ela possui uma das mais densas redes de transporte público na Europa. Para aumentar o uso dos trens, construímos dois túneis (Lötschberg e Gotthard) através dos Alpes, que criaram um eixo Norte-Sul através da Europa, promovendo um transporte mais sustentável. Em geral, a Suíça está fazendo tudo o que é possível para tirar os carros das ruas e usar meios de transporte menos poluentes, tornando mais atraente o uso do transporte público.

Por outro lado, o Brasil está assumindo o desafio e concentra-se em várias melhorias nos seus sistemas de transporte e de infraestrutura, em particular no contexto da Copa do Mundo e da Olimpíada. Nessa conjuntura de expansão da economia brasileira, as autoridades brasileiras estão reunindo ciência, educação e inovação para aumentar a sustentabilidade ambiental.

Neste aspecto, o Brasil e a Suíça têm uma agenda positiva. Estamos trabalhando para incentivar a consciência ambiental, aliada à capacidade de inovação, e apoiar o setor de tecnologia limpa. Segundo Doris Leuthard, ministra do Meio Ambiente da Suíça, parcerias nos setores tecnológicos entre o Brasil e a Suíça podem atingir um rápido desenvolvimento. É aqui que os nossos setores privados entram em cena para integrar a infraestrutura verde. Um exemplo é o "Stade de Suisse", de Wankdorf em Berna, que foi reconstruído com tecnologia limpa, com o uso de painéis solares na sua cobertura, para os jogos de futebol da UEFA em 2008.

Para colocar a economia verde em prática, a nossa Terra merece - e precisa - de toda a nossa criatividade, nosso poder e nossa vontade de inovação. O Instituto Federal Suíço de Ciência e Tecnologia Aquática (Eawag) tem um projeto, apoiado pela Fundação Bill e Melinda Gates, para melhorar o saneamento na África do Sul, e também recuperar os nutrientes da urina - como azoto, potássio, fósforo e enxofre - usados como fertilizantes. Esta é uma área com boas perspectivas para a cooperação trilateral com o Brasil.

Outro exemplo, a fundação suíça, SENS Internacional, juntamente com seu parceiro, Indústria Fox, em Cabreúva, São Paulo, criaram a primeira fábrica de reciclagem de geladeiras e congeladores na América do Sul, onde os gases CFCs são removidos e destruídos.

Em junho, os caminhos da sustentabilidade vão passar mais uma vez pelo Rio. Para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável, temos os dados científicos e sabemos o que deve ser feito. Agora, só necessitamos de vontade política para alcançarmos políticas proativas e uma implementação ambiciosa da agenda ambiental. Esse foi o espírito que conquistou tantos resultados na Eco-92. Esperamos levar adiante esse espírito para criar "o futuro que nós queremos." Ao sairmos do Rio temos que deixar para nossas crianças o maior legado de todos os tempos.

Wilhelm Meier é embaixador da Suíça no Brasil

Governo pede que base aliada evite emendas ao Código Florestal. Fernando Exman e Yvna Souza - Valor Econômico; Política. 01/06/2012

O governo pediu nesta quinta-feira aos líderes de partidos aliados que os deputados e senadores da base evitem alterações na medida provisória que modifica o Código Florestal.

Os articuladores políticos e ministros ouviram dos parlamentares, porém, ser muito difícil o Congresso não aprovar algumas das emendas que serão apresentadas.

A demanda do Executivo foi feita em reunião realizada no Palácio do Planalto, com a presença dos ministros Ideli Salvatti (Relações Institucionais), Izabella Teixeira (Meio Ambiente), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) e Mendes Ribeiro (Agricultura). Os ministros fizeram uma apresentação para justificar a MP e os vetos da presidente Dilma Rousseff.

O governo argumenta que as mudanças feitas no Código Florestal representam o equilíbrio dos interesses de ruralistas e ambientalistas. Inicialmente, a reunião deveria ser entre o conselho político, o colegiado de líderes e os dirigentes de siglas aliadas e a presidente Dilma Rousseff.

No entanto, formato do encontro foi alterado ontem. Líderes de partidos governistas ligados aos produtores rurais não compareceram, o que sinalizou um desconforto de parte da base com a MP editada.

Das redes para as ruas, a força do consumo colaborativo – O Globo; Arquivo Pessoal. 01/06/2012

Um novo padrão de consumo está surgindo. Por consistir na troca, aluguel e compartilhamento de produtos, em escala global, tem como grande aliada a internet. Está inspirando novos modelos de negócio, mais simples e acessíveis, inclusive no Brasil. A novidade é chamada de "consumo colaborativo", uma das "dez ideias que vão mudar o mundo", segundo a revista "Time"

A coluna "Rio+20 e poucos anos" conversou com a americana Lauren Anderson, diretora do site CollaborativeConsumption.com.

A seu ver, qual a relação entre consumo e sustentabilidade?

Nosso modo de consumir está causando impacto negativo no meio ambiente. Compramos muitas coisas, e as usamos por pouco tempo. Se não mudarmos isso, o planeta ficará com seu futuro comprometido.

Esse novo padrão é economicamente viável?

Além de sustentáveis, os modelos de negócio inspirados no conceito não exigem altos investimentos iniciais nem grande know how administrativo. Por isso, o consumo colaborativo também pode ser útil à erradicação da pobreza, por que mais pessoas podem abrir seu próprio negócio e, assim, elevar sua renda.

Em 2011, você participou de um evento em São Paulo sobre o assunto, não?

Sim. Conheci as iniciativas brasileiras. Ficou evidente o entusiasmo dos empresários do país com o potencial desse novo modelo. Com o gradual sucesso dessas e de outras iniciativas, a ideia vai aos poucos ganhar a confiança do mercado.

O governo pode contribuir?

A Prefeitura de São Paulo poderia reservar locais seguros para os usuários do Zazcar estacionarem os carros , por exemplo. Serviços públicos podem ser criados com base no conceito, e oferecidos à população por meio de parcerias com empresas privadas. Nos EUA, o governo da cidade de São Francisco criou um grupo que reúne representantes do poder local, empresários e publicitários interessados em apostar no consumo colaborativo. Eles discutem possíveis medidas de incentivo oficiais a essas iniciativas.

A Prefeitura de São Paulo poderia reservar locais seguros para os usuários do Zazcar estacionarem os carros , por exemplo. Serviços públicos podem ser criados com base no conceito, e oferecidos à população por meio de parcerias com empresas privadas. Nos EUA, o governo da cidade de São Francisco criou um grupo que reúne representantes do poder local, empresários e publicitários interessados em apostar no consumo colaborativo. Eles discutem possíveis medidas de incentivo oficiais a essas iniciativas.

OIT estima 60 milhões de empregos verdes. Elaine Oliveira - O Globo, 01/06/2012

BRASÍLIA. O atual sistema de desenvolvimento, baseado no uso intensivo de recursos naturais, está falido e enfrenta, como consequência, elevação de custos, queda da produtividade e prejuízos à economia global. O alerta foi feito ontem pela Organização Internacional do Trabalho. Mas a OIT garante que é possível conciliar crescimento, inclusão social e preservação ambiental. Nesse ritmo, destaca, será possível gerar de 15 milhões a 60 milhões de "empregos verdes" até 2030.

As informações são resultado da segunda e última pesquisa sobre empregos verdes da OIT. Conforme a pesquisa, no Brasil surgiram 2,9 milhões de empregos verdes em 2010, ou 6,6% do total de empregos formais. No mesmo período, foram criados nos EUA 3,1 milhões de empregos nas áreas de bens e serviços sustentáveis.

- Ao contrário do que se pensava, a transição para a economia verde mostra que empregos estão sendo criados e não perdidos - disse o coordenador de empregos verdes e trabalho decente da OIT, Paulo Sérgio Muçouçah.

Código Florestal: governo tenta facilitar trâmite. Luiza Damé, Isabel Braga e Maria Lima - O Globo. 01/06/2012

Ministros se reúnem com líderes da base para agilizar aprovação de MP com o novo texto da lei AS MINISTRAS Ideli Salvatti e Izabella Teixeira durante a reunião Gustavo Miranda BRASÍLIA.

Quase uma semana após o anúncio dos vetos e das mudanças no projeto do Código Florestal aprovado pelo Congresso, o governo promoveu ontem uma reunião para explicar aos líderes aliados na Câmara e no Senado a decisão da presidente Dilma Rousseff, buscando superar eventuais resistências ao

texto. A medida provisória está em vigor, mas depende de aprovação dos parlamentares.

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, reafirmou que foi dado tratamento diferenciado para pequenos e grandes produtores, no que diz respeito à recuperação de áreas de preservação desmatadas.

O governo fez questão de dizer aos líderes que os 12 vetos e a medida provisória, com 32 mudanças no texto que saiu do Congresso, foram necessários para suprir as lacunas da legislação. Participaram também da

reunião os ministros Mendes Ribeiro Filho (Agricultura), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente). O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), pediu que os aliados não apresentem emendas para facilitar a tramitação, mas ninguém se comprometeu a atender a recomendação.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que a instalação da comissão especial da admissibilidade da MP será na próxima terça-feira.

- Não discutimos mérito. Só depois da instalação da comissão é que as reuniões serão para valer. Foi uma reunião desnecessária - disse o líder do PDT no Senado, Acyr Gurgacz (RO).

De um modo geral, os líderes gostaram da medida provisória, mas reclamaram bastante do artigo 1, que estabelece os princípios do Código Florestal. São oito itens baseados "na proteção e no uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em

harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico", retomando o texto aprovado no Senado, que foi modificado na Câmara.

- A opinião geral é que os vetos e mesmo a MP foram bastante equilibrados. O sentimento geral é de alívio e estabelece os princípios do Código Florestal. São oito itens baseados "na proteção e no uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento

econômico", retomando o texto aprovado no Senado, que foi modificado na Câmara.

- A opinião geral é que os vetos e mesmo a MP foram bastante equilibrados. O sentimento geral é de alívio e sentimento de que foi feita justiça, buscando o equilíbrio entre ruralistas e ambientalistas. É claro que há observações pontuais em relação à MP e a Câmara deverá questionar a inclusão de princípios na MP. Os ministros foram avisados disso, mas o clima não é, nem nos bastidores, o de furor ou de radicalismo – afirmou o deputado Marcelo Castro, vice-líder do PMDB na Câmara.

Na reunião, os ministros se colocaram à disposição para ir ao Congresso falar sobre a medida provisória e os vetos.

Dilma prepara o seu 1º pacote ambiental para a próxima terça. Kely Matos e Natuza Nery - Folha de São Paulo; Ciência e Saúde. 02/06/2012

Governo vai criar unidades de conservação e novas áreas indígenas para marcar proximidade da Rio+20

Planalto também pode anunciar investimento superior a R\$ 1,8 bilhão em nova política de resíduos sólidos

A presidente Dilma Rousseff deve criar as primeiras áreas protegidas de seu mandato na próxima terça-feira. Os novos decretos integram um pacote de medidas para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O 5 de junho, uma data oficial do calendário da ONU, terá o Brasil como sede das celebrações, por causa da conferência Rio+20, neste mês.

Serão criadas duas reservas extrativistas, homologadas seis terras indígenas e anunciada a inclusão de mais famílias na Bolsa Verde.

O anúncio ocorre menos de uma semana depois de o Senado ter aprovado uma medida provisória que reduz sete áreas protegidas na Amazônia para a construção de oito hidrelétricas do PAC.

Os cortes, feitos sem estudos técnicos e criticados por ambientalistas e comunidades locais, incluem o parque nacional da Amazônia, o mais antigo da região. A MP é objeto de uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Também pode ser assinado um decreto que estabelece critérios de sustentabilidade para as compras públicas.

Dilma quer aproveitar a data para dar uma guinada em seu discurso ambiental, a uma semana do início da conferência do Rio e com o mundo inteiro cobrando liderança do Brasil nessa área.

Em 5 de junho do ano passado, por exemplo, não criou nenhuma unidade de conservação, sendo a primeira presidente desde o final do regime militar a não criar áreas protegidas em seu primeiro ano de mandato.

DE OLHO NO LIXO

De olho na agenda da Rio+20, o Planalto também estuda um programa de subsídio e financiamento público para acabar com os lixões no país e instituir uma agenda nacional de reciclagem de resíduos sólidos.

Apelidadas internamente de Brasil sem Lixão e Recicla Brasil, as propostas destinariam recursos federais para construção de aterros sanitários e estabeleceriam metas de reciclagem para mais de uma centena de municípios.

A ideia é fazer uma campanha nacional para conscientizar e educar a opinião pública sobre o manejo de resíduos sólidos desde a separação do lixo doméstico.

Ainda não há valor definido de desembolso, apenas um valor preliminar superior a R\$ 1,8 bilhão, a ser liberado até 2015.

A ideia em negociação é concentrar as ações do Brasil sem Lixão no Sudeste e no Nordeste, onde há os casos mais críticos. No lugar dos lixões-a proposta sob análise é eliminar quase mil deles nos próximos três anos-, a União quer ajudar prefeituras a instalar aterros.

As ações devem contemplar, ainda, a coleta seletiva e a ampliação de logística da reciclagem. Incluirá também iniciativas para beneficiar os catadores de lixo.

Dados oficiais mostram que o Brasil se desfaz, por dia, de quase 200 mil toneladas de resíduos sólidos. Desses, menos de 2% são reciclados. Quase 40% são lançados no ambiente de forma considerada inadequada.

Colaborou CLAUDIO ANGELO

Novo Código Florestal e o setor produtivo. Reinhold Stephanes – Folha de São Paulo, Opinião. 03/06/2012

A aprovação não põe fim às preocupações. É preciso mudar a Lei de Crimes Ambientais e o Conama, hoje doutrinário, sob o domínio de ambientalistas

O Brasil volta a ter uma legislação ambiental, contemplando ciência e avanços tecnológicos da agricultura, debatida de forma democrática pela sociedade, governo e Congresso, diferentemente do passado.

Até então, as normas criminalizavam mais de 3 milhões de pequenos e médios produtores, e 1 milhão perderiam a capacidade de produzir. O risco foi eliminado na Câmara e assimilado pela presidente Dilma, mesmo pressionada pelo veto total.

Do ponto de vista técnico, somente o Código Florestal de 1965 foi redigido por especialistas. Nos últimos anos, a legislação predominante se baseava em uma MP de 2001, que virou lei sem ter sido votada.

Dessa, decorreram milhares de atos, seja por decretos e portarias, seja por resoluções de órgãos ambientais. Como resultado, mais de 80% das normas previstas pelo código de 1965 foram profundamente alteradas, inclusive nos conceitos.

O grande desafio para atualizar o código foi mostrar à sociedade que as alterações não visam ao desmatamento e que os produtores são os principais interessados na preservação da terra e da água.

Mesmo os que pensam que houve flexibilização nas normas devem concordar que a legislação do país se tornou a mais rigorosa do mundo.

A medida provisória enviada pela presidente ao Congresso dá nova redação a alguns itens vetados no projeto da Câmara e, em certos artigos, melhora as condições para pequenas propriedades, concentradas em grande parte na região Sul.

Um exemplo é a gradação para recompor áreas de preservação permanente em beiras de rio, que não irá afetar mais do que de 10% a 20% da área dessas propriedades.

A recomposição de matas nas margens de rios passou a obedecer a uma escala, de acordo com a largura do rio e o tamanho da propriedade, tornando viável a existência das pequenas. Ficou pendente, porém, uma regra que contemple médios produtores, fazendo valer o princípio da equidade no tratamento.

Dos 12 vetos, a maior dúvida é o artigo 1º, que define o objetivo do código. A presidente alegou ausência de precisão "em parâmetros que norteiam a interpretação e a aplicação da lei". Entretanto, a Câmara derrubara esse dispositivo, justamente por entender que a conceituação doutrinária poderia gerar interpretações diferenciadas. Acredito que esse ponto irá para novo debate.

A Câmara incluíra, também, a manutenção de atividades agrícolas nas áreas consolidadas em várzeas, como ocorre há décadas no RS e na região de Castro (PR), que usam tecnologia bastante avançada, para citar alguns exemplos. Inexplicavelmente, essa previsão foi vetada e está fora da medida provisória, indicando novo debate sobre o assunto.

Mesmo considerando os ganhos para democracia, a aprovação do texto não põe fim às preocupações do setor produtivo. Há outras etapas a seguir, como a necessidade de refazer o texto da Lei de Crimes Ambientais e a reformulação do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que vive sob a influência de ONGs internacionais e se tornou um conselho doutrinário e ideológico dominado por ambientalistas.

Compatibilizar produção e ambiente continuará a ser um desafio por muito tempo. Por ora, os vetos e as novas regras podem ser consideradas adequadas, mas sociedade, governo e Congresso devem estar preparados para adaptações futuras.

REINHOLD STEPHANES, 72, é deputado federal pelo PSD-PR. Foi ministro da Agricultura (2007-2010, governo Lula)

Morre o maior lixão da América Latina. *Letícia Verdi* – Site do MMA. 03/06/2012

A iniciativa é parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos do governo federal, que prevê, até 2014, a desativação de todos os depósitos a céu aberto no país.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou, neste domingo (03/06), do fechamento do lixão de Gramacho, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O maior aterro sanitário da América Latina completaria 35 anos em 2013. "Este é um momento

histórico para o desenvolvimento sustentável do país", afirmou. "A solução é permanente e prevê ações que promovem o desenvolvimento econômico e social e a preservação do meio ambiente". Com isso, a ministra, citou os três pilares da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio+20), que acontece entre 13 e 23 deste mês.

As cerca de 7 mil toneladas de lixo geradas por dia na cidade do Rio de Janeiro serão despejadas, a partir de agora, na Central de Tratamento de Resíduos de Seropédica – onde o solo foi triplamente impermeabilizado. A nova central garantirá o destino adequado dos resíduos, sem riscos para o meio ambiente. O chorume, líquido resultante da decomposição, vira água de reuso e o biogás será transformado em energia e convertido em créditos de carbono. "Gastamos pouco para jogar o lixo aqui e agora vamos gastar milhões para consertar o erro", disse o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB).

DIÓXIDO DE CARBONO

"Com o novo destino do lixo, as prioridades da Convenção do Clima serão respeitadas", disse a ministra. O metano, contido o chorume, é um dos principais poluentes, 21 vezes mais nocivo do que o dióxido de carbono. Altamente inflamável, será utilizado para a geração de energia. No local, foram instalados 320 poços de captação e dutos de transporte até a Usina de Biogás. De lá, o gás parte para a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), da Petrobrás, substituindo em parte o gás natural. "Vamos usar esse modelo para encerrar todos os lixões", destacou Izabella.

Todas as 1.707 pessoas que tiravam o sustento do lixo receberam, na sexta-feira (01/06), uma indenização de cerca de R\$ 14 mil para recomeçar a vida. Cursos de capacitação e centros de referência em reciclagem estão sendo preparados pela prefeitura do Rio de Janeiro, em parceria com o setor privado. "Vamos acompanhar essas pessoas, tratá-las com dignidade e respeito", garantiu Paes.

AÇÃO GLOBAL

Segundo a ministra, a ação da prefeitura é local e global, pois representa uma mudança de atitude que está nos parâmetros de sustentabilidade das Nações Unidas. A menos de duas semanas da Rio+20, o evento é emblemático do novo paradigma de desenvolvimento que o mundo está construindo, cujos meios serão amplamente discutidos durante a Conferência.

No final da manhã, foi inaugurada a placa "Aterro sanitário de Jardim Gramacho – Fechado". O ex-catador Tião Santos, 33 anos, protagonista do filme Lixo Extraordinário, dirigido pelo artista plástico Vik Muniz, foi ovacionado quando chegou ao local. Ele é presidente da Associação de Catadores de Material Reciclável de Jardim Gramacho e ativista do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Movimentos do campo destacam vetos ao Código Florestal como derrota para latifúndio. Vinicius Mansur – Site da Agência Carta Maior. 01/06/2012

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) saudaram os 12 vetos e as 32 modificações no projeto do novo Código Florestal. Ambas as entidades destacaram os retrocessos que a medida presidencial impediu, com destaque para o retorno das regras para recomposição das matas em beira de rios, que desta vez dão tratamento diferenciado para propriedades de tamanhos diferentes.

Brasília - A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) saudaram os 12 vetos e as 32 modificações no projeto do novo Código Florestal pouco depois de anunciados pelo governo federal. Por meio de notas, o MPA disse comemorar a posição do governo e a Contag avaliou “de forma positiva os vetos da presidenta Dilma”, ambos destacando os retrocessos que a medida presidencial impediu, com destaque para o retorno das regras para recomposição das matas em beira de rios, que desta vez dão tratamento diferenciado para propriedades de tamanhos diferentes.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não divulgou nota, mas, em entrevista, deu ênfase a importância política da decisão. “Os vetos e mudanças do governo no texto são insuficientes para brechar o agronegócio, mas representam uma derrota para o latifúndio mais atrasado que queria anistia total dos seus crimes e não conseguiu aprovar na íntegra a sua proposta”, disse o dirigente Alexandre Conceição.

Entre os movimentos do campo, paira a leitura de que a alteração do Código sempre foi demanda colocada na agenda pelos ruralistas, representantes legislativos de um agronegócio muito forte, com apoio econômico das empresas transnacionais e do capital financeiro e com grande influência nos três poderes da República. Portanto, a alteração do Código para os movimentos do campo e seus aliados foi, desde o princípio, uma luta defensiva.

“O governo deixou o bonde passar e abdicou de ter uma posição firme pela manutenção do Código. O conjunto de forças sociais que atuou contra a flexibilização da lei fez muitas atividades, mas faltou lutas mais intensas que tivessem força para enfrentar o agronegócio, impondo a vontade da sociedade. O embate em torno do Código Florestal é um capítulo da disputa de modelos agrícolas no país”, aponta Conceição.

Diante da caracterização robusta do adversário, a amplitude dos setores que lutaram pela manutenção do Código e tamanho apelo social, sobretudo na internet, de campanhas como o “#VetaDilma!” podem ser tidos como grandes êxitos. O dirigente do MST, porém, acrescenta que, para novos avanços, será preciso “compreender conjuntamente a necessidade de derrotar o agronegócio para preservar o meio ambiente, com grandes lutas de massas, com povo na rua”.

A próxima batalha já está próxima. A Frente Parlamentar da Agropecuária já apresentou

cerca de 50 emendas contra a Medida Provisória editada por Dilma para complementar os vetos ao novo Código Florestal.

Pequeno agricultor teme nova lei ambiental. Felipe Bachtold – Folha de São Paulo, Poder. 04/06/2012

Produtores gaúchos dizem que vão perder áreas produtivas se tiverem que recompor vegetação derrubada no passado. Regras previstas por novo Código Florestal para margens de rios deixam apreensivos os proprietários rurais

As normas do novo Código Florestal já levam incerteza e preocupação à afastada comunidade rural da Ilha da Paciência, no interior gaúcho.

Formado por pequenas propriedades de até 50 hectares, o local precisará ter margens de rios recompostas com vegetação, conforme estabelece a nova lei.

Os produtores afirmam que as terras foram desmatadas no início do século 20, época de seus bisavós, e que vão ter que pagar uma conta alheia.

Acessível apenas por balsas, a comunidade, na cidade de Triunfo (75 km de Porto Alegre), é uma ilha fluvial com dezenas de pequenas lavouras de arroz e milho e pastos de criação de animais.

PEQUENOS PRODUTORES

Um dos proprietários é Sílvio de Azevedo, 47, que possui cerca de 12,5 hectares. Algumas de suas áreas nas imediações do rio praticamente não têm vegetação.

"Se fizerem as margens que estão querendo, daqui a pouco o país vai ter que importar comida. Essas contas eles não chegaram a fazer", diz o agricultor, ecoando argumento da bancada ruralista no Congresso.

Apesar de ter obtido financiamento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Azevedo diz que suas lavouras quase não dão lucro.

"Se tirar 30 ou 40 metros [nas margens], vão tirar 30% das terras que planto."

A opinião é recorrente entre os vizinhos. Para Azevedo, que diz não "entender muita coisa" do debate técnico sobre o Código, os governos estão "se lixando" para quem vive no campo.

Pela modificação do Código assinada pela presidente Dilma Rousseff na semana passada, pequenos proprietários devem recompor uma faixa de cinco a 20 metros ao longo dos leitos dos rios.

No caso específico de Azevedo, que possui menos de um módulo fiscal, será preciso recuperar uma faixa de cinco metros.

BOATOS

Na ilha, o assunto chegou por meio de boatos, dizem agricultores. As implicações das novas regras só ficaram mais claras após reuniões com entidades de classe.

Os agricultores da ilha culpam mineradoras que extraem areia do rio pela erosão e degradação das margens.

A agricultura familiar é uma das principais fontes de renda de Triunfo. O sindicato rural local diz receber todo dia produtores apreensivos com as novas regras e eventuais gastos adicionais.

"É uma interrogação. Não sei como muita gente vai fazer isso, plantar e deixar o resto [a margem de rio] criando brejo", diz o sindicalista Auro de Souza, também produtor na Ilha da Paciência.

Bolsa Verde une sustentabilidade e combate à pobreza - Site do MDS. 05/06/2012

Programa começa a ser expandida para todo o país e mostra importância dos investimentos socioambientais

Brasília, 5 – “Economia Verde: Ela te inclui?”, pergunta o tema deste ano do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado nesta terça-feira (5). Sim, poderão responder as 23,3 mil famílias que moram na Amazônia e recebem o Bolsa Verde. Elas são um exemplo de que é possível compatibilizar sustentabilidade com inclusão social.

Por meio do programa do governo federal, essas famílias que vivem em situação de extrema pobreza na região amazônica recebem R\$ 300 a cada trimestre para adotar práticas de conservação dos ecossistemas. Os beneficiários estão substituindo queimadas e desmates por atividades de manejo e preservação ambiental.

Sob a responsabilidade dos ministérios do Meio Ambiente e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Bolsa Verde integra o Plano Brasil Sem Miséria. Os valores começaram a ser pagos em outubro de 2011, inicialmente a moradores dos nove estados da Amazônia Legal. A partir deste ano, o benefício começou a ser expandido para famílias localizadas em assentamentos de todo o país.

Moradores de assentamentos só recebem os recursos se a área apresentar cobertura vegetal de pelo menos 35% na Amazônia e 20% no restante do país, apontada por imagem de satélite. Cada família precisa assinar um termo de adesão ao programa, no qual se compromete a não degradar as áreas próximas às suas moradias.

A ideia é levar conhecimento sobre atividades sustentáveis e fortalecer o acesso à renda para habitantes de áreas socioambientais prioritárias, como florestas nacionais, reservas extrativistas, comunidades tradicionais e assentamentos.

Técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão em campo fazendo a adesão das famílias em assentamentos de estados fora da Amazônia, enquanto o trabalho de coleta de assinatura dos ribeirinhos é feito pela Secretaria de Patrimônio da União, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. No caso da Amazônia, essa responsabilidade cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Rio +20 – Com o nome oficial de Programa de Apoio à Conservação Ambiental, o Bolsa Verde foi instituído pela Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011, e está despertando a atenção dos participantes da Rio +20, que ocorre entre 13 e 22 de junho.

As políticas públicas levadas pelo governo federal às comunidades mais distantes estão melhorando a qualidade de vida dos moradores dessas regiões. Elas também podem representar uma ruptura com paradigmas de tipos de exploração que agredem o meio ambiente.

MP do Código Florestal soma mais de 620 emendas. Raquel Ulhôa – Valor Econômico. 05/06/2012

Mais de 620 emendas foram apresentadas por deputados e senadores à medida provisória do Código Florestal, de acordo com funcionários da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas do Senado, onde foram protocoladas as propostas. A comissão mista do Congresso que terá de analisar e dar parecer sobre a MP terá sua primeira reunião hoje às 14h. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) deverá ser formalizado relator da MP, que terá um deputado revisor. Na função, ele pretende ouvir "todas as partes envolvidas" para tentar buscar o consenso em torno do texto. A comissão é composta por 52 parlamentares (senadores e deputados titulares e suplentes).

Boa parte das emendas apresentadas é de deputados e senadores identificados com a Frente Nacional da Agropecuária, que defende alterações no texto. "Está muito perto de a gente construir um grande acordo em torno da medida provisória, desde que não haja radicalização de nenhum dos dois lados", diz o deputado Homero Pereira (PR-MT), presidente da frente.

A chamada bancada ruralista tem três preocupações principais com relação ao texto da MP, segundo Pereira. Primeiro, resgatar o texto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados para o artigo 1º, que trata dos princípios do código. Para os ruralistas, o dispositivo incluído na MP provoca insegurança jurídica, por dar margem a interpretações subjetivas, por ser muito detalhado. Eles querem um texto mais enxuto. "Do jeito que está, um juiz pode desconsiderar artigos da lei e ficar com o princípio", afirma Pereira.

Outra preocupação é dar um tratamento diferenciado ao médio produtor, dono de propriedade de cinco a dez módulos fiscais. Pela MP, o tamanho exigido da recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas margens dos rios é o mesmo para o médio e o grande produtor. "Achamos injusto. A grande produtor tem mais facilidade para fazer a recomposição", afirma o presidente da frente.

A terceira preocupação é com o fato de o ônus da recomposição das APP ser dos produtores. Para a bancada ruralista, o governo é que deveria arcar com a recuperação, "como é no mundo inteiro", de acordo com Pereira. "Temos fazer uma legislação que não seja exequível. E se a pessoa não tiver condições de fazer a recuperação? Pelo menos um incentivo ela deveria ter", diz o deputado.

A presidente Dilma Rousseff editou a MP 571/2012 para suprir as lacunas deixadas por seus vetos ao projeto do Código Florestal aprovado pelo Congresso. Entre os artigos vetados, está o que tratava das APPs ocupadas até 2008 com plantações ou criações.

Há emendas aumentando o rigor do código. O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da Comissão do Meio Ambiente do Senado, apresentou emenda restabelecendo o dispositivo que disciplina a recuperação das nascentes e olhos d'água que havia sido aprovado por Câmara e Senado. Pela emenda, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 30 metros. Pela MP, a área de recomposição obrigatória é de 5, 8 ou 15 metros, dependendo do tamanho da propriedade.

"As nascentes e olhos d'água têm a mesma importância, independentemente do tamanho da propriedade em que se encontrem. Temos de garantir a recomposição de no mínimo 30 metros", diz Rollemberg.

Reserva natural. Sergio Adeodato. Valor Econômico. 05/06/2012

"Esta terra me parece que da ponta que mais contra o Sul vimos até à outra ponta que contra o Norte vem será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque não podíamos ver senão arvoredos. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira (a terra) é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo".

O interesse pelos estoques naturais do Brasil já constava na carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal em 1 de maio de 1500. Pau-brasil, ouro, cana-de-açúcar e depois café, cultivados à base da derrubada de floresta, abasteceram os cofres da corte. Financiaram a ocupação do território e, mais tarde, o nascimento das primeiras indústrias. Não é de hoje que a fartura de terras agricultáveis, diversidade de paisagens, água, clima favorável, biodiversidade e insumos minerais destaca o país como detentor de reservas estratégicas para o futuro. Diante das mudanças climáticas, das regulações internacionais e da busca por produção sustentável, surge uma questão-chave: como transformar o patrimônio natural em diferencial na economia de baixo carbono?

A vitrine brasileira ganha visibilidade no Dia Mundial do Meio Ambiente, data para a qual a ONU definiu o tema "Economia Verde: Ela te inclui?" e escolheu o país como

sede das comemorações - poucos dias antes da Rio+20, o encontro global no Rio de Janeiro que poderá apontar os rumos do desenvolvimento sustentável. O país tem dimensões continentais e é dono da sexta maior economia do mundo. E também de um terço das florestas tropicais, 20% das espécies da fauna e flora, 17% da água doce e 8 mil km de mar, além do potencial de ventos e insolação para gerar energia limpa.

"Temos vantagem comparativa, mas não competitiva, sendo urgente precificar os ativos desse patrimônio, para que esses recursos, assim valorados, sejam incorporados pelo sistema econômico e pelos processos de decisão, regulação e incentivos", afirma a economista Clarissa Lins, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS).

"Na universidade aprendi que recursos naturais são infinitos e por isso não têm preço, mas hoje a percepção da escassez é muito clara", diz. Ela afirma que a pressão é crescente para a inserção dos serviços ecossistêmicos nas contas, base para a criação de novos mercados, como já ocorre com o carbono. "O atual aparato de leis e indicadores não é seguro o suficiente para pesquisas e investimentos no capital natural."

Estão em jogo vantagens no cenário global, onde nos próximos 25 anos perto de 3 bilhões de novos consumidores de classe média pressionarão com mais intensidade os recursos do planeta, já exauridos a uma taxa 50% superior à sua capacidade de renovação natural, segundo a ONU. Dados de uma recente pesquisa mundial da consultoria McKinsey indicam que o consumo de aço deverá aumentar 80% até 2030, o que significa necessidade de mais áreas de mineração e de carvão para o ferro-gusa. Cerca de US\$ 1,1 trilhão já é dispensado anualmente como subsídio para a extração de recursos e, segundo o estudo, será necessário mais US\$ 1 trilhão por ano de investimentos adicionais na busca de matéria-prima para atender a demanda.

Se por um lado há oportunidades no horizonte, por outro existem riscos de perdas de capital natural nos países com economia baseada em produtos primários, como o Brasil, onde a destruição ambiental está associada aos preços das commodities, que desde a virada do século subiram no mundo 147% - consequência do apetite dos emergentes, de acordo com o relatório. Melhorias de produtividade, utilizando a tecnologia existente, poderiam satisfazer um terço da demanda em 2030, significando que o mundo precisará aumentar a escala da extração de insumos naturais.

Estima-se que o capital necessário a cada ano para o financiamento de uma revolução tecnológica verde, incluindo a urgência climática, passará de US\$ 3 trilhões. Nos próximos 20 anos, conclui o estudo, o acesso aos recursos naturais será o centro das políticas públicas e na estratégia dos negócios - e quem guardar estoques estará na linha de frente.

"Mas a vantagem brasileira não deve ser justificativa para a inércia", adverte o economista José Eli da Veiga, da Universidade de São Paulo. Em sua análise, o Brasil está entre os países de maior "biocapacidade", situação de conforto que tem levado a "pouco esforço em inovar e à demora na busca por soluções, diferentemente do que acontece em países pressionados pelo risco da escassez". Ele cita o exemplo do Japão e da Coreia do Sul, que investem em educação e usaram a crise financeira internacional para uma guinada na direção da economia verde. Nos Estados Unidos, o presidente Barak Obama condicionou o apoio financeiro às montadoras ao aumento da eficiência

dos motores. "No Brasil, a visão é imediatista e pacotes de incentivos ao crédito e ao consumo não incluem itens de sustentabilidade", critica Veiga.

"Trabalhamos um novo marco legal com incentivo explícito à bioprospecção", anuncia Roberto Cavalcanti, secretário de biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. Ele diz que o acesso ao patrimônio genético deve ser transparente, claro e simplificado e que estão em curso consultas dentro e fora do governo para mudanças das atuais normas, definidas pelo Decreto 3.945, de 2001, que também aborda a repartição de benefícios econômicos junto às comunidades detentoras do conhecimento tradicional sobre o uso da floresta. Haverá ênfase em programas de Pagamento por Serviços Ambientais, com remuneração de produtores pela conservação dos recursos naturais - da fixação de carbono à produção de água. "O plano é fomentar arranjos produtivos locais para agregação de valor a partir da biodiversidade", afirma Cavalcanti.

Produtos da biodiversidade respondem por 31% das exportações brasileiras. O setor florestal representa 4% do PIB brasileiro; a pesca, 1%. "A Rio+20 é o grande momento para o setor produtivo se engajar como agente de transformações, porque o patrimônio natural não é um problema apenas do governo ou das organizações ambientalistas", diz Cavalcanti.

Recuperação substitui desmatamento. Paulo Vasconcellos – Valor Econômico. 05/06/2012

Walfredo Schindler, diretor superintendente da FBDS: "O Brasil ainda enfrenta sérios problemas de desperdício de água, de agrotóxicos e mau uso da terra"

A terra é um estoque natural com imenso potencial no Brasil, um país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados com áreas enormes de solo fértil, florestas e água em abundância. O país dispõe de muitos recursos à espera de um aproveitamento sustentável capaz de potencializar os trunfos dessa riqueza.

Ao mesmo tempo em que o Brasil experimentou grandes avanços na agricultura nos últimos anos, o país registra também uma estagnação na pecuária, ainda derruba mais florestas do que recupera pastagens degradadas ao longo dos anos e enfrenta a possibilidade de retrocessos na legislação ambiental com reflexos no uso da terra.

"O Brasil é uma potência ambiental. Tem características únicas em seu conjunto, mas se olharmos cada um desses recursos naturais separadamente, o país é uma impotência porque não desenvolveu ainda uma forma inteligente de explorar riquezas como a terra", diz o economista Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B, consultoria financeira, estratégica e econômica.

"A ideia da economia verde é a de promoção da inclusão social respeitando os limites dos ecossistemas, mas o Brasil ainda enfrenta sérios problemas de desperdício de água, de utilização de agrotóxicos e mau uso da terra", afirma Walfredo Schindler, diretor superintendente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS).

Os 8,5 milhões de quilômetros quadrados do país - equivalentes a 851 milhões hectares - estão assim divididos: 20% com pastagens, mais ou menos 8% de área agrícola (50 milhões de hectares com culturas anuais e 17 milhões de hectares com culturas

permanentes), 1% com florestas plantadas (eucalipto, carvão vegetal e outros), 4% com cidades, estradas e obras de infraestrutura, 42% com a Floresta Amazônica, 15% com Mata Atlântica, Savanas e Caatinga e cerca de 10% com outros biomas (Pantanal, Pampa e Semiárido).

Depois da Amazônia, a maior área é de pastagens. Metade delas está degradada, com baixíssima produtividade e, de acordo com os especialistas, poderia ser usada para uma finalidade mais nobre: a produção de alimentos e o plantio de florestas.

Estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) revela que, se metade dos 85 milhões de hectares de pastagens degradadas fosse usada de forma consorciada entre lavoura e pecuária ou no sistema integrado lavoura-pecuária-floresta, a produção de grãos no Brasil poderia ser triplicada.

"Não é preciso avançar mais nenhum hectare em mais nenhum bioma para garantir a ampliação da fronteira agrícola. Basta recuperar as pastagens degradadas. Não existe justificativa alguma para o desmatamento", diz Walfredo Schindler, da FBDS.

O uso do estoque natural terra poderia ser potencializado na escolha estratégica por uma economia verde com um aumento de produtividade na pecuária. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de produtos agropecuários. O setor responde por US\$ 75 bilhões por ano do saldo comercial brasileiro.

Mas enquanto a agricultura deu um salto, com um aumento de 154% na produção de grãos contra 25% de crescimento da área plantada, a pecuária brasileira trabalha abaixo de padrões mínimos de produtividade. A média é de uma cabeça de gado por hectare. As melhores práticas apontam para pelo menos duas cabeças por hectare, embora existam experiências sustentáveis com a produção de cinco a seis animais por hectare.

O Brasil ostenta ainda outro título negativo: é o país que mais usa agrotóxico, mais até do que os Estados Unidos, com reflexos sensíveis para a saúde do solo e a emissão de gases do efeito estufa.

O Brasil tem também a segunda maior área do mundo com transgênicos - aproximadamente 25 milhões de hectares. Mais: 69% de toda a água consumida no Brasil é destinada à irrigação das lavouras, embora a área irrigada seja muito pequena.

Apesar de todos os avanços e do zoneamento agrícola de visto climático criado pela Embrapa e pelo Ministério da Agricultura, já adotado em 24 Estados, ainda há plantio de culturas em épocas e locais inadequados.

"O Brasil poderia ter o mesmo rebanho na metade do espaço ou dobrar o tamanho do rebanho no espaço atual e avançar na agricultura de alta precisão e baixo carbono, evitando o desperdício de insumos como a água e economizando em insumos emissores de carbono como os defensivos agrícolas", afirma Claudio Frischtak, da Inter.B.

O uso afinado da terra depende também de investimentos em tecnologia e inovação. Um estudo da Inter.B Consultoria, apresentado no Fórum Nacional no fim do ano passado, revelou que os gastos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) voltados à construção de uma economia verde são inferiores a 3% do total que foi despendido em pesquisa em 2010, o que a médio e longo prazo põem em risco a posição do país. "Se torna imperativo a construção de uma agenda de política de inovação voltada à proteção dos

ecossistemas, ao uso inteligente dos recursos da biodiversidade, às energias renováveis e o reforço da agricultura de baixo carbono", diz Cláudio Frischtak, da Inter.B.

Outro entrave é o arcabouço jurídico. Há consenso de que o Código Florestal, que tem implicações no uso da terra, precisava ser renovado, mas a oportunidade e o desfecho são considerados ruins para o país. "A mensagem positiva foi a presidente Dilma Rousseff ter acabado com a anistia de quem derrubou florestas ao vetar partes do projeto aprovado no Congresso Nacional, mas há pontos ainda duvidosos, como a preservação da mata ciliar às margens dos rios", diz Walfredo Schindler, da FBDS.

Mas de acordo com Claudio Frischtak, da Inter.B, "o Brasil podia fazer bonito na Rio+20, mas o Código Florestal foi uma coisa inoportuna e vai prejudicar a imagem do país".

Aproveitamento da biodiversidade ainda é limitado. Giselle Paulino – Valor Econômico. 05/06/2012

O Brasil possui seis biomas terrestres com aspectos e características diferentes. Estima-se que eles concentrem 20% da biodiversidade do mundo. Ocupando 49,29% do território, a Amazônia é o maior bioma brasileiro que se espalha pelo Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Sua diversidade biológica compreende mais de 40 mil espécies de plantas, 300 espécies de mamíferos, 1,3 mil espécies de aves e de 3 mil a 9 mil espécies de peixes. Além de abrigar a maior biodiversidade do planeta, o bioma Amazônico é responsável por pelo menos 20% de toda a água doce da superfície terrestre.

O Cerrado, com 65 milhões de anos, é considerado o bioma mais antigo do país. Berço das bacias hidrográficas Amazônica, Prata e São Francisco, ocupa 23,9% do território onde estão o Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Tocantins e outros seis Estados. Esse conjunto de ecossistemas abriga 6 mil espécies de plantas, 200 de mamíferos, 800 de aves e 1,2 mil de peixes.

A Mata Atlântica é um dos biomas que mais se perderam. Sua área original representava 13% do território nacional. Hoje, sua cobertura vegetal de apenas 8% aparece com mais intensidade em Estados como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Ainda assim, a Mata Atlântica abriga 20 mil espécies de plantas e 261 de mamíferos.

Típica da região do semiárido, a Caatinga, predominante no Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe é rica em espécies de plantas. Em 2004, o Pampa, com sua vegetação rasteira e florestas densas em algumas trechos, também foi reconhecido como bioma. E o bioma marinho abriga manguezais, recifes de corais, brejos, dunas, restingas e uma fauna diversa, com quase 1.300 espécies de peixes, numa área de 4,5 milhões de km².

Com tanta riqueza, não há dúvidas de que a biodiversidade é uma das maiores riquezas do país. O Brasil tem aproximadamente 43 mil espécies de plantas catalogadas. "Estima-se que 6 mil possam ter uso medicinal. Nossa biodiversidade é um grande potencial a ser explorado", diz Ilio Montanari, agrônomo do Centro Pluridisciplinar de

Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA) da Unicamp. "Mas muito pouco tem sido aproveitado".

Foi durante um jogo de futebol no litoral paulista que Victor Siauly, um dos sócios-fundadores do laboratório Aché, falecido em 2009, conheceu a erva baleeira, matéria-prima do que viria a ser o primeiro anti-inflamatório natural desenvolvido a partir da biodiversidade brasileira. Ao se contundir, os caiçaras locais vieram com a receita eficaz para dores musculares usada a vida toda pelos índios. A erva era colocada numa garrafa com água e álcool. Depois de sete dias estava pronta para ser aplicada nas partes doloridas.

Impressionado com o resultado, Siauly passou anos pesquisando a erva baleeira sem chegar a nenhuma conclusão. Foi quando a parceria entre Unicamp e a Universidade Federal de Santa Catarina finalmente isolou a molécula do óleo essencial e produziu os ensaios agrícolas para saber a quantidade necessária da erva nativa para a produção industrial do anti-inflamatório. O aumento da demanda pela planta poderia causar um desequilíbrio da espécie. Como solução, foi criada uma cooperativa com agricultores na região de Botucatu (SP).

"O grande problema é que a ciência ainda enfrenta problemas legais para o desenvolvimento de fármacos a partir da biodiversidade", diz Montanari.

O CPQBA possui uma coleção de 800 plantas para pesquisa, entre elas, espécies como colônia, babosa e carqueja, com propriedades anti-hipertensiva, antisséptica, cicatrizante e anti-inflamatória. Recentemente, pesquisas do CPQBA confirmaram propriedades curativas da erva sucupira, eficaz no combate a células cancerígenas.

Mesmo os produtos da Amazônia, apesar de conhecidos, ainda são pouco explorados em outras regiões do Brasil. Há dez anos, Luiz Fernando Laranja, então professor da Universidade de São Paulo (USP), se surpreendeu com a castanha do Pará, produto de grande valor nutricional, rico em ácidos graxos, ômega, aminoácidos e vitaminas. "A cadeia produtiva da castanha tem mais de cem anos. É uma das mais antigas do Brasil", diz Laranja, hoje CEO da Ouro Verde da Amazônia. No entanto, "o negócio com a castanha foi estabelecida de uma forma errada, sem agregação de valor". Segundo ele, naquela época, 70% da castanha produzida era vendida com casca. Era preciso "transformar aquelas moléculas num produto de valor para se tornar rentável", diz ele.

Laranja investiu em pesquisa e desenvolvimento para agregar valor ao recurso. Um convênio com a Esalq e três anos de pesquisa geraram o azeite extra-virgem, creme e granulado de castanha do Pará, comercializados pela empresa. Mais tarde, uma parceria com o PNUD deu treinamento para comunidades extrativistas do Mato Grosso e passou a pagar um preço diferenciado pelo produto. A iniciativa rendeu o prêmio Chico Mendes de Florestania do Ministério do Meio Ambiente, em 2007. O que era apenas um case de negócio sustentável na Amazônia ganhou escala.

Em 2008, 50% da Ouro Verde foi comprada pelo Grupo Orsa. A empresa fatura hoje cerca de R\$ 3 milhões anuais e tem projeções para chegar aos R\$ 50 milhões apenas com a castanha.

A Ouro Verde estuda ainda oportunidades de negócios na cadeia produtiva do açaí e de outras frutas pouco exploradas na região Sudeste e também com potencial de mercado,

como o camu-camu, uma frutinha pouco conhecida e com grande concentração de vitamina C que cresce no leito do Rio Amazonas.

Mesmo desmatando menos, América Latina produz mais emissões. Cláudio Angelo. Folha de São Paulo, Saúde e Ciência. 05/06/2012

Gases-estufa dos transportes e da indústria vão puxar alta de 50% até 2050, afirma BID

Um relatório lançado hoje pelo BID (Banco Interamericano para o Desenvolvimento) traz uma verdade inconveniente para a América Latina: o corte de emissões de carbono via redução do desmatamento será mais do que compensado pelo aumento das emissões nos setores industrial e de transportes.

O resultado é que a região deve chegar a 2050 emitindo 7 bilhões de toneladas de CO₂ por ano, cerca de 50% mais do que os 4,7 bilhões atuais.

Se a trajetória se mantiver, os custos de controle de emissões em 2050 chegarão a 2,4% do PIB da região em 2010, ou US\$ 110 bilhões por ano.

Isso é mais do que os próprios prejuízos causados pela mudança climática entre agora e 2050, estimados pelo mesmo estudo do BID em até US\$ 100 bilhões por ano.

O chefe da Divisão de Mudanças Climáticas do BID, Walter Vergara, explica a aparente contradição. "Estamos falando de prejuízos até 2050", afirma. Se o aquecimento ultrapassar 2°C em relação à era pré-industrial até meados da década, os impactos serão muito maiores.

"Se você quiser evitar danos maiores, precisa reduzir a pegada de carbono", diz. Ou seja, é um custo finito contra um custo indefinido.

Entre os problemas previstos estão a escassez de água nos países andinos devido ao derretimento de geleiras e a redução na produtividade de terras agrícolas -com um prejuízo estimado de até US\$ 54 bilhões por ano, a maior parte no Brasil.

O país, que responde por 52% das emissões latino-americanas, tem enfatizado nas metas de corte que adotou para até 2020 o papel da redução do desmatamento.

Porém, o setor de transportes tem aumentado suas emissões mesmo após o anúncio da meta, e a indústria resiste a adotar metas obrigatórias absolutas.

Nenhum dos setores produziu até agora planos detalhados de corte de emissões.

"Se o conteúdo de carbono na nossa energia ficar constante, as emissões vão aumentar muito só pelo crescimento econômico", diz Carolina Dubeaux, da UFRJ, que calculou em 2009 os custos do aquecimento no país. "Temos de pensar no pós-2020."

É hora de reconhecer a crise e dar respostas. Fabio Feldman – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012

As duas últimas décadas trouxeram grandes transformações. Nas comunicações houve praticamente uma revolução com a explosão da internet e da telefonia celular, bem como no desenho geopolítico do mundo.

O Muro de Berlim havia sido demolido há pouquíssimo tempo, os EUA saíam vitoriosos da primeira Guerra do Iraque, em 1991, e o mundo estava superando a Guerra Fria e a bipolaridade que a caracterizava. O movimento ambientalista, por sua vez, ganhava impulso e as suas bandeiras representavam, do seu modo, as novas utopias.

A mobilização da opinião pública em decorrência da divulgação da imagem de satélite sobre a Antártida havia comprovado que o impacto da humanidade sobre o planeta era incontestável, a ponto de a revista "Time" escolher como capa de janeiro de 1989 o "Planeta Ameaçado".

O relatório da Comissão Brundtland, cujo mandato era avaliar os resultados da primeira grande Conferência de Estocolmo, lançava a ideia do desenvolvimento sustentável e fazia o diagnóstico de problemas socioambientais.

Seu título foi tomado de empréstimo pela Eco-92, de modo que essa veio a se chamar "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento".

O Brasil vivia o início da crise que levou ao impeachment do primeiro presidente eleito após a ditadura militar, Fernando Collor, e o combate à inflação galopante continuava o item prioritário na agenda econômica do país.

O desmatamento da Amazônia causava alto impacto na opinião pública internacional, ainda influenciada pela morte do primeiro grande mártir global da luta ambientalista, Chico Mendes.

Esse foi o contexto que levou o Brasil a sediar a Eco-92. Além do protagonismo brasileiro na Conferência de Estocolmo, defendendo que a pobreza seria a grande causa da poluição e que internalizar a dimensão ambiental somente seria possível após alcançarmos um outro patamar de crescimento econômico.

Assegurar, portanto, que o Brasil sediasse a conferência era uma maneira de persuadi-lo a compreender a importância da dimensão planetária inerente à questão ambiental. E, por parte do Brasil, no governo de José Sarney, demonstrar ao mundo que o país não era o vilão devorador da Amazônia e insensível em relação à consciência ambiental.

Vale lembrar que a própria expressão "biodiversidade" tinha surgido há poucos anos por iniciativa do ambientalista norte-americano Thomas Lovejoy e que aquecimento global era assunto exclusivo da comunidade científica.

O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) havia sido criado em 1988 e o seu primeiro relatório, divulgado em 1990.

Às vésperas da Rio+20, a esperança de 1992 cedeu lugar ao mau humor desses tempos bicudos que marcam a crise econômica na Europa e nos Estados Unidos.

A Agenda 21, um dos principais resultados da Eco-92, reflete o otimismo de então, uma vez que a expectativa era que adentraríamos no século 21 na direção do desenvolvimento sustentável. Seria um movimento irreversível.

Em que pesem controvérsias marginais, a ciência tem demonstrado que os limites do planeta estão cada vez mais próximos.

Paradigmático é o estudo publicado na revista "Nature" por uma equipe de cientistas liderados por Johan Rockström, que indica nove limites planetários: mudança climática; taxa de perda da biodiversidade; ciclo do nitrogênio e ciclo do fósforo; destruição da camada estratosférica de ozônio; acidificação dos oceanos; uso global de água doce; mudança no uso da terra; concentração de aerossol atmosférico e poluição química.

Dentre os limites mencionados, o mais urgente é o relacionado à mudança do clima, que exige da humanidade uma redução dramática na emissão de gases efeito estufa, com objetivo de manter o aumento da temperatura média do planeta em até 2°C até o fim do século, como foi definido na COP-15, em Copenhague, em 2009.

A Rio+20, entretanto, traz uma agenda difusa que não enfrenta como deveria os desafios do planeta.

Seus temas principais são "A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável".

Equivocadamente separa o ambiental do social como se o primeiro não se refletisse dramaticamente no segundo. E continua com uma mentalidade do século 20 que não leva em consideração as mudanças dos últimos 20 anos.

Em última instância, isso decreta o fracasso dessa conferência diante da história.

O Brasil, por sua vez, não tem sido capaz de exercer uma liderança inovadora e progressista que supere essa mentalidade atrasada.

Na Eco-92, a liderança foi exercida pelo secretário-geral Maurice Strong, tirando a exclusividade das decisões do mundo da diplomacia.

Nesses poucos dias que antecedem a Rio+20, espera-se que ela alcance alguns resultados fundamentais. O primeiro é o reconhecimento da urgência que a crise

planetária traz e a sinalização de que assumiremos as nossas responsabilidades diante dela.

E, como desdobramento, seremos capazes de dar respostas à altura, a exemplo da criação de um "IPCC do planeta" e metas mensuráveis e verificáveis a serem monitoradas nas próximas décadas.

Os novos tempos são de implementação. E o destino de cada um de nós está atrelado aos resultados da Rio+20.

Cada grupo tem a sua ideia de economia verde. Termo principal usado na pauta da Rio+20 envolve significados controversos, o que leva a impasse nas discussões. Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012

Tema central da Rio+20, a transição da atual economia "marrom" para a "verde" está longe de ser consenso. Grosso modo, a primeira é o sistema produtivo atual, poluente e baseado em combustíveis fósseis; a outra preconiza uma baixa emissão de carbono e um uso mais eficiente dos recursos naturais.

Mas países, organizações sociais e economistas têm visões diferentes sobre o conceito de economia verde e o funcionamento desse novo sistema na prática.

O grande impasse é como a economia vai se reorganizar para enfrentar questões sociais, como o combate à pobreza e a redução das desigualdades em um cenário no qual os limites físicos do planeta ficam mais evidentes.

Com 7 bilhões de habitantes consumindo e aspirando a um padrão de vida mais alto, a capacidade de recuperação do ambiente, base para qualquer atividade econômica, está cada vez mais fragilizada. Ao mesmo tempo, o paradigma de sucesso dos países é o crescimento, trimestre a trimestre, da economia.

A ONU propõe uma espécie de caminho das pedras: um investimento anual de 2% do PIB global em dez setores-chave da economia, nas próximas décadas, bastaria para dar início à mudança em direção à economia verde. E ainda ajudaria a gerar milhões de empregos, na estimativa das Nações Unidas.

A proposta está em um relatório lançado em 2011 pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que será o ponto de partida para as discussões na conferência.

QUEM PAGA

O montante, equivalente a US\$ 1,3 trilhão por ano (R\$ 2,6 trilhões), ajudaria a modernizar e "limpar" dez setores: agricultura e pesca; construção, energia, florestas, indústria, turismo, transportes, água e resíduos e metrópoles.

E quem paga essa conta? Segundo o Pnuma, os recursos poderiam sair do cofre tanto dos governos, por meio de incentivos e subsídios, quanto da iniciativa privada, em investimentos diretos. Isso impulsionaria as tecnologias de baixo carbono.

"Parece uma quantia enorme, mas os governos gastam todos os anos cerca de 2% a 3% do PIB global em subsídios que só perpetuam o uso insustentável dos recursos", afirma Steven Stone, chefe do Departamento de Economia e Comércio do Pnuma.

Ele cita como exemplos os subsídios pagos à indústria de combustíveis fósseis -cerca de R\$ 1 trilhão/ano- e à agricultura sem práticas sustentáveis, na faixa de R\$ 701 bilhões/ano.

"Se os governos começarem redirecionando esses subsídios danosos e obsoletos para dar suporte à economia verde, seria um grande passo à frente", diz Stone.

Mas a economia verde está longe de ser consenso. Nas discussões do "Rascunho Zero", esboço do documento final da Rio+20, muitos países refutam a definição proposta pela ONU. O grupo dos países pobres e em desenvolvimento, o G-77, teme que o mantra da economia verde seja um artifício dos países ricos para vender tecnologia cara aos pobres.

O Brasil endossa a posição do G-77, embora reconheça que possa se beneficiar com a transição para a economia verde, já que tem matriz energética mais limpa que os demais membros do grupo.

"Não há consenso sobre economia verde", reconhece o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20. "Mas nós queremos mostrar que cada país encontrará seu caminho para chegar ao desenvolvimento sustentável. A economia verde é um instrumento para isso", diz o embaixador.

MERCANTILIZAÇÃO

Nos termos definidos pela ONU, a economia verde tampouco conta com simpatia dos movimentos sociais. A Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 que será realizado no Aterro do Flamengo, concentra boa parte dos ativistas contrários à ideia.

As ONGs alegam que o conceito proposto nada mais é que uma tentativa de "pintar de verde" o neoliberalismo. Isso sem uma revisão profunda dos padrões predatórios da economia de mercado, como os estímulos ao consumismo, que estão levando o mundo ao esgotamento dos recursos naturais.

Movimentos sociais também não concordam com a proposta de atribuir valor econômico, ou seja, colocar preços em serviços prestados pela natureza, como a produção de água, a regulação do clima pelas florestas e a polinização das lavouras. Essa "precificação" poderia ajudar a remunerar proprietários de terra que preservam áreas de florestas, por exemplo.

A ideia faz parte de uma série de relatórios da ONU sobre a economia da biodiversidade, encabeçados pelo economista indiano Pavan Sukhdev.

"A economia verde 'ideologizou'", diz Pedro Ivo, coordenador da Cúpula dos Povos. "Há muita confusão, entre os movimentos sociais, sobre como lidar com serviços da natureza. Mesmo que isso represente fonte de renda para agricultores e povos tradicionais", diz Ivo.

Ecologia de mercado ou decrescimento? Andrea Vialli e Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012

A expressão "economia verde" virou um guarda-chuva que abriga várias teorias.

O termo serve tanto à corrente chamada por seus críticos de "ambientalismo de mercado" -representada pela economia neoclássica, que crê na tecnologia para superar a finitude dos recursos- quanto ao decrescimento, segundo o qual os países devem parar de crescer.

As correntes ligadas à economia ecológica ganharam força na década de 1960 com o romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994).

Roegen foi o primeiro teórico a aplicar as leis da física à economia. Tomou emprestada a lei da entropia, da termodinâmica, para explicar que o sistema econômico não é um moto-perpétuo capaz de alimentar a si mesmo de forma circular, sem perdas. Ao contrário disso, gera rejeitos e poluição.

Roegen influenciou vários economistas nas décadas seguintes ao dizer que a natureza impõe limites físicos ao crescimento contínuo.

Alguns de seus seguidores, como o norte-americano Herman Daly, ex-diretor do Banco Mundial, defende o "estado estacionário" para os países que já alcançaram um alto patamar de renda -Dinamarca, por exemplo. Significa estabilizar produção e população.

Conforme essa corrente, países ricos deveriam buscar o estado estacionário deixando espaço para que os pobres cresçam até um nível suficiente de prosperidade.

Há ainda quem radicalize a ideia do estado estacionário, como o francês Serge Latouche, autor de "Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno" (Martins Fontes, 2009, R\$ 24,90). Para ele, os países devem parar de crescer. Os pobres ainda podem continuar crescendo -mas pouco, sem buscar um padrão de vida "perdulário".

A ideia dessa freada brusca pode soar como um impropério em um país como o Brasil, recém-alçado à sexta economia do mundo. Mas o crescimento zero vai acabar chegando ao dia a dia dos países, "por bem ou por mal", na avaliação do economista Ademar Romeiro, professor da Unicamp.

"Não é uma questão de ser ou não factível. Não há como todo mundo continuar crescendo perpetuamente. Isso é insustentável."

DESCASAMENTO

Para Ricardo Abramovay, economista e professor da USP, os ganhos de eficiência e tecnologia ajudam, mas estão longe de resolver o problema da finitude dos recursos naturais.

"Nos últimos 20 anos a economia global produziu consumindo 23% menos materiais e emitindo 21% menos carbono", diz.

No entanto, população e consumo aumentaram exponencialmente, anulando os ganhos de eficiência num processo de 'descasamento' (do inglês, "decoupling"). "Isso mostra que é falsa a expectativa de que, graças à tecnologia, poderemos continuar com o pé no acelerador do crescimento."

Entrevista - Kenny Bruno. Da maquiagem verde ao 'reino da baboseira'. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012

Para o ativista que globalizou a expressão 'greenwash' na Eco-92, a conversa, agora, precisa chegar a novos padrões de produção e consumo -ou a palavra-chave da Rio+20 será 'bullshit'

O ativista americano Kenny Bruno é um sujeito meio anônimo até mesmo no mundo ambiental. Mas pouca gente ignora hoje a expressão que ele lançou: "greenwash", ou maquiagem verde.

O conceito foi difundido durante a Eco-92, em um documento feito por ele para o Greenpeace. O relatório denunciava a indústria química por fazer propaganda de ações "verdes" para disfarçar práticas que, na verdade, eram pouco sustentáveis.

A expressão acabou entrando para o dicionário de Oxford em 2000.

Em 2002, durante a conferência de Johannesburgo, Bruno voltou à carga, denunciando parcerias entre empresas com práticas trabalhistas pouco corretas e as Nações Unidas, o que foi chamado de "bluewash" (devido ao azul, cor oficial da ONU).

Hoje trabalhando como consultor, Bruno prepara um novo relatório sobre a relação entre a ONU e empresas, a ser lançado durante a Rio+20. E qual é a expressão, desta vez? "É bullshit' [baboseira]", diz ele à **Folha**, rindo.

Folha - Pode falar sobre esse relatório que o sr. prepara?

Kenny Bruno - Vamos olhar algumas empresas que dizem praticar o desenvolvimento sustentável e ver o que elas estão fazendo de fato. Vamos olhar seis ou sete e fazer

estudos de casos. E fazer um histórico do envolvimento corporativo no desenvolvimento sustentável nos últimos anos.

Como surgiu o conceito de "greenwash"?

Surgiu em meados dos anos 1980, quando tivemos vários desastres ambientais: a explosão de Bhopal, a descoberta do aquecimento global, em 1988, e do buraco na camada de ozônio. A indústria, a química em especial, organizou-se em torno de algo chamado "cuidado responsável". Foi uma reação a Bhopal [leia nota nesta página]. A associação das indústrias químicas tentou juntar todo mundo para assinar esses princípios e tentar evitar regulação e responsabilização legal. Até hoje a Union Carbide e a empresa que a comprou, a Dow, nunca foram punidas pelo que houve em Bhopal.

Mas a expressão só nasceu em 1992 ou antes?

Descobrimos mais tarde que outra pessoa havia usado a palavra antes [o americano Jay Westervelt], para se referir a hotéis que não lavavam as toalhas e diziam aos clientes que era para economizar energia. Mas nosso relatório de 1992, que virou livro em 1996, difundiu a palavra.

O que espera da Rio+20?

Algum acordo para não passar vergonha, tipo o que aconteceu [na conferência do clima] em Copenhague. Vinte anos depois, não caminhamos da forma como esperávamos. Espero um acordo sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, algo assim, e as pessoas poderão dizer que fizeram alguma coisa.

Isso é bom?

Boa pergunta. Mas é melhor do que nada, é bom para lembrar aos chefes de Estado que esses assuntos são importantes e as pessoas ligam para eles. Mas os temas que já têm suas próprias convenções, como no caso do clima e da biodiversidade, são mais importantes. Não acredito que a maioria dos cidadãos esteja olhando para esses processos multilaterais em busca de grandes soluções para o problema do desenvolvimento sustentável.

Então essas conferências são mais importantes pelo que acontece em volta delas?

Mesmo em 1992 -e é impressionante, porque foi antes da internet- houve uma explosão de energia na sociedade civil. Vamos ver isso de novo. A energia nas conferências paralelas é muito alta. A diferença, agora, e uma diferença que acho triste, é que em 1992 houve uma conferência paralela dos povos, e os povos faziam tudo o que pudessem pelo desenvolvimento sustentável.

Na cúpula de Johannesburgo, em 2002, isso se transformou: era um protesto lá fora em vez de uma conferência paralela. Em Seattle, na conferência da OMC [Organização

Mundial de Comércio], o que houve foi um grande protesto. Em Johannesburgo, a sociedade civil se dividiu em dois grupos: aqueles que achavam que a ONU ainda nos representava e os que achavam que ela tinha ficado parecida com a OMC.

Sobre o desenvolvimento sustentável, o sentimento é o de que as grandes empresas e os grandes países o capturaram e não têm permitido que ele seja um princípio guia. Eles o escantearam.

E o que ficou no lugar?

O livre comércio, o crescimento do setor financeiro, a globalização corporativa. E tudo isso é mais do interesse das grandes empresas e de alguns países. Vimos no que deu a desregulamentação do setor financeiro. Não foi tão ruim para o Brasil, mas foi uma tragédia total para a Grécia, a Irlanda, a Espanha e até mesmo para os Estados Unidos. Esse não é o modelo que vai produzir desenvolvimento, muito menos sustentabilidade.

Há milhares de empresas que concordariam comigo, mas elas não têm lugar na ONU. As que se inseriram no processo, os membros da Câmara Internacional do Comércio, têm conseguido ditar a maneira como a ONU trata as parcerias corporativas.

Em 1992, a palavra era "greenwash". Em 2002, vocês criaram "bluewash", para as más práticas sociais das empresas. Qual é a palavra em 2012?

Não sei se você pode escrever, mas a palavra é "bullshit" [baboseira]!

Chegamos ao ponto em que os desafios são tão grandes, 20 anos depois, que ficar tagarelado e discutindo esses parágrafos [do documento base da conferência] é decepcionante.

Temos todos um desafio profundo, que é mudar os padrões de produção e consumo. Não fizemos isso. Os padrões provavelmente são menos sustentáveis agora. Se não arrumarmos um jeito de lidar com isso, ou de ao menos admitir isso, estaremos no reino da "bullshit".

Falta projeto para manter a floresta em pé. Financiamento internacional de ações de conservação ambiental esbarra em burocracia, despreparo e falta de projetos. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012

O fundo criado em 2008 para bancar ações de preservação ambiental na Amazônia vem esbarrando no alto nível de exigências do BNDES, no despreparo de organizações da sociedade civil e na falta de projetos do governo.

Somados, esses fatores dificultam o ganho de escala do Fundo Amazônia, considerado um trunfo brasileiro no esforço para que países desenvolvidos financiem ações de combate ao efeito estufa.

Os recursos doados por governos e empresas são repassados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a projetos de conservação da região e, em menor proporção, de outros biomas.

A criação do mecanismo foi proposta pelo Brasil na conferência do clima de Nairobi, em 2006. Mesmo com a promessa da Noruega de doar US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 2 bilhões) até 2015, o fundo tinha até o dia 15 do mês passado apenas 21 contratos firmados, totalizando R\$ 259,2 milhões. Os repasses são a fundo perdido, ou seja, sem reembolso ao banco.

Apesar do potencial dos projetos -dois deles ajudaram Alta Floresta (MT) a sair da lista dos principais desmatadores do país-, a avaliação do próprio BNDES é que os desafios de preservação da floresta "exigem a ampliação da escala das operações". O banco, porém, diz que o desempenho é "exitoso" e que o fundo apresenta os melhores resultados dentre outros instrumentos semelhantes.

Integrante do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, Adriana Ramos considera que as exigências do BNDES e a falta de preparo de parte das organizações da sociedade civil acabam restringindo o acesso aos recursos a grandes instituições.

"Há uma dificuldade de apoiar comunidades e organizações locais, que muitas vezes são as que lidam com as situações de maior sensibilidade para a conservação da floresta", afirma.

Ela também critica o que classifica como falta de protagonismo do governo. Dos 21 projetos aprovados, só um é de um órgão federal, a Universidade Federal do Pará.

Para enfrentar o desmatamento, as iniciativas apoiadas costumam combinar uma série de ações. É o caso, por exemplo, do projeto elaborado pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), que acaba de obter R\$ 24,9 milhões do fundo.

Nos próximos cinco anos, a instituição trabalhará em três assentamentos do oeste do Pará para desenvolver um modelo sustentável de desenvolvimento. As ações incluem regularização fundiária, capacitação em técnicas agropecuárias e pagamento por serviços ambientais.

Para Osvaldo Stella, do Ipam, o Fundo Amazônia é importante para permitir o desenho de modelos que poderão ser replicados em outras áreas. Ele diz, porém, que a burocracia dificulta o acesso aos recursos -no caso do Ipam, a aprovação dos R\$ 24,9 milhões levou 30 meses.

"O financiamento do nosso projeto passa pelos mesmos trâmites que o da usina de Belo Monte", compara, citando a hidrelétrica de R\$ 25 bilhões que alagará cerca de 500 km no Pará.

DINHEIRO DA NORUEGA

A lentidão na implementação do fundo também tem causado irritação na Noruega, seu principal doador.

Uma fonte do governo norueguês reclamou de ineficiência e pediu mais esforço brasileiro. Segundo essa fonte, o programa Bolsa Verde, uma espécie de braço ambiental do Brasil Sem Miséria, poderia ser financiado pelo Fundo Amazônia.

Em entrevista à **Folha**, o ministro do Meio Ambiente da Noruega evitou tecer críticas ao fundo. Baard Vegar Solhjell elogiou as iniciativas brasileiras de combate ao desmatamento - "provavelmente o maior esforço de redução de emissões de CO2 do mundo" -, mas reconheceu que "há desafios".

Para o ministro, a possibilidade de o país alcançar a doação de US\$ 1 bilhão prometida é realista, "desde que o Brasil mostre resultados". Até o momento, a Noruega firmou em contrato que doará R\$ 798,9 milhões. Ingressaram de fato no banco R\$ 182,3 milhões (21,3% do total).

REDUÇÃO DO DESMATAMENTO

Com exceção de 2008, houve quedas sucessivas na destruição da Amazônia desde 2005. A área desmatada passou de 27.772 km² em 2004 para 6.238 km² em 2011 - queda de 77,5%.

Congresso desafia Dilma com 620 emendas a Código Florestal - O Globo (Capa). 05/06/2012

Relator tentará impor rito sumário para acelerar tramitação de MP Dia Mundial do Meio Ambiente. Insatisfeitos com a medida provisória que a presidente Dilma Rousseff editou após vetar artigos do Código Florestal aprovado pelo Congresso, parlamentares apresentaram ao menos 620 emendas ao texto enviado pelo Palácio. O prazo para propor alterações se encerrou ontem. O relator da comissão que analisará a MP, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), tentará impor rito sumário e aceitar o mínimo de emendas, para construir

um texto de consenso antes da Rio+20. Hoje, a presidente anuncia pacote ambiental com criação de reservas extrativistas e homologação de terras indígenas.

Congresso reage a vetos de Dilma. Parlamentares apresentam pelo menos 620 emendas para alterar o novo Código Florestal. Maria Lima – O Globo. 05/06/2012

Numa clara demonstração de que não estão satisfeitos com os vetos nem com a medida provisória editada pela presidente Dilma Rousseff para substituir o texto aprovado na Câmara sobre o Código Florestal, deputados e senadores apresentaram ontem uma enxurrada de emendas à MP. Às 20h30m, quando se

encerrou o prazo para apresentação de propostas de alteração, a assessoria do Congresso havia registrado pelo menos 620 emendas.

Hoje recomeça mais um round. A comissão mista que vai analisar a admissibilidade da MP será instalada e o relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), deve anunciar um cronograma de trabalho, com a tentativa de

impor um rito sumário para agilizar a votação. A ideia do relator é aceitar o mínimo de emendas possível, para construir, já na comissão, um texto de consenso antes da Rio+20.

- Tem emenda de toda sorte, mas a ideia é olhar com lupa e evitar o máximo possível de emendas para não reabrir todas as polêmicas e voltar a estaca zero. Aceitar só emendas que venham a aperfeiçoar, para fazer algum ajuste que não foi conseguido. Se abrir tudo de novo, será o melhor jeito de não ter solução. Devemos ter um cronograma com rito sumário, o Luiz Henrique apresentar o relatório na próxima semana e votar o mais rápido possível - disse o senador Jorge Viana (PT-AC), que deve auxiliar o relator na comissão mista.
 - O fato de Dilma ter priorizado, ter dado atenção especial ao pequeno produtor, no caso da recomposição das áreas degradadas, tirou o argumento de quem estava contra. Isso vai facilitar um entendimento – completou Viana.
-

Ruralistas: MP pune médios produtores – O Globo. 05/06/2012

O presidente da Frente Nacional da Agropecuária, deputado Homero Pereira (PR-MT), disse que os ruralistas apresentaram 58 emendas que, fundamentalmente, visam a dar mais segurança jurídica e tentam flexibilizar o

escalonamento para recuperação das áreas degradadas, beneficiando também os médios produtores. Ele disse que a MP beneficia os pequenos, até quatro módulos, mas é muito dura com os médios. Segundo Pereira, quem tem cinco módulos é quase igualado aos grandes nas obrigações de recuperação das áreas.

Outra emenda sugere que os recursos de multas e licenciamentos sejam destinados a um fundo para subsidiar pequenos e médios produtores na recuperação de áreas degradadas. Para Pereira, 90% do código e da MP são bons e representam avanços, mas é preciso ajustar 10% do texto.

A MP 571, editada em 28 de maio, prevê trinta mudanças no novo Código Florestal. Em imóveis com área de um a dois módulos, será obrigatória a recomposição de faixa de mata de oito metros de largura, e em imóveis

de dois a quatro módulos, serão 15 metros de mata, para rios de qualquer tamanho.

- A MP é muito dura com os médios produtores, que acabaram penalizados. Quem tem mais de cinco módulos está sendo quase igualado aos grandes proprietários que tem condições de fazer essa recuperação. Tem que ter um apoio financeiro do governo para ajudar esses pequenos e médios, quem tem de cinco a 15 módulos. Se não houver essas mudanças, vai ser uma lei que não vai pegar, não terá efeito na prática – disse Pereira.

Após passar pela comissão mista, a MP será votada na Câmara e, depois, no Senado. Caso haja mudanças, voltará para a Câmara.

“A agropecuária brasileira cresce, ao mesmo tempo em que respeita o meio ambiente” - Site da CNA. 06/06/2012

“A agropecuária brasileira cresce, ao mesmo tempo em que respeita o meio ambiente”, disse a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, nesta quinta-feira, em Paris, na França, ao representar o Brasil na mesa-redonda de encerramento do Congresso Mundial da Carne. Ela afirmou que o Brasil tem uma das legislações ambientais "mais rigorosas do mundo" e indagou "qual seria a reação dos produtores de Europa, Estados Unidos e China se enfrentassem a legislação que os brasileiros enfrentam".

A senadora citou como exemplo as Áreas de Preservação Permanente (APPs), que fazem parte do novo Código Florestal, e obrigam os produtores a retirar-se das margens dos rios, para que essas áreas sejam reflorestadas. A presidente da CNA defendeu as APPs, lembrando que, no Brasil, é reconhecida sua importância para preservação das fontes de água, o que levou à sua regulamentação em lei.

"Mas eu fico imaginando se nós pedíssemos aos agricultores que produzem às margens do rio Sena, do Tâmbisa, do Reno e do rio Amarelo, na China, para se afastarem 100 metros de cada margem, para o plantio de florestas, sem nenhuma indenização, como a legislação brasileira impõe aos produtores do Brasil", disse a senadora.

Durante sua exposição, a senadora lembrou que o setor agropecuário brasileiro já vem se desenvolvendo de forma sustentável há décadas. "Se nós observarmos o período de 1940 até 2006, quando foi realizado o último Censo Agropecuário no Brasil, tivemos um aumento no rebanho em torno de 400%. No entanto, a superfície de pastagem cresceu apenas 80%", afirmou ela.

A presidente da CNA lembrou que, atualmente, o agronegócio representa 33% de todos os empregos do Brasil e 37% de todas as exportações do País. Além disso, há 10 anos o setor é responsável por manter a balança comercial brasileira superavitária, em 29 bilhões de dólares. Tudo isso, disse a senadora, preservando o meio-ambiente.

"Em 2004, o governo brasileiro adotou o compromisso de diminuir o desmatamento em 80%. Ou seja, sair de 27 mil km² de florestas desmatadas por ano, para 5,4 mil km², em 2020. No final do ano passado, oito anos antes do prazo, nós já quase cumprimos esta meta, com uma área desmatada de 6,6 mil km²", explicou a senadora.

A presidente da CNA defendeu, ainda, a prática de criação do boi verde, que deixa o gado pastar livremente, mas é apontada como causadora de mal-estar animal. "Eu quero lembrar a essas pessoas que esse boi não tem que andar quilômetros para se alimentar. A cada passo que o boi verde do Brasil dá, ele encontra comida. Ao contrário do boi confinado, que precisa comer oito quilos de grãos por dia, afetando a alimentação humana", afirmou Kátia Abreu

Brasil engatinha em desenvolvimento sustentável, dizem especialistas. Rodrigo Otávio – Agência Carta Maior. 07/06/2012

O Brasil caminha a passos lentos em termos de um desenvolvimento sustentável coordenado e abrangente. Esta foi a conclusão de Francisco Costa, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Maurício Serra, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), durante o debate “Há uma Política Brasileira de Desenvolvimento Sustentável?”, realizado na UFRJ.

Rio de Janeiro - Se é que possui, o Brasil caminha a passos lentos em termos de um desenvolvimento sustentável coordenado e abrangente. Esta foi a conclusão de Francisco Costa, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Maurício Serra, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), durante o debate “Há uma Política Brasileira de Desenvolvimento Sustentável?”. O painel fez parte do XVII Encontro Nacional de Economia Política, que, apesar da greve das instituições federais de ensino superior em todo o país, está sendo realizado até sexta-feira (8) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Reconhecendo ser um conceito amplo, Maurício Serra tende a definir desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras coordenarem as suas próprias necessidades”. Assim sendo, às vésperas da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, segundo o professor, “está inserida a ideia de que desenvolvimento e meio ambiente não são objetivos contraditórios”.

Para o professor, o problema passa a ser tornar esses temas viáveis a partir de políticas públicas, afinal de contas, “não há porque ter desenvolvimento se esse desenvolvimento não for direcionado para a dimensão social, na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas”, diz ele.

Serra defende a mensuração como ferramenta básica para se medir esse desenvolvimento, e reconhece que o país ainda tem um longo caminho a percorrer. “O Brasil tem desde 2002 os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Ids), e dá para se fazer, com todas as imprecisões, um retrato da sustentabilidade em nosso país. Apesar dos avanços, verificamos, por exemplo, indicadores gritantes, como o saneamento. A parte de esgoto é extremamente complicada quando se sai das capitais em direção às partes rurais”, aponta o professor.

“Então, a meu ver não existe essa política de desenvolvimento sustentável. Fizemos

avanços, não tenho dúvida, mas avanços pouco agregados. No nível de municipalidade você não consegue fazer grandes coisas. Há que se ter um esforço maior nessa direção para que isso possa integrar políticas e gestão pública”, defende Maurício Serra, acrescentando que nem sempre o problema é só de execução regional. “O que o ministério do Meio Ambiente faz muitas vezes está na contramão dos interesses do ministério da Agricultura, ou do próprio ministério da Fazenda”, ilustra.

Amazônia

O diretor do Ipea, Francisco de Assis, faz coro à visão de Serra de que o Brasil deixa a desejar na questão ao citar a Amazônia como exemplo. “A resposta óbvia é não! Na Amazônia não tem! Você tem alguns mecanismos de política atuante, mas de contenção, não de atuação para o desenvolvimento”, afirma.

Assis é de opinião de que dada a sua complexidade, o desenvolvimento sustentável deve ser visto como um ideário. Mesmo assim, passível de passos concretos, ainda que esses passos entrem na não menos indefinida e suspeita “economia verde”. “Uma economia verde criativa significa você ter a capacidade de, para além do ‘business as usual’, reconhecer as propriedades presentes e fazê-las economicamente eficientes em todos os sentidos. Pensar a Amazônia exige um outro conjunto de estrutura, que não se manifesta em capacidade econômica de troca imediata. É a economia de baixo impacto, de serviços ambientais, com capacidade de inclusão inerente dos indivíduos e estruturas que fazem parte dela. Mas está difícil falar de desenvolvimento sustentável neste contexto”.

Ruralistas vão ao Supremo contra MP sobre lei florestal. Congressistas contestam tramitação de medida que altera o código já aprovado. Marcio Falcão – Folha de São Paulo, Opinião. 07/06/2012

A Frente Parlamentar da Agropecuária entrou ontem com um mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) para impedir a tramitação no Congresso da medida provisória que altera o Código Florestal, sancionado no mês passado pela presidente Dilma Rousseff.

A justificativa é que o governo não poderia editar uma MP sobre um tema que já foi deliberado pelo Congresso antes de que os vetos presidenciais sobre o tema sejam analisados pelo Legislativo.

O governo editou a MP em 28 de maio para recompor os 12 vetos feitos ao Código Florestal. Um dos principais pontos é a fixação de uma "escadinha" para as faixas de recomposição das APPs (áreas de preservação permanente) em beira de rio.

Na avaliação da frente, composta por 209 deputados e 13 senadores, a MP é inconstitucional. "Isso é uma afronta", disse o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO).

De acordo com o mandado, a MP descumpre os artigos 62 e 67 da Constituição.

"A lei maior do país proíbe ato provisório sobre tema já tratado em projeto de lei aprovado anteriormente pelo Parlamento e pendente de sanção ou veto do presidente da República", diz o texto.

Ontem, o Congresso instalou uma comissão mista para analisar a admissibilidade da MP do código. A maioria do grupo é de ruralistas.

A Mesa Diretora do Congresso deve fechar até o início da próxima semana o número final das sugestões de alterações apresentadas por deputados e senadores.

Para o presidente da comissão, Bohn Gass (PT-RS), a movimentação dos ruralistas não tem fundamento constitucional. "Temos tranquilidade como base do governo."

Só 4 de 90 metas ambientais têm avanço. Dado de relatório da ONU quantifica mudanças consideradas 'significativas' rumo a desenvolvimento sustentável. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 07/06/2012

No momento em que o mundo negocia um novo acordo sobre desenvolvimento sustentável, a ser assinado na cúpula Rio+20, a ONU afirmou ontem que apenas quatro dos 90 objetivos ambientais mais importantes acertados internacionalmente nos últimos 40 anos tiveram avanços significativos.

O número é inferior ao de objetivos que tiveram retrocesso: oito no total. Outros 40 registraram poucos avanços e 24 praticamente não apresentaram nenhum progresso. Além disso, 14 não puderam ser avaliados devido à falta de dados mensuráveis.

As informações constam da quinta edição do relatório Panorama Ambiental Global, o GEO-5, divulgado pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em evento no Rio.

Segundo o órgão, houve avanço significativo nos objetivos de erradicação do uso de substâncias nocivas à camada de ozônio, eliminação do uso de chumbo em combustíveis, ampliação do acesso a fontes de água potável e aumento das pesquisas sobre a poluição dos mares.

Mas os esforços para o combate às mudanças climáticas e para a preservação dos estoques pesqueiros, por exemplo, praticamente não deram resultado. E a proteção dos recifes de corais teve retrocesso -desde 1980, eles sofreram redução de 38%.

MENSAGEM

Para o diretor executivo do Pnuma, Achim Steiner, o relatório é uma mensagem direta para os líderes que se reunirão na Rio+20, conferência sobre desenvolvimento sustentável que começa na próxima semana na cidade.

Segundo ele, é "chocante" que o mundo não tenha conseguido avançar na maioria dos acordos ambientais.

Steiner diz, porém, que o relatório não passa apenas uma "mensagem de fracasso". A segunda parte do documento é voltada para a análise de políticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Com a divulgação, o Pnuma espera que essas iniciativas possam ganhar escala.

Também presente ao lançamento do relatório, a coordenadora executiva da Rio+20 atribuiu a falta de implementação dos acordos já firmados ao fato de que os líderes políticos e empresariais ainda não incorporaram o desenvolvimento sustentável ao centro de suas políticas.

Henrietta Elizabeth Thompson avalia que a conferência não está fadada a ver o mesmo acontecer com seus acordos porque o cenário atual é "diferente". Como exemplo, ela citou o fato de que neste ano, pela primeira vez, o Banco Mundial reuniu ministros da Economia de todo o mundo para discutir o desenvolvimento sustentável.

Outros fatores que, segundo ela, terão impacto positivo sobre a Rio+20 são a existência de mais informações científicas sobre a necessidade de mudanças e a maior presença de líderes empresariais nas discussões.

De acordo com Fatoumata Keita-Ouane, do setor científico do Pnuma, a pesquisa mostrou que os objetivos são implementados com mais sucesso quando vinculados a metas numéricas e com prazos definidos.

Uma das discussões na Rio+20 é justamente o estabelecimento dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que poderiam englobar metas nas áreas de energia e erradicação da pobreza, por exemplo.

Votação de MP do código só depois da Rio+20. Maria Lima e André de Souza – O Globo. 07/06/2012

Diante da maioria ruralista na comissão que analisará vetos de Dilma, governo adia exame do relatório com mudanças. Para não correr o risco de ver rejeitada a Medida Provisória 571 - que recupera parte do texto do Senado sobre o Código Florestal derrubado na Câmara -, diante da maioria de integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária na comissão mista que analisa o tema, o governo, ambientalistas e o relator, senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), decidiram adiar para depois da conferência Rio+20 a votação do relatório. A estratégia agora é evitar a pressão da Rio+20 e buscar o entendimento com ruralistas mais moderados do Senado, como o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), para servir como interlocutores com a bancada mais radical, da Câmara.

O relatório deve ser apresentado até o próximo dia 12, mas serão realizadas duas audiências públicas e pedido de vista antes da votação na comissão mista. Não há clima

para o rito sumário antes anunciado. Na primeira reunião, na terça-feira, o presidente da Frente da Agricultura, deputado Homero Pereira (PSD-MT), chegou a articular uma debandada para não dar quórum à instalação, e o deputado Lira Maia (DEM-PA) questionou Luiz Henrique sobre um acordo prévio de só começar a tramitação da MP depois da Rio+20.

- Não podemos arriscar. Tem um movimento dos ruralistas que não querem que a tramitação da MP seja contaminada pela Rio+20. Achem que a pressão pode influenciar no resultado. Como todo mundo estará concentrado também na conferência, por razões diferentes, essa matéria só será deliberada depois da

Rio+20 - disse o senador Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente da comissão mista.

Preocupado que as negociações voltem à estaca zero e que haja uma radicalização entre ruralistas e ambientalistas, Luiz Henrique subiu ontem à tribuna para fazer um discurso em nome do entendimento. Disse que nesta estória não tem parte, que vai buscar o meio termo, o que é possível e factível para preservar o meio ambiente e o desenvolvimento do país.

– Buscarei dialogar com todos. Não haverá confrontação - disse Luiz Henrique.

Em outra frente, os parlamentares da bancada ruralista bateram às portas da Justiça e protocolaram no Supremo Tribunal Federal (STF) um mandado de segurança contra a medida provisória editada pela presidente Dilma para substituir trechos do Código Florestal vetados por ela. Os parlamentares querem a suspensão imediata da MP até que o assunto seja discutido pelo STF. O relator será o ministro Luiz Fux. Os deputados argumentam que Dilma desrespeitou dois artigos da Constituição. Eles entendem que Dilma não observou o artigo 62, que, entre outras coisas, proíbe a edição de MP "já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso e pendente de sanção ou veto do Presidente da República".

Doha: bilhões do petróleo para futuro verde. Flávio Tabak – O Globo. 07/06/2012

O Qatar vive um paradoxo. Investe bilhões de dólares em tecnologias de desenvolvimento sustentável enquanto explora uma das maiores reservas de gás e petróleo do mundo, com altas taxas de emissão de CO2. A prosperidade que financia pesquisas para o uso de energias renováveis - centralizadas na capital Doha - vem da extração, e futura queima, de energia fóssil.

Como não há fonte natural de água no país e a produção de alimentos é residual, o Qatar precisa investir pesado, hoje, para chegar ao futuro como um dos protagonistas da energia limpa, principalmente solar. Mais do que um surto ecológico, está em jogo a sobrevivência da população. O emir do Qatar, xeque Hamad bin Khalifa al-Thani, virá

ao Rio com delegação de cem pessoas para apresentar propostas de mudar radicalmente o país escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2022 e a Convenção do Clima COP-18 no fim do ano.

Energia e alimentos terão US\$ 300 milhões

Fahad bin Mohammed Al-Attiya é presidente do Qatar National Food Security Programme (QNFSP), órgão do governo criado para deixar o país seguro no abastecimento de água e de alimentos. O QNFSP vai gastar US\$ 300 milhões na elaboração de cerca de 600 projetos de irrigação, agricultura, armazenamento de água, entre outros. A ideia é mudar um número inimaginável no Brasil: 90% dos alimentos consumidos no Qatar são importados. Al-Attiya admite que há uma situação paradoxal, mas diz que é impossível acreditar numa repentina mudança da infraestrutura do mundo para usar logo energias renováveis.

- O mundo não vai se livrar da energia fóssil tão cedo. No Brasil, estão descobrindo mais e mais. Toda infraestrutura global, do Japão ao Chile, foi feita para a segunda revolução industrial, não para a terceira. O paradoxo vai continuar. A construção de cidades do futuro não pode ser com princípios do século passado. Às vezes ainda fazem isso, e esse é o desastre. No Qatar, não temos muitas resistências internas. Aqui o nosso sistema ajuda a implementar novas tecnologias. O processo de decisão é mais rápido. É simples assim -

resume Al-Attiya, em referência ao governo centralizado no xeque, que dispensa partidos políticos, mas financia a rede internacional de TV Al Jazeera, sediada em Doha.

É com essa simplicidade que Al-Attiya pretende entregar, em 2014, todos os projetos que deverão sair do papel dali a dez anos, em 2024. Depois de gastos os US\$ 300 milhões, outros muitos bilhões – Al-Attiya prefere não revelar - serão usados nas obras. Além do QNFSP, outros órgãos do governo ou ligados a ele investem em projetos para o país sobreviver num futuro próximo. São US\$ 3,5 bilhões por ano (2,8% do PIB) em pesquisas e desenvolvimento desde 2008.

Divulgado em maio, um estudo da WWF e de outras instituições põe o Qatar no topo da lista dos países que mais consomem recursos do meio ambiente. Representantes do governo respondem dizendo que os cálculos são sempre feitos a partir da divisão das emissões de CO2 pela população, que, no Qatar, é muito pequena.

Diretor-executivo do Qeeri (órgão de pesquisa de energia e meio ambiente da Qatar Foundation), Rabi H. Mohtar afirma, no entanto, que o discurso do país precisa ser proativo.

- Acredito que 60% da dessalinização do mundo são feitos aqui. Nossa mensagem é a de que estamos tentando reduzir a emissão de carbono. O Qatar não foge da responsabilidade.

Uma das principais missões do governo é produzir energia renovável para gerar água de consumo doméstico e na agricultura. A ideia é o país virar um centro de distribuição de alimentos no Oriente Médio. A região sul, com maior radiação solar, receberá campos de captação desse tipo de energia. As novas fazendas que estão nos planos do xeque serão criadas para ter o mínimo da força de trabalho humana e alta produtividade. As empresas terão incentivos financeiros.

A água é um artigo tão raro no Qatar que, quando a agricultura do país for uma realidade - hoje representa 0,2% do PIB -, o país não exportará alimentos para evitar vender a água usada no cultivo de um tomate, por exemplo. Haverá todo um plano ferroviário para escoar a produção. Os cidadãos terão extensa rede de transporte público, pelos planos do governo, até a Copa de 2022. E os estádios serão interligados por estações de metrô.

Os planos do xeque e de seu filho, o xeque Tamim bin Hamad Al Thani, vão além da construção de reservas de água e da irrigação do país. A sustentabilidade qatariana passa pelo tipo de alimentação dos que vivem no

país. Dados oficiais mostram que 69% dos homens e 78% das mulheres têm sobrepeso ou são obesos. Por isso, o QNFSP vai promover campanhas sobre dietas mais balanceadas. Os qatarianos vêm escolhendo alimentos de baixa qualidade, como congelados e embutidos, já que os produtos são importados.

Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, José Goldemberg diz que a corrida para um futuro sem petróleo, em 30 ou 40 anos, está em curso:

- O Qatar pretende, assim como outros países da região, desenvolver tecnologias para ficar na vanguarda. Vão ser a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de energias renováveis. Estão se preparando para competir bem no futuro. A Petrobras tem mais marketing do que iniciativas reais. No Oriente Médio, levam mais a sério porque têm mais dinheiro.

Petroleiras pesquisam sobre energia renovável

O Qatar, que mantém estreitas parcerias com os EUA, financia também um parque científico e tecnológico (QSTP, na sigla em inglês) onde recebe petroleiras internacionais para desenvolver pesquisas sobre energia renovável e redução do impacto ambiental na extração de petróleo. Só a americana Chevron gasta US\$ 20 milhões em trabalhos com energia solar. A dinamarquesa Maersk Oil, que extrai 300 mil barris de petróleo por dia no Qatar, captura e armazena o gás poluente emitido a partir da extração de óleo numa plataforma.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, o país atua estrategicamente:

- A energia limpa vai demorar muito para ter peso grande na matriz energética mundial. O Qatar tem vantagem porque o mundo tem descoberto muito gás natural, que antes precisava ser transportado em tubos, mas, com a tecnologia da liquefação, pode ser exportado por navio. E o Qatar tem uma das maiores plantas de liquefação de gás do mundo. Apesar de ser fóssil, o gás é mais limpo e faz a transição entre as matrizes de energia.

Ministra explica proposta de Piso de Proteção Socioambiental – Site do MDS. 08/06/2012

Tereza Campello destaca importância da articulação entre inclusão social, desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente em entrevista à GloboNews

Brasília, 8 – Em programa exibido na quinta-feira (7) na GloboNews, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, conversou com a jornalista Miriam Leitão sobre a proposta de Piso de Proteção Socioambiental que o governo brasileiro levará à Rio+20, para avaliação e debate com os representantes de todas as nações que estarão presentes no evento.

“É possível construir um ambiente onde a gente possa trilhar para que essa população, seja que tenha ativos ambientais, florestas ou biomas a serem preservados, seja moradora de regiões que já foram degradadas, mas que eles podem se empenhar em reconstruir o meio ambiente, que a gente possa remunerar essas famílias, garantindo que elas tenham renda”, destacou a ministra.

Assista a matéria completa no vídeo da GloboNews, no endereço: <http://g1.globo.com/globo-news/miriam-leitao/videos/t/todos-os-videos/v/ministra-do-desenvolvimento-social-comenta-a-proposta-do-piso-de-protecao-socio-ambiental/1983094/>

JBS rebate Greenpeace, que admite 'equivocos'. Luiz Henrique Mendes e Bettina Barros – Valor Econômico. 08/06/2012

A JBS contestou as informações divulgadas em um relatório na última quarta-feira pelo Greenpeace. Em comunicado protocolado na CVM, a empresa afirma que as denúncias da organização "são falsas, enganosas, incorretas e induzem a sociedade a uma conclusão equivocada sobre a realidade dos fatos", e que a companhia entrará com uma ação na Justiça contra o Greenpeace.

Segundo a organização, a JBS não teria respeitado um acordo firmado com o Ministério Público Federal, em que se comprometeu a não comprar animais provenientes de áreas desmatadas, de territórios indígenas ou de propriedades rurais embargadas por empregar pessoas em condições análogas à escravidão.

No comunicado, a JBS rebate cada acusação. No caso das fazendas Flor da Mata e Tesouro Vienense (MT), embargadas pelo Ibama, a empresa informa que a última compra de gado das propriedades ocorreu antes do embargo pelo órgão ambiental.

O Greenpeace admite ter se "equivocado" com as fazendas Tesouro Vienense e Vento Sul. A primeira foi autuada pelo Ibama uma semana após o último fornecimento de gado à JBS. A segunda não foi embargada pelo órgão ambiental. "As duas, porém, estão envolvidas em desmatamentos ilegais, direta ou indiretamente, e são fornecedoras da JBS".

A companhia negou também que as Fazendas Muiraquitã e JK Pneus façam parte da lista do Ibama. Já em relação à fazenda Santa Rita de Cássia, em que o ONG acusa a JBS de comprar gado de uma fazenda com mão de obra análoga à escravidão, a empresa argumenta que o dono da fazenda citado no relatório "encontra-se bloqueado na lista de fornecedores da JBS". E que adquire gado de propriedade homônima localizada em Juará (MT), e não em Nova Monte Verde (MT), conforme a denúncia.

Acusada de adquirir gado da Fazenda Panterra, que estaria em uma terra indígena no Pará, a JBS informou que a propriedade está situada a 339,15 Km de distância da divisa da reserva indígena. Já em relação à Fazenda Panorama, também em terra indígena, a companhia informa que a propriedade não consta em seu cadastro de seus fornecedores.

A JBS afirma que os pontos georreferenciados das outras nove fazendas que estariam em terras indígenas "estão fora da área da reserva". Apesar disso, reconhece que recebeu uma "única" notificação do MPF sobre o tema e que todas as fazendas lá mencionadas foram bloqueadas.

A empresa afirma ainda que o monitoramento de fornecedores indiretos somente seria possível se o Brasil tivesse um sistema de rastreabilidade que permitisse a identificação da origem do gado desde o nascimento até sua terminação.

Governo sinaliza que aceita negociar emendas ao texto do Código Florestal. – O Globo. 09/06/2012

Ministro da Agricultura acena com flexibilização para médios produtores

Integrantes do governo e parlamentares ligados a ambientalistas sinalizaram que emendas ao Código Florestal de interesse dos ruralistas podem ser negociadas para facilitar a aprovação da Medida Provisória (MP) editada pelo Planalto. O principal ponto que pode ser flexibilizado diz respeito à área de recomposição das margens dos rios para os médios produtores.

Ontem, após reunião com a presidente Dilma Rousseff no Palácio da Alvorada, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, afirmou que há possibilidade de mudança na área que o médio produtor terá que recompor.

- O próprio governo já mexeu nisso, buscou contemplar o médio. Daqui a pouco os parlamentares podem achar que precisa mais um pouquinho. Isso é um debate natural que não tem como intervir - afirmou.

O ministro minimizou o número de emendas apresentadas - cerca de 700 - e acredita que a questão está próxima de um entendimento.

- Esta semana atendi 23 deputados da bancada ruralista em um dia, muitos dizendo que estão satisfeitos. Mas se você disser que a bancada ruralista está satisfeita, o outro lado vai ficar insatisfeito. Mas a diferença é tão mínima que em mais de 500 incisos, a discussão se restringe a 5 ou 6 - afirmou.

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da MP no Senado, disse que a maioria no Congresso insiste no tratamento especial aos médios produtores e que este poderá ser um item modificado.

Economia verde já emprega milhões. Setor de energia renovável é um dos que mais contratam; cerca de 890 mil trabalham na área de biocombustíveis. Luciano Feltri – Folha de São Paulo, Empregos. 10/06/2012

Com a Rio+20, conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre desenvolvimento sustentável que começa nesta quarta, o Brasil reforça que convive, cada vez mais de perto, com desafios e oportunidades típicos de uma economia em plena transição e à procura de um modelo sustentável.

A face mais visível dessa etapa de mudanças aparece no mercado -não somente o brasileiro. Segundo dados recentes divulgados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), metade da força de trabalho global -um exército de cerca de 1,5 bilhão de pessoas- será afetada pela economia verde.

Nas contas da Iniciativa Verde, ONG que reúne especialistas da ONU e da OIT, a passagem para uma economia sustentável pode gerar até 60 milhões de vagas no mercado mundial ao longo dos próximos 20 anos.

BENEFICIADOS

Parte considerável das oportunidades surgirá em países de economias emergentes. Hoje, mais de 3 milhões de brasileiros têm empregos verdes, o equivalente a 7% do total de trabalhadores com carteira assinada no país. Cerca de 890 mil estão na área de biocombustíveis, no setor de energia renovável.

A OIT projeta que oito setores econômicos deverão ser os maiores beneficiados: agricultura, silvicultura, pesca, energia, indústria manufatureira, reciclagem, construção e transporte.

Isso não significa que os chamados empregos verdes serão limitados a essa área.

No Brasil, segundo especialistas, as oportunidades estarão espalhadas por todos os ramos, inclusive o financeiro.

"Um dos grandes desafios do momento é integrar o relatório financeiro, hoje o principal indicador de saúde de uma empresa, ao de sustentabilidade", afirma Mariana Grossi, presidente-executiva do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável).

Contabilistas, auditores, advogados e especialistas em relações com investidores puxam a fila entre as carreiras mais promissoras em um futuro que deve ser desenhado com menos impacto ambiental.

Outra figura cujo passe está valorizado nessa seara do emprego sustentável é o gestor ambiental. Um profissional da área ganha cerca de

R\$ 15 mil. Para se especializar, é preciso cursar uma pós-graduação.

"Essa é uma carreira com oportunidades para diversos profissionais, já que o gestor ambiental pode ser alguém com formações diversas, desde que esteja disposto a trabalhar com as demandas sustentáveis", explica Sandra Quinteiro, consultora do Instituto EcoSocial.

Conservar e crescer. Com pouco a apresentar na Rio+20, governo Dilma mostra que o país caminha longe do que poderia ser uma economia verde – Folha de São Paulo, Opinião. 10/06/2012

Começam nesta semana os eventos paralelos da Rio+20, reunião de cúpula sobre o ambiente mundial que reunirá uma centena de chefes de Estado e governo entre os dias 20 e 22, no Rio de Janeiro.

O governo Dilma Rousseff se esforça para exibir credenciais verdes na véspera da conferência, mas não chega a ser convincente.

A maior crítica ao Planalto é a falta de liderança para tornar a Rio+20 um sucesso. O Itamaraty se esmera em garantir um evento sem solavancos logísticos e diplomáticos, o que é bom -mas pouco.

A conferência não produzirá tratados marcantes como as convenções sobre mudança do clima e biodiversidade adotadas na Eco-92, duas décadas atrás. O documento final será provavelmente uma declaração anódina sobre economia verde, mais um slogan que preocupação real de governos e empresas.

A presidente não é a única responsável por isso, certo. Há quem veja nas reverberações da crise financeira de 2008/09 o prenúncio de uma depressão mundial, como a da década de 1930. Tal atmosfera não favorece a propagação da pauta ambiental no âmbito da produção, a não ser nos raros casos em que seus custos são inferiores, no curto prazo, aos da inação.

Não saiu caro para Dilma Rousseff costurar os retalhos de um novo Código Florestal, no figurino da medida provisória cosida com vetos à lei desequilibrada aprovada no Congresso. Serviu para tingir de verde sua imagem, a dias da cúpula, e a multidão de estrangeiros no Rio terá dificuldade para entender como se deslindará o novelo com centenas de emendas que a bancada ruralista atou ao pacote.

O Planalto também exibiu com orgulho a menor taxa anual de desmatamento na Amazônia em quase um quarto de século: 6.418 km² (2010/2011). Uma façanha, mas não de Dilma, que contava só seis meses de governo quando a última imagem de satélite foi registrada. Colhe-se, na realidade, o fruto de uma política consistente de repressão ao desmate iniciada ainda na gestão de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente (2003-2008). Ou seja, ao tempo em que a atual presidente lhe opunha resistência, primeiro na pasta das Minas e Energia, depois na Casa Civil.

Pesaram, também, a baixa nos preços internacionais de commodities agrícolas, como a soja, e uma espécie de trégua na abertura de áreas por proprietários rurais, na expectativa de um novo código.

No mais, há pouco a comemorar na cifra recorde, além da formidável redução da taxa anual. A área devastada corresponde ao quádruplo da superfície do município de São Paulo, onde vivem 11 milhões de pessoas. E, como assinalou o engenheiro florestal Paulo Barreto na **Folha**, meio bilhão de árvores foi destruído em 12 meses.

Dilma anunciou, ainda, a criação das duas primeiras unidades de conservação de seu governo, combinada com a ampliação de outras três. Localizadas todas fora da região amazônica, somam 450 km²; na era Lula, o total havia sido de 264 mil km² (quatro quintos disso em seu primeiro mandato).

A presidente também homologou, agora, 9.500 km² de terras indígenas, que contribuem para a preservação de matas. Nesse caso, não se trata de ato discricionário do Poder Executivo em favor do ambiente, mas do reconhecimento administrativo -assegurado na Constituição- de um direito ancestral, e sobre áreas já demarcadas.

O front fundiário, de resto, é o setor em que as administrações petistas menos progrediram. Criado em 2009, mal andou o programa de regularização Terra Legal. A iniciativa almejava dar títulos para estimadas 230 mil posses em áreas da União na Amazônia, de maneira a legalizá-las e permitir cobrar dos ocupantes o respeito a normas ambientais.

Segundo o jornal "Valor Econômico", apenas 2.334 títulos definitivos foram emitidos. Da meta de identificar e regularizar 490 mil km² (duas vezes a área do Estado de São Paulo), somente 73 mil km² e 37,5 mil ocupações se acham efetivamente mapeados.

A Amazônia ainda é um território livre para grileiros e madeireiros ilegais. São eles os elos iniciais da cadeia de devastação ora adormecida, mas pronta para entrar em ação ao primeiro sinal de um Código Florestal enfraquecido (na letra ou na aplicação), ou de alta nas cotações de commodities.

Todo o debate sobre o código, a começar por sua polarização, evidencia que uma parte significativa do setor produtivo brasileiro -e uma maioria barulhenta do Congresso- caminha longe do que poderia ser uma economia verde.

A própria presidente da República, com sua formação de tecnocrata no setor elétrico, prefere apontar os defeitos e custos imediatos da energia eólica, por exemplo, a destacar suas vantagens e seu potencial alternativo estratégico.

Sob essa ótica, até mesmo a tríade que a diplomacia de Dilma se desdobra por fazer prevalecer na Rio+20 -crescer, incluir, conservar- se revela mais como hierarquia:

umentar o bolo do PIB, distribuir melhor as fatias e, se possível, não fazer estrago irrecuperável no ambiente. A divergência, se tanto, com os países mais desenvolvidos, residiria na preferência destes por uma ordem alterada: crescer, conservar, incluir.

Uma economia verde, no entanto, implicaria uma inversão quase utópica de valores, para a qual nem o governo Dilma nem qualquer outro sobre a Terra parece, ou poderia estar, preparado: conservar, incluir, crescer.

Quem sabe numa Rio+40.

Governo se prepara para medir PIB verde. Vivian Oswald e Fernanda Godoy – O Globo. 10/06/2012

IBGE estuda a implantação de conta ambiental no cálculo da economia do país, considerando água, florestas e energia

O governo brasileiro está se preparando para usar indicadores inéditos de sustentabilidade. Entre eles, uma espécie de novo Produto Interno Bruto (PIB), a partir do qual será possível saber, no futuro, quanto do capital ambiental do país foi usado para produzir riquezas. O novo parâmetro deverá ajudar a dirigir as políticas públicas, segundo disse ao GLOBO a presidente do IBGE, Wasmália Bivar, que comanda parte dos estudos que estão sendo feitos seguindo recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU). A chamada conta ambiental vai considerar os patrimônios de água, florestas e

energia.

A expectativa na ONU é que a Rio+20 impulse o conceito do PIB verde e dissemine o uso de ferramentas para medir o progresso em termos de sustentabilidade. O objetivo é construir um modelo internacional que leve em conta o capital natural de cada país e complemente o PIB, criado em 1939, sem substituí-lo.

- Hoje as pessoas acreditam que o PIB não é mais suficiente para medir o avanço social - disse o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon.

Durante a Rio+20, o governo brasileiro dará o primeiro passo para a construção do seu PIB da sustentabilidade. Vai publicar portaria interministerial do Planejamento e Meio Ambiente criando um grupo para calcular a chamada conta da água. O indicador será montado com o IBGE e a Agência Nacional de Águas (ANA). As contas para florestas e energia virão em seguida.

- A novidade deve ajudar o Brasil na competição no mercado internacional. É falsa questão dizer que o país não pode crescer sem comprometer o patrimônio ambiental - diz Wasmália, lembrando que o indicador vai funcionar também

como um selo para os países e que o Brasil será beneficiado por ter um capital ambiental monumental.

O Banco Mundial (Bird) e o departamento de estatísticas da ONU trabalham há dez anos na criação de instrumentos para se medir o progresso em termos de sustentabilidade. O novo sistema, chamado SEEA (sigla em inglês para sistema de contas econômicas e ambientais), tornou-se norma internacional em fevereiro passado, e vários países já começaram a aderir à metodologia voluntariamente, sem esperar o longo processo de negociação coletiva dos 193 países-membros da ONU.

- Dizemos há algum tempo que é preciso enxergar mais longe do que o PIB, pensar em valores para recursos naturais - disse Yuvan Beejadhur, consultor do Bird na ONU.

Em uma reunião em Botswana na semana passada, países africanos lançaram a meta de conseguir a adesão de 50 governos até a Rio+20. A ideia é lançar oficialmente as discussões sobre o PIB da sustentabilidade, assim como os objetivos de sustentabilidade (nos moldes dos objetivos do milênio) na Rio+20. A princípio, o Brasil aceita que este novo PIB considere não só o fluxo de ações de sustentabilidade (ações pró e contra), mas também os estoques (como as reservas naturais), o que atribui vantagens ao país. Mas

ainda é preciso negociar como se dará a "valoração" dos itens considerados no indicador. Ou seja, como somar volume de reservas de minerais com perdas por desmatamento, e descobertas de jazidas, por exemplo. O indicador pode aumentar ou diminuir a posição do Brasil no ranking mundial. Hoje, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU, tira o Brasil da sexta posição entre as maiores economias para 84 posição no indicador social.

Cinco países já calculam PIB verde

Ao GLOBO, Glenn-Marie Lange, líder do programa WAVES (que financia as pesquisas em diversos países) do Banco Mundial, afirma que o próprio setor privado entendeu a importância de se desenvolver os indicadores.

Segundo o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, diretor da Comissão Nacional da Rio+20 e líder do processo de negociação em Nova York, as discussões para adoção do conceito do PIB verde na conferência do Rio estão avançando, mas há resistências. Cinco países foram pioneiros no uso da métrica da sustentabilidade: Costa Rica, Colômbia, Filipinas, Botswana e Madagascar, com a ajuda de países desenvolvidos como Reino Unido, França, Dinamarca e Austrália.

**Dilma desautoriza ministro a falar sobre Código. Chico de Gois – O Globo.
10/12/2012**

A presidente Dilma Rousseff desautorizou ontem o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, a falar sobre negociações a respeito do Código Florestal, cuja medida provisória foi enviada ao Congresso na semana passada pelo governo. Anteontem, ao deixar uma reunião com Dilma no Palácio da Alvorada, o ministro sinalizou que o governo poderia negociar emendas ao texto original. Segundo Mendes Ribeiro, o principal ponto que poderia ser flexibilizado diz respeito à área de recomposição das margens dos rios para

os médios produtores.

- O próprio governo já mexeu nisso, buscou contemplar o médio. Daqui a pouco os parlamentares podem achar que precisa mais um pouquinho. Isso é um debate natural que não tem como intervir - afirmou o ministro na sexta-feira.

Ontem, no entanto, o porta-voz da Presidência, Thomas Traumann, informou que a reunião da sexta-feira no Alvorada não tratou do Código Florestal, mas do Plano Safra, que será lançado por Dilma no dia 30 deste mês. E deixou claro o recado da presidente:

- O ministro não está autorizado pela presidente a falar sobre negociações do Código Florestal.

Mendes Ribeiro disse ao GLOBO que a reunião com a presidente realmente não tratou do Código Florestal e que a participação dele no assunto resumiu-se ao período anterior ao envio da MP ao Congresso. Desde então, segundo o ministro, ele não tem tratado do tema. Desde que o governo enviou a MP ao Congresso, mais de 700 emendas já foram apresentadas ao texto original. No final do mês passado, a presidente fez 12 vetos e 32 modificações ao texto que havia sido aprovado. Para compensar os cortes e adequar o texto aos propósitos do Palácio do Planalto, Dilma enviou outra medida provisória. O objetivo dos cortes feitos pela presidente, segundo o governo, foi evitar a anistia aos desmatadores, beneficiar o pequeno produtor e favorecer a preservação ambiental.

Os vetos e as modificações desagradaram aos ruralistas e ambientalistas - mais aos primeiros, que já prometem fazer outra batalha para manter a anistia.

**Por um Código Florestal equilibrado. Nelson Marquezelli – Folha de São Paulo,
Opinião. 12/06/2012**

Reduções nas áreas plantadas perto de rios trarão perdas e caos no campo, como quer quem se faz de "verde" para limitar o desenvolvimento

O Brasil foi colonizado pelos rios, e as suas margens férteis propiciaram a riqueza de nosso país.

A área consolidada é o resultado do progresso da agricultura brasileira. Nosso país é um dos maiores produtores de grãos do mundo. Sempre conseguiu equilibrar desenvolvimento da produção agropecuária e respeito ao meio ambiente.

Se olharmos para os países desenvolvidos, encontraremos um verdadeiro descalabro ambiental, por força de um desmatamento predatório e criminoso de suas florestas.

Podemos viajar milhares de quilômetros na Europa sem encontrar um resquício de floresta, com encostas de rios, matas e biomassas totalmente devastadas.

Aqui, em nosso país, a coisa é completamente diferente, pois conservação do solo, meio ambiente e agricultura podem e devem ser harmônicos e complementares.

Excessos de áreas desmatadas existiram. Mas a grande maioria desses excessos, por lacunas da lei e falta de consciência ecológica, foi fruto de um tempo em que a produção de alimentos era feita em áreas extensas, sem o cuidado com as tecnologias de campo que hoje são colocadas a serviço da agricultura.

A agricultura brasileira é uma das mais avançadas do planeta. O índice de Produtividade Total dos Fatores (PTF) cresceu quase 200% no último decênio.

A terra e o capital tiveram crescimentos abaixo da produtividade e da utilização de mão de obra no campo. Isso demonstra, cabalmente, que produzimos mais com menos área plantada.

Neste ano, com as incertezas geradas pelo alcance de um novo Código Florestal, a agricultura apresentou uma queda vertiginosa de produção, com redução de 7,5% em comparação com o primeiro trimestre do ano anterior. Não podemos colocar toda essa redução na conta das intemperes climáticas.

Parte desse quadro desalentador é gerado pela insegurança jurídica advinda de remendos propostos por medidas provisórias, em substituição a projetos de lei que regulamentem uma legislação profunda e técnica como o Código Florestal.

Apesar da minha contrariedade quanto à apresentação de medida provisória para regulamentar o Código Florestal, apresentei diversas emendas saneadoras, principalmente quanto às reduções de áreas plantadas próximas aos rios.

Tive o cuidado de fazer um levantamento dos rios que cortam o Estado de São Paulo. A perda da área plantada aumenta substancialmente com a aprovação do Código Florestal.

Levando em conta 196 rios do Estado de São Paulo, com extensão total de 6.496 km, nós teríamos uma perda de 130.461 hectares da área plantada, com base na proposta aprovada no Senado.

Esses dados demonstram o quanto a redução da área plantada em beira de rios será caótica para a produção agrícola brasileira.

Entendemos que muitos que se transvestem de "verdes" querem limitar o nosso desenvolvimento agrícola. Outros encaram a exploração agrícola como verdadeiras ratazanas, sempre prontos para destruir o que vem pela frente.

Esses extremos não interessam ao Brasil. É a utopia contra a razão.

O Código Florestal que vamos aprovar, apesar da utilização de medidas provisórias como recomposição do texto final, deve primar pelo equilíbrio, sem sensacionalismos de agricultores e ambientalistas.

São maluquices enxertadas no texto do Código Florestal que devemos expurgar do texto legal. Não podemos ter uma lei moderna sem esse equilíbrio legislativo. É impossível que trabalhemos sob dois excessos: excluir a razão, admitir apenas a razão.

NELSON MARQUEZELLI, 70, agricultor e empresário, é deputado federal pelo PTB-SP

Dilma suspende negociação sobre MP que modifica Código Florestal – Folha de São Paulo, Poder. 12/06/2012

Irritada com as declarações do ministro Mendes Ribeiro (Agricultura) admitindo uma possível disposição do governo em flexibilizar a medida provisória que muda o Código Florestal, a presidente Dilma Rousseff mandou suspender qualquer negociação do projeto até o fim da Rio+20, que terá início amanhã, no Rio.

Às vésperas da abertura da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, o Planalto não quer saber de qualquer discussão que possa comprometer a relação de Dilma com os ambientalistas e arranhar sua imagem em relação ao meio ambiente.

O recado já foi dado aos representantes do governo na comissão instalada no Congresso para discutir a MP 571. Ontem, o presidente da comissão, deputado federal Elvino Bohn Gass (PT-RS), esteve no Planalto e tratou sobre o assunto em reuniões na Secretaria de Relações Institucionais. No sábado, Dilma desautorizou o ministro Mendes Ribeiro a falar sobre as negociações acerca da MP.

Ministra critica legislação ambiental. Luiza Damé e Natasha Mazzacaro – O Globo. 12/06/2012

Com duras críticas à legislação ambiental brasileira, a ministra do Meio Ambiente, Izabella

Teixeira, abriu na manhã de ontem o ciclo de debates “Brasil sustentável - o caminho para todos”, que antecede a conferência da ONU Rio + 20. Durante o encontro, que reuniu pesquisadores e especialistas no assunto no auditório Tom Jobim, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a ministra discutiu a situação das Unidades de Conservação e o futuro das florestas do país.

- As leis, da forma como estão estabelecidas atualmente, impedem muitas soluções que resolveriam problemas ambientais. Precisamos de debates concretos que levem a estruturação desse sistema.

Durante o evento, Izabella Teixeira anunciou ter pedido ao Instituto Chico Mendes um mapa de todas as Unidades de Conservação do país e um levantamento com os problemas que elas enfrentam. A ministra garantiu, sem estipular um prazo específico, que as informações serão colocadas na internet para que a sociedade possa acompanhar a situação das áreas e ajudar a preservá-las. A medida também deve facilitar a regularização fundiária.

- Temos parques com mais de 70 anos onde até hoje não indenizamos as pessoas. Em outras Unidades de Conservação, temos assentamentos enormes. É complexo, é complicado, mas temos que fazer, nem que leve 20 anos.

Outro alvo de crítica de Izabella foi a falta de comunicação entre as esferas federais, estaduais e os municípios nas ações de preservação do meio ambiente, além da pouca compreensão da sociedade com relação a algumas questões. Apesar das críticas, a ministra fez questão de enumerar alguns avanços obtidos na área ambiental, como a diminuição do desmatamento. Segundo ela, o Brasil também é o único país do mundo a impor limites de proteção ambiental à propriedade privada.

- Quando criamos uma área protegida, parece que envernizamos o desenvolvimento do local, e é justamente o oposto. O agricultor vai aumentar a produtividade quando recuperar uma área que ele desmatou no passado. Fomos capazes de evoluir em muitos temas. Em outros, nem tanto. Temos que acabar com o “achismo”. As florestas devem ser recolocadas em primeiro plano no nosso governo — afirma.
-

Dilma defende crescimento econômico com preservação – O Globo. 12/06/2012

Em Brasília, a presidente Dilma Rousseff usou seu programa semanal de rádio para reforçar o discurso de que é possível combinar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Dilma disse que “o Brasil tem dado um grande exemplo de respeito ao meio ambiente” e destacou que o país vai defender na Rio+20 que “crescer, incluir e proteger são três eixos com a mesma importância”. Segundo Dilma, o país tem sido citado pela ONU como referência na área ambiental.

- O Brasil tem dado um grande exemplo de respeito ao meio ambiente, mas também de capacidade de combinar a proteção da natureza com a redução da pobreza e o crescimento econômico. Na última década, elevamos 40 milhões de brasileiros à classe média, tiramos outras dezenas de milhões da pobreza e, ao mesmo tempo, reduzimos drasticamente o desmatamento da Amazônia e

mantivemos o crescimento econômico — disse a presidente, que amanhã vai inaugurar o Pavilhão Brasil da Rio+20.

No “Café com a presidente”, Dilma destacou que, desde 2004, houve uma redução de 77% no índice de desmatamento ilegal no Brasil. Segundo a presidente, no ano passado, foi registrado “o menor desmatamento da História do país”.

- O Brasil, que já tem o privilégio de abrigar a maior área de florestas tropicais do mundo, pode se orgulhar também de conseguir protegê-las cada vez mais — afirmou.

A presidente disse ainda que a redução no nível de desmatamento no país se deve à “forte ação do governo na fiscalização”, com punição aos desmatadores, num trabalho combinado do Ibama, das Forças Armadas, da Polícia Federal e dos governos estaduais.

Ruralistas defendem Mendes Ribeiro. Daniela Martins, Tarso Veloso e Bruno Peres – Valor Econômico. 12/06/2012

Homero Pereira, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária: "O ministro da Agricultura não está descredenciado. Queremos que seja o porta-voz de nossas teses"

O novo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Homero Pereira (PSD-MT), defendeu ontem a atuação do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, como interlocutor dos ruralistas com o Palácio do Planalto na discussão sobre o Código Florestal.

"O Planalto o está desautorizando, mas nós vamos procurar o Ministro da Agricultura. A porta de entrada das demandas é o ministro e vamos insistir que ele faça essa interlocução", disse.

Na sexta-feira, segundo reportagem da "Agência Brasil", o porta-voz da Presidência da República, Thomas Traumann, afirmou que o ministro não estava autorizado a falar sobre as negociações envolvendo o Código Florestal.

Mendes Ribeiro havia declarado, à saída do Palácio da Alvorada, que o governo negociaria as emendas à medida provisória (MP) que altera o projeto aprovado pelo Congresso. "A presidente está dizendo que o assunto está no Congresso. É natural que no Parlamento isso seja discutido. Mas, na ótica da agricultura, o ministro da Agricultura não está descredenciado. E queremos que seja o porta-voz das nossas teses", disse Homero Pereira.

A frente ruralista dará, segundo Homero, prioridade ao diálogo para tentar solucionar impasses com o governo. "Queremos conversar sobre todos os temas e estamos abertos ao diálogo. Mas é necessário que isso também exista do outro lado", disse.

Homero Pereira foi eleito para um mandato de dois anos e representará um grupo de 245 parlamentares, sendo 230 deputados e 15 senadores.

Os embates entre a bancada ruralista e o Palácio do Planalto ficaram públicos desde o início de 2011 nas votações do Código Florestal. Neste ano, uma parte da bancada votou contra a proposta de emenda à Constituição (PEC) do trabalho escravo na Câmara. Enquanto nas duas votações do Código os ruralistas impuseram duras derrotas ao governo, na análise da PEC, foi a vez de o Planalto sair vitorioso. "Não vamos querer ser lembrados por sermos uma frente que só quer o embate", ponderou.

Homero Pereira disse, porém, que os parlamentares da bancada, cujo núcleo principal é composto por deputados da oposição à presidente Dilma Rousseff, terão espaço para o enfrentamento ao Planalto.

Homero citou o mandado de segurança impetrado por cinco membros da frente no Supremo Tribunal Federal (STF) para sustar os efeitos da medida provisória do Código Florestal. "No que depender de mim, vamos continuar dialogando [com o governo]. Embora seja natural que membros da frente queiram fazer enfrentamento. São temas palpitantes, como a lei ambiental e a PEC do Trabalho Escravo", disse.

O líder ruralista afirmou que há pontos na MP que precisam ser alterados, como as margens de recomposição para médias propriedades e o artigo que define os conceitos da lei, mas disse estar confiante no diálogo na comissão especial que discute o tema.

O relator na comissão mista da medida provisória do Código Florestal, o senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) espera apresentar no dia 4 de julho o parecer à proposta do Palácio do Planalto. Ao longo desta semana, ele pretende concluir a análise das quase 700 emendas apresentadas à MP 571/12. Luiz Henrique detalhará hoje o cronograma de trabalho à comissão.

A análise feita "em um primeiro momento", diz o senador, indica que os parlamentares concentraram as emendas ao artigo inicial da medida provisória, que trata de princípios gerais e da abrangência do Código Florestal. Luiz Henrique disse também considerar que o fato de muitas emendas tratarem do mesmo tema reduzirá "significativamente" as sugestões a serem acolhidas.

"Já prevejo que algumas emendas aprimorarão o texto. E essas que aprimorarem o texto certamente terão que ser consideradas positivamente", declarou o senador sem detalhar as proposições. Luiz Henrique diz que pretende apresentar "um parecer convergente" à comissão.

O relator negou, anteriormente, a existência de pressão para que o debate sobre as mudanças ao código ocorresse simultaneamente à Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O relator prevê em seu cronograma de trabalho uma audiência pública, no fim do mês, com ministros do governo para instrução da análise da proposta pelos senadores.

Bunge aposta na área de crédito de carbono. Janice Kiss – Valor Econômico.
12/06/2012

"O projeto impedirá a emissão de 30 milhões de toneladas de CO₂ ", diz Telles

A Bunge, multinacional de agronegócios com sede nos Estados Unidos, anuncia hoje, na véspera da Rio + 20, um projeto de geração de crédito de carbono em parceria com a Florestal Santa Maria. A empresa da área de manejo florestal se compromete a preservar 70 mil hectares próprios de floresta nativa no norte de Mato Grosso, Estado onde tem sua sede, em troca da venda parcial de créditos de carbono para a Bunge Environmental Markets, divisão da múlti.

A comercialização será feita por meio do mercado voluntário - negociações realizadas por empresas que não possuem metas de redução de gases de efeito estufa sob o Protocolo de Kyoto -, cujos preços oscilam entre dez centavos de dólar por tonelada e US\$ 10 por tonelada.

Conforme Adalgiso Telles, diretor de assuntos corporativos e sustentabilidade da Bunge Brasil, o projeto baseado na redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD, na sigla em inglês) - desmatamento evitado - terá a duração de 30 anos e impedirá a emissão de 30 milhões de toneladas de CO₂. Ele não revela a quantidade de créditos que a Bunge se propôs a adquirir no acordo, mas reforça que a companhia se incumbiu de implantar o programa conforme as exigências do mercado voluntário de carbono (VCS - Verified Carbon Standard).

"Os negócios já começaram a ser feitos antes mesmo da geração dos créditos", informa Telles. Em 2011, os projetos da Bunge no país nesta área possibilitaram a comercialização de créditos de 350 mil toneladas de CO₂, acima das emissões de suas atividades, que geraram 292 mil toneladas de carbono

FMI recomenda taxaço para empresas poluidoras. O Globo, Capa. 13/06/2012

Tributaço renderia até US\$ 1 trilhão para financiar projetos sustentáveis

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, recomendou ontem que os países tributem empresas que poluem o meio ambiente e reduzam subsídios para quem usa, por exemplo, carvão.

Com esse dinheiro, seria possível financiar programas de desenvolvimento sustentável. Lagarde, que falou em Washington, chega nos próximos dias para a Rio+20. A proposta do FMI soa inovadora porque contraria o receituário liberal do Fundo. Os técnicos do FMI calculam que, nos EUA, uma taxaço de US\$ 25 por tonelada de carbono emitida resultaria em apenas US\$ 0,22 a mais no galão da gasolina e levantaria US\$ 1 trilhão em dez anos. Já a taxaço de emissões da aviação renderia US\$ 25 bilhões para atenuar os efeitos das mudanças climáticas nas nações em desenvolvimento. Dos 200 parágrafos do documento final da conferência, dois terços permanecem em aberto e serão discutidos por negociadores a partir de hoje.

FMI defende tributação para punir emissões. Yuri Gripas e Flávia Barbosa. O Globo. 13/06/2012

O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomenda que os países usem a tributação e a redução de subsídios como armas para tornar transparentes os custos socioambientais do padrão atual de crescimento global e levantar recursos para financiar o desenvolvimento sustentável. A receita, inovadora para um organismo que tem a estabilidade financeira como missão e o neoliberalismo em seu DNA, foi apresentada ontem pela diretora-gerente do Fundo, Christine Lagarde, em evento sobre a Rio+20 em Washington.

Para o FMI, os governos deveriam criar taxas ambientais, adequar tarifas de licenciamento para exploração de recursos naturais e estabelecer sistemas de emissão de “direitos de poluir”. Os técnicos do FMI calculam que, nos EUA, uma taxa de US\$25 por tonelada de carbono emitida resultaria em só US\$0,22 a mais no preço do galão da gasolina, mas levantaria US\$1 trilhão em receitas em dez anos.

Já a taxa de emissões da aviação e da navegação internacionais teria o potencial de gerar US\$25 bilhões — um quarto do que os países ricos se comprometeram a levantar até 2020 para atenuar os efeitos das mudanças climáticas nas nações em desenvolvimento. Lagarde salientou a importância de os países reduzirem subsídios a fontes de energia poluentes, como o carvão — que só na Índia causa 77 mil mortes anualmente. Mas chamou a atenção para que a retirada não afete os mais pobres e que sejam pensados mecanismos de subvenção direta a quem precisa da ajuda governamental.

- Eu tive a sorte de ter uma babá 25 anos atrás. Ela era polonesa. Uma vez cheguei em casa e torneiras estavam abertas. Eu disse a ela: você tem que fechá-las, é muito caro. Ela respondeu: “Na Polônia (comunista) a gente não paga nada”. Isso é para pontuar que, se não há preço (para o uso de recursos), não há custo, pode-se desperdiçar. Então, atribuir o preço correto é algo crítico em que o FMI pode ajudar — afirmou Lagarde, que participará da Rio+20.

A diretora destacou duas vantagens da estratégia de usar o peso no bolso como mecanismo de conscientização e financiamento de iniciativas verdes. Por um lado, ao estabelecer um novo preço para o uso dos recursos, há o incentivo à mudança, com o desenvolvimento de tecnologias limpas e investimentos em eficiência energética e fontes renováveis. Isso terá impacto positivo sobre o crescimento e a criação de empregos.

Estudos para a elaboração de um PIB verde

Por outro, disse Lagarde, tributação, em tempos de restrição orçamentária ao redor do mundo, “ressoa bem com ministros da Economia”.

- O FMI não é uma organização ambiental, é uma instituição financeira cujo objetivo é ajudar na estabilidade financeira do mundo. Mas não podemos ignorar a alocação deficiente de recursos que nos conduz ao caminho errado — disse Lagarde.

O Fundo, segundo a diretora, está trabalhando para desenvolver ferramentas melhores para o uso da tributação e de sistemas de negociação de carbono e ajudar os países-membros na implementação dessas políticas. Lagarde afirmou ainda que o organismo está trabalhando com as Nações Unidas e o Banco Mundial para mensurar as reservas, os usos e os custos potenciais dos recursos naturais, uma espécie de PIB verde.

A diretora não acredita que essa medida suplantará os indicadores tradicionais, mas defendeu a iniciativa para aumentar a transparência da situação ambiental global e ajudar a formulação de políticas sustentáveis. Para Lagarde, o caminho do desenvolvimento verde, porém, começa com o resgate da estabilidade financeira e do crescimento internacionais. Isso porque se abrem oportunidades para políticas de longo prazo que promovam reformas estruturais, especialmente nos países ricos, que reduzam o desemprego e preparem terreno para um novo ciclo de expansão sustentável.

- A crise está hoje no topo das prioridades simplesmente porque é urgente. Mas mesmo difícil, longa, onerosa, a crise vai caminhar para a solução. Já os desafios de longo prazo que nós temos não podem ser relegados a segundo plano, porque não vão desaparecer. Essa é certamente uma mensagem que vou levar ao Rio — afirmou.

AL precisa aplicar leis ambientais, diz Pnuma. Daniela Chiarelli – Valor Econômico. 08/06/2012

A região da América Latina e do Caribe é muito rica em recursos naturais - tem 23% das florestas, 31% da água doce e 6 dos 17 países considerados megadiversos em biodiversidade do mundo. Esse é o lado bom da história. O ruim é que esse patrimônio está ameaçado pelo aumento da população e por padrões insustentáveis de produção e consumo. Há países com boa legislação ambiental, mas a aplicação das leis é precária. Para piorar, existe um vácuo entre as políticas públicas e as práticas de produção.

Essas são algumas das questões levantadas no capítulo América Latina e Caribe da quinta versão do "Panorama Ambiental Global", o GEO-5. Trata-se de um relatório detalhado sobre o estado atual do mundo em termos de sustentabilidade, produzido pelo Pnuma, o braço ambiental das Nações Unidas e lançado na terça-feira, simultaneamente no Rio e em vários outros lugares do mundo. "Muitos países da região não têm leis ambientais robustas", diz Keisha Garcia, pesquisadora de Trinidad e Tobago e uma das coordenadoras do capítulo. "No geral, o meio ambiente é visto como algo isolado e não está entre as preocupações políticas centrais dos países."

Há problemas relacionados à governança. Em muitas decisões de governo, a consulta aos cidadãos afetados acontece apenas no final do processo, o que amplia os conflitos por água ou terra. Mas o GEO-5 também cita bons exemplos de projetos que deram certo em algum lugar e podem servir de inspiração em outro. Os comitês de bacias brasileiros são um dos exemplos citados como um bom caso de governança.

Quase 80% da população dos 33 países da América Latina e Caribe vive em cidades, o que torna a região uma das mais urbanizadas do mundo. O aumento da população produz vários desafios. Embora a região seja rica em recursos hídricos, a expansão populacional, a urbanização e o mau gerenciamento tornam problemático o suprimento de água no futuro.

A região concentra cerca de 70% das espécies do mundo, mas registra grandes perdas de biodiversidade. As múltiplas ameaças abrangem desde a mudança climática, até pressão demográfica e práticas insustentáveis de manejo da terra. A conversão de ecossistemas naturais em sistemas produtivos é, atualmente, um dos maiores fatores de impacto sobre a biodiversidade. "Políticas que envolvam as comunidades locais são chave para encontrar soluções", lembra a pesquisadora.

O uso da terra é um problema frequente na região. Em muitos lugares, a agricultura e a pecuária são produzidas de forma não sustentável, lembra o estudo. "Desde 1960, as terras agriculturáveis aumentaram 86% na América Latina, 46% na África e 36% na Ásia, coincidindo com um grande desmatamento nas três regiões no período", diz o estudo. Na América do Sul, a terra usada para agricultura aumentou 18% entre 1970 e 2009 e a pecuária, 31%. Práticas de integração pecuária e lavoura usadas em propriedades do cerrado brasileiro aumentam a produtividade e são citadas como bons exemplos.

O capítulo menciona os impactos que a região sofre com a mudança climática, e lista uma série de casos que merecem ser vistos com lupa. A construção de casas populares com critérios sustentáveis no Brasil é um dos exemplos, assim como o Bolsa Verde, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e que pretende beneficiar 73 mil pequenos agricultores e comunidades tradicionais.

Energia é outro tópico. Entre 50 milhões e 65 milhões de pessoas vivem sem eletricidade na região. A geração responde por 26% das emissões de gases-estufa da América Latina. "Vários países criaram mecanismos regulatórios para energia renovável", cita o estudo. Um gargalo comum é o alto consumo residencial e o sistema de transportes.

O GEO-5 conclui que para fortalecer a governança são necessários recursos financeiros adequados, mais pesquisa científica e continuidade nas políticas mesmo com mudança de governos.

Fim de repasse da Norte Energia para os índios gera tensão em Belo Monte. André Borges e Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 13/06/2012

As tensões indígenas que envolvem a construção da hidrelétrica de Belo Monte podem entrar numa fase mais aguda. O acirramento de ânimos dos milhares de índios que habitam o entorno de Altamira (PA) deve-se, basicamente, ao fim de uma "mesada" que as aldeias da região vinham recebendo da empresa Norte Energia, consórcio responsável pela construção da usina no rio Xingu.

Desde setembro de 2010, apurou o **Valor**, a Norte Energia desembolsa R\$ 30 mil por mês para cada uma das 28 aldeias que estão distribuídas em 12 terras indígenas localizadas na área de influência de Belo Monte. Esse dinheiro não é transferido em espécie, mas usado para bancar a aquisição de uma lista de mercadorias apresentada regularmente pelos índios, envolvendo itens como roupas, alimentos, remédios, máquinas e combustível. Ocorre que agora esse repasse está prestes a acabar.

Pelo entendimento firmado entre a Norte Energia e a Fundação Nacional do Índio (Funai), a mesada só será entregue até setembro. Isso porque o recurso faz parte de um "plano emergencial" instituído pela Funai em 2010 para vigorar somente enquanto o Plano Básico Ambiental (PBA) indígena, elaborado pela Norte Energia, não estivesse em operação. Agora que o PBA está pronto, irá substituir a lista de pedidos que, por dois anos, foi apresentada pelos índios.

No lugar da lista, entrará em vigor um conjunto de medidas de apoio e fortalecimento da cultura indígena, prometem a Norte Energia e a Funai. Na prática, significa que, a partir de agora, o índio terá se apoiar em seu próprio modo de produção para garantir a subsistência, sem apoio financeiro direto para bancar a compra de mercadorias. O conflito está armado. Quem reconhece é a própria Funai.

"No dia em que isso acabar, você pode aguardar que vai ter conflito. Não sabemos em que nível vai ser, mas vai ter. Nós vamos atuar para resolver. A Funai está na região para solucionar conflitos", diz Aloysio Guapindaia, diretor do Departamento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, fundação que instituiu o programa emergencial.

Ao todo, a mesada indígena de Belo Monte já custou R\$ 18 milhões à Norte Energia. "Até setembro, quando será feito o pagamento da última parcela, os repasses somarão R\$ 22 milhões", diz o diretor socioambiental do consórcio, Roberto Camilo da Cruz Oliveira. "Além disso, fizemos o desembolso de outros R\$ 17 milhões para melhorar a infraestrutura da Funai."

A previsão da Norte Energia é de que o PBA indígena entre em execução em julho. A sobreposição do plano com o programa emergencial - que manterá seu pagamento até setembro - tem a intenção de preparar os índios para a "fase de transição", segundo Oliveira. Essa mudança, no entanto, não deverá ser tão simples.

Segundo Guapindaia, os índios não só chegaram a cobrar a continuidade dos repasses financeiros, como pediram o aumento na cota para R\$ 100 mil por mês. Além disso, queriam que o pagamento ocorresse enquanto Belo Monte funcionasse, ou seja, sem prazo para extinção. "Nós explicamos que se tratava de um plano emergencial com

começo, meio e fim. Deixamos claro que, quando entrar o PBA, o recurso acaba. Isso gerou uma tensão grande, porque eles queriam colocar esse recurso como uma indenização permanente", comenta Guapindaia. "Fomos firmes com eles. Os índios já estão convencidos do fim do recurso."

Pelas regras do licenciamento ambiental, o PBA indígena deveria ter entrado em operação em junho do ano passado, quando o Ibama emitiu a licença de instalação de Belo Monte. Segundo a Funai, no entanto, não foi possível viabilizar o plano, dada a "complexidade das ações envolvidas no projeto e a necessidade de comunicar os índios sobre o que seria feito". Ainda assim, a Funai deu sinal verde ao Ibama para levar o licenciamento adiante.

Pelos números da fundação, há cerca de 10.000 índios na região de Altamira que serão atingidos pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. Nos cálculos da Norte Energia, porém, o contingente é de, aproximadamente, 5.500 índios. "Sabemos que a transição é uma situação delicada, mas apostamos muito no PBA para restabelecer a cultura indígena. O medo deles é deixar de ter atendimento, mas teremos uma equipe preparada para apoiar as ações", diz Inês Caribé Nunes Marques, gerente de estudos indígenas da empresa.

O consórcio não revela quanto será investido no PBA, plano que agrupa um conjunto de 320 ações divididas em dez programas de apoio a serem executados durante cinco anos. O **Valor** apurou que as medidas devem custar cerca de R\$ 250 milhões à Norte Energia, custo bem superior, portanto, ao desembolso feito até agora.

Os conflitos em torno da mesada paga pelo consórcio já chegaram a envolver até ameaças de morte em Altamira. No fim do ano passado, o representante da Funai na cidade foi acusado pelos índios de privilegiar a entrega de mercadorias para determinadas aldeias e de usar os recursos da Norte Energia em benefício próprio, diz Guapindaia. O funcionário acabou transferido para outra cidade e a fundação decidiu parar com a intermediação dos pedidos apresentados pelos índios.

Hoje, um representante da Norte Energia é quem gerencia a lista de compras e, conforme os critérios estabelecidos, libera ou não a aquisição das mercadorias. "A Funai está na região para solucionar conflitos. Se ela é a causadora, não está ajudando, mas atrapalhando. Temos que ficar de fora para ter a neutralidade para resolver o impasse", comenta Guapindaia.

A extinção da mesada indígena paga pela Norte Energia põe fim a uma prática assistencialista que, segundo Guapindaia, sempre foi alimentada pela Funai. "A realidade é que a Funai nunca tinha desenvolvido um projeto de sustentabilidade econômica para aquela região. A prática da Funai sempre foi perversa. Se você dá dinheiro e comida, o índio não vai plantar. Nós começamos a cortar isso, trocando essa postura assistencialista por outro contexto."

A questão agora é convencer o índio. "De fato, fica muito difícil trabalhar com uma aldeia que já está viciada nesse recurso, onde o índio não quer mais plantar, mas vamos assegurar que o índio tenha capacidade de fazer a gestão de sua terra. Vamos criar essa capacidade", diz Guapindaia. "Eles terão suas atividades econômicas, vão produzir para

seu consumo e poderão vender o excedente, tendo dinheiro para comprar o que quiserem. O que não dá é o dinheiro público ser usado para isso."

**Para Funai, usinas hidrelétricas são caminho irreversível – Valor Econômico.
13/06/2012**

Para a Fundação Nacional do Índio (Funai), a construção de usinas hidrelétricas é um caminho inevitável e necessário para garantir a geração de energia elétrica do país. "A verdade é que não tem como deixarmos de fazer hidrelétricas na Amazônia. O que temos que discutir é quais são as tecnologias que iremos usar para ter o menor impacto ambiental possível, além de ter um sistema de compensação eficiente", diz Aloysio Guapindaia, diretor do departamento de promoção ao desenvolvimento sustentável da Funai.

Guapindaia está à frente da execução de políticas de "etnodesenvolvimento" que serão tocadas no entorno da usina de Belo Monte, que neste mês completou um ano de execução de suas obras. "Quando você for ligar a luz da sua casa, pense em Belo Monte. A discussão não é ser contra ou a favor, mas sim ter uma consciência da necessidade daquele empreendimento. Deixemos de fazer as hidrelétricas? Vamos fazer térmicas e nucleares? O Brasil fez a opção por uma energia limpa", comenta.

Há pelo menos 22 usinas projetadas para a Amazônia, conforme balanço do instituto de pesquisa Imazon. Dessas, sete já estão em construção no Amapá, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Um dos projetos mais polêmicos na região é o da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, que já teve seus estudos de impacto ambiental iniciados neste ano pela Eletrobras. São Luiz, projetada para ser erguida no rio Tapajós, na divisa dos Estados de Amazonas e Pará, é considerado o último dos grandes projetos de geração hidrelétrica do país. Na região, há uma série de terras indígenas e reservas ambientais. Estas últimas já tiveram suas áreas reduzidas pelo governo para liberar o caminho para o licenciamento.

"Esses projetos têm impacto ambiental? Têm, mas são os que geram menos impacto. Temos que olhar de maneira prática. Não tem como ser contra um projeto como Belo Monte. O que ele exige de nós é responsabilidade. No nosso caso, é a defesa dos direitos indígenas", diz Aloysio Guapindaia. "Acredito que é perfeitamente conciliável ter o desenvolvimento do país com respeito ambiental e à cultura e direitos indígenas."

Nos próximos dez anos, a União planeja investimentos de R\$ 96 bilhões para gerar 42 mil MW de energia hidráulica, tendo como cenário os principais rios localizados na Amazônia: Tapajós, Tocantins, Araguaia, Xingu e Madeira.

Protesto bloqueia Transamazônica perto de Belo Monte – Folha de São Paulo, Mercado. 14/06/2012

Agricultores bloquearam ontem a rodovia Transamazônica em Altamira (900 km de Belém) e impediram o acesso de operários às obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).

O trabalho nos canteiros foi prejudicado, segundo o CCBM (Consórcio Construtor de Belo Monte). Durante o dia, a estimativa de comparecimento do CCBM foi de 40%, mas, à noite, foi de 100%. O protesto foi organizado pela Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura).

Os manifestantes pedem revisão das indenizações pagas por desapropriações para a construção.

A Norte Energia informou estar em fase de finalização do cadastro das famílias a serem indenizadas e se disse empenhada em resolver focos de discordância.

Ministro do STF recusa mandado de ruralistas contra MP do código. Tarso Veloso e Juliano Basile – Valor Econômico. 14/06/2012

Insatisfeitos com a negativa do Supremo Tribunal Federal (STF) na análise do mandado de segurança que buscava suspender os efeitos da Medida Provisória 571, deputados da bancada ruralista prometeram que vão recorrer da decisão.

O mandado foi impetrado na quarta-feira pelos deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO), Domingos Sávio (PSDB-MG), Alceu Moreira (PMDB-RS), Jerônimo Goergen (PP-RS) e Nelson Markezelli (PTB-SP). Eles alegaram que a presidente Dilma Rousseff não poderia ter editado a MP concomitantemente aos vetos ao novo Código Florestal. Os parlamentares reclamaram que o governo restaurou por MP texto do Código que foi aprovado pelo Senado e rejeitado pela Câmara e, com isso, teria interferido indevidamente nos trabalhos do Legislativo. "O governo quer legislar em cima de algo que já foi decidido pela Câmara", disse Caiado.

Ontem, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido afirmando que a presidente não interferiu nos trabalhos do Congresso. O ministro concluiu que a edição da MP não é capaz de impedir a apreciação dos vetos ao Código Florestal pelo próprio Congresso. Fux explicou que os vetos de Dilma ainda não são lei e, portanto, não podem ser analisados pelo Judiciário. Segundo o ministro, apenas depois de o Congresso apreciar os vetos é que eles passam a fazer parte do ordenamento jurídico. Quanto à MP, Fux ressaltou que caberá ao próprio Congresso analisá-la, rejeitando-a ou não.

A decisão gerou reclamações dos deputados. "Acho que o ministro não entendeu muito bem o objetivo do mandado. Nossa intenção é mostrar que a MP é inconstitucional por criar uma proposta que já foi negada no Congresso. Do jeito que a coisa está nós temos

duas interpretações", disse Caiado. "Um exemplo é a reconstituição. Nós já falamos que não é necessário, mas a presidente quer que seja obrigatório. Como vamos fazer? Vamos ter duas definições?", questiona.

Excursão leva visitantes para conhecer empresas "tóxicas". Laura Capriglione – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012

O ônibus fretado saiu lotado do largo da Carioca, centro do Rio, cheio de militantes ambientalistas. A turma, entretanto, não se dirigia a nenhum dos endereços estrelados da Rio+20, mas sim ao paupérrimo bairro carioca de Santa Cruz, debruçado na Baía de Sepetiba, zona oeste da cidade. Objetivo: participar de um passeio insólito, a Rio+Tóxico.

A ideia era mostrar que, a poucos quilômetros de onde os chefes de Estado se reunirão na Rio+20, encontram-se, como eles chamam, verdadeiros "infernos ambientais".

No passeio de ontem, o foco foi a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), uma siderúrgica que entrou em operação em 2010.

PÓ DE BRILHO

Segundo o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, que organizou a excursão, a TKCSA despeja no ar partículas de ferro-gusa com toneladas de gás carbônico.

"Todo dia a gente tem aqui o derrame do pó de brilho", contou Maria Julia Barreto, 62, a um grupo de "turistas ambientais" franceses.

"Pó de brilho" é como os locais chamam a poeira que, segundo eles, sai da siderúrgica. O brilho é do ferro.

Vários vizinhos relataram que o pó compromete os pulmões. "Fora a destruição da Baía de Sepetiba", contou o pescador Ozeas Marinho, 81.

A ThyssenKrupp nega que haja problema com as emissões de sua siderúrgica.

Ativistas pedem vigilância para novos debates sobre Código Florestal no Congresso. Vinicius Mansur – Agência Carta Maior. 17/06/2012

Após vetos da presidenta Dilma, a manifestação lançou um novo mote para a campanha contra o desmonte do Código Florestal: #oJogoNãoAcabou. Durante a atividade, plateia ovacionou Marina Silva, que afirmou ser um paradoxo o fato de o Brasil celebrar, às vésperas da Rio+20, a redução da taxa de desmatamento, ao mesmo tempo em que mina as bases da legislação que permitiram essa redução.

Rio de Janeiro - A Cúpula dos Povos foi palco para que artistas, representantes da igreja, políticos e ambientalistas dessem prosseguimento a campanha contra o novo Código Florestal. Com o anúncio, pela presidenta Dilma Roussef, de vetos parciais ao projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, a campanha que pregava o “Veta Tudo Dilma” tentará seguir mobilizando a sociedade através da consigna virtual “#oJogoNãoAcabou”.

Durante as diversas falas feitas no ato, os ambientalistas destacaram a importância de manter a sociedade vigilante para que a comissão mista que analisa a medida provisória do Código Florestal, enviada pela presidenta Dilma ao Congresso Nacional, não deteriore ainda mais o texto. Eles alertaram que as mudanças no Código são só o prenúncio de uma série de ataques que a bancada ruralista pretende fazer à legislação ambiental brasileira. O consultor jurídico da ONG SOS Mata Atlântica, André Lima, afirmou que a pauta já anunciada pelos ruralistas incluiu a flexibilização da Lei de Crimes e Infrações contra o Meio Ambiente e a criação de entraves legais para decretação de assentamentos da reforma agrária, reservas de conservação ambiental e terras indígenas e quilombolas.

Durante o ato também falaram personalidades como Dom Guilherme Werlang, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), os deputados Ivan Valente (PSOL-SP) e Alessandro Molon (PT-RJ), o ex-embaixador da Bolívia na ONU, Pablo Solon, representantes das ONGs Greenpeace e WWF Brasil, os atores Marcos Palmeira e Vitor Fazano e a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, recebida pelo público com a palavra de ordem “Brasil, urgente, Marina presidente”.

Em discurso que encerrou o ato, Marina ressaltou que a manifestação não era de oposição ou situação, mas de posição pela defesa do meio ambiente. Entretanto, cutucou o governo ao dizer que o Brasil não deve liderar a luta ambiental mundial através de marketing, mas através de exemplos. Segundo a líder dos verdes, é um paradoxo o fato do Brasil celebrar, às vésperas da Rio+20, a redução da taxa de desmatamento em mais de 83% ao mesmo tempo em que mina as bases da legislação que permitiram essa redução. Marina afirmou que está disposta a apoiar o governo Dilma caso ele assuma de fato na Rio+20 a defesa do desenvolvimento sustentável, mas ressaltou que não se pode ser complacente. Ela terminou seu discurso alertando a plateia que a palavra de ordem correta para o momento seria “Brasil, urgente, a floresta da gente”.

'Atingidos pela Vale' decidem reforçar ações para 'desmascarar' mineradora. Igor Ojeda – Agência Carta Maior. 17/06/2012

Desconstruir a imagem da Vale será, a partir de agora, uma das principais estratégias adotadas pelas vítimas da empresa de mineração sediada no Brasil. Tal conclusão se deu hoje (16) no III Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no bairro Santa Tereza, no Rio de Janeiro. A mineradora é acusada de violar direitos trabalhistas, comunitários, ambientais e sanitários em diversas regiões brasileiras e vários países,

entre eles, Moçambique, Peru, Chile, Nova Caledônia e Canadá.

Em janeiro deste ano, a empresa foi eleita a pior do mundo em uma votação da Public Eye Awards, “premiação” existente desde 2000 e que tem o Greenpeace como um dos organizadores. De 88 mil votos, a Vale recebeu 25 mil. A mineração e os projetos extrativistas em geral vêm sendo temas de muitos debates e atividades na Cúpula dos Povos, que acontece na capital fluminense como evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 – da qual a mineradora é uma das patrocinadoras.

Um dos diagnósticos do encontro é que as empresas que mais causam impactos sociais e ambientais estão fazendo nos últimos anos grande uso da publicidade e da chamada “filantropia estratégica”. No Brasil, por exemplo, a Vale, além dos projetos sociais apoiados por sua fundação, vêm investindo bastante em propagandas – em meios eletrônicos e impressos – que contam com artistas de renome e buscam reforçar sua conexão com o Brasil.

Além de manter o foco do enfrentamento direto – como protestos, mobilizações e ações judiciais –, o grupo pretende mostrar à sociedade “a verdadeira face da empresa”. Nesse sentido, foram sugeridas ações como a criação de um site em três ou quatro idiomas (português, espanhol e inglês, com a possibilidade de se incluir também o francês) e a produção de materiais de contrapropaganda – panfletos, folders, cartilhas, vídeos etc. Uma das prioridades é a divulgação das denúncias nas escolas, uma tentativa de contratar o trabalho que a mineradora faz nessas instituições.

Estratégias

Este ano, já foram realizadas duas grandes ações de contrapropaganda. A ideia é reforçar essa estratégia. Em janeiro, ocorreu a “premiação” da empresa como a pior do mundo – fato muito divulgado mundialmente e que deve ainda ser bastante explorado no próximo período. Em abril, foi lançado pela Articulação Internacional de Atingidos pela Vale o Relatório de Insustentabilidade Vale 2012, uma contraposição ao Relatório de Sustentabilidade divulgado pela companhia anualmente.

Também conhecido como “relatório sombra”, o documento rebate ponto a ponto os eixos abordados pela Vale. O objetivo era mostrar que a realidade de trabalhadores, comunidades e meio-ambientes do entorno dos empreendimentos é bem distinta àquela apresentada pela empresa. Três momentos do ano foram apontados como propícios para ações de contrapropaganda de caráter mundial: a assembleia dos acionistas, a divulgação do Relatório de Sustentabilidade da empresa e o período de anúncio dos lucros e dividendos.

Os participantes do encontro enfatizaram que muitos dos impactos causados pela Vale são decorrentes da logística utilizada para os grandes projetos, como as ferrovias e rodovias construídas para o transporte do conteúdo extraído das minas. Assim, são frequentes casos como atropelamentos de animais e pessoas, poluição sonora e poeira e rachaduras nas casas.

Entre os impactos mais diretos citados pelos atingidos, figuram a perda de soberania sobre as terras, assassinatos de lideranças comunitárias, prostituição, aumento do custo de vida nas comunidades próximas de onde um empreendimento é instalado, chegada de um grande número de população flutuante e até doenças psíquicas, neurológicas e físicas, como de respiração, de pele e cânceres.

Segundo as vítimas da Vale, diante das denúncias de violações, a mineradora responde com mais violações. Frequentemente promove assédio moral sobre os funcionários, quando não os demite, tenta cooptar lideranças, cria ONGs e movimentos sociais de fachada e “compram” órgãos governamentais.

Nem mesmo a segurança de seus funcionários estaria garantida. Dados citados durante o encontro dão conta de que em 2012 já aconteceram 16 mortes nas instalações da Vale no Brasil, Canadá e Indonésia, diante de 11 em 2010, 10 em 2009, 9 em 2008 e 14 em 2007, nos mesmos países. A estimativa é que até o final deste ano o número chegue a 25.

Para João Trevisam, da Confederação Nacional de Trabalhadores na Mineração, a mineradora “ainda está na época do capitalismo selvagem. Não quero que a Vale seja nossa desse jeito”, disse durante o encontro, fazendo referência à campanha pela estatização da mineradora, privatizada em 1997 numa operação suspeita de fraudes.

Vale em Moçambique
Os moradores da província do Tete, na região central de Moçambique, país da costa oriental africana, conhecem bem o modo de atuar da mineradora. “A Vale não tem respeito algum pelos mínimos direitos e hábitos culturais das pessoas”, protesta Fabio Manhiça, de 52 anos, da Associação de Assistência Jurídica às Comunidades, em entrevista à Carta Maior.

“Os salários são baixíssimos. Durante o acordo coletivo de trabalho, a empresa não respeitou a vontade expressa dos trabalhadores. Eles tiveram que assinar com o joelho em cima deles. Tanto que a maior parte dos trabalhadores da Vale não conhece o acordo coletivo. As comunidades foram evacuadas, foram tiradas pelo governo de suas zonas de origem e levadas a uma que não escolheram. Não sabemos com quem negociar. O governo diz que é com a empresa, a empresa diz que é com o governo. O povo fica no meio”, resume.

Segundo Manhiça, um problema grave é a falta de conhecimento de trabalhadores e comunidades sobre seus próprios direitos. Outro, o poder da mineradora de “corromper tanto os dirigentes o governo quanto os dirigentes sindicais” do país. Nem mesmo os líderes sindicais não cooptados encontram espaço para atuação. “Se você for até as comunidades, os moradores não vão falar consigo. Temem represálias. Seguranças da Vale e a força policial do governo andam pelas ruas, semeando medo e pânico. As pessoas não te dizem nada. Tanto que as informações sobre a Vale a gente encontra nesses fóruns; lá não temos acesso a nenhuma informação. Tu não entras lá dentro, é barrado.”

Em 12 de junho, outro moçambicano que participaria do encontro foi impedido de entrar no Brasil pelo aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Jeremias Vunjanhe, da ONG Justiça Ambiental e da Federação Internacional Amigos da Terra, teve seu passaporte retirado e foi obrigado a voltar ao Moçambique. A Polícia Federal não informou as razões desse tipo de tratamento – Vunhanhe tinha visto de entrada no país.

Gilberto Carvalho: "vamos continuar construindo hidrelétricas". Fábio Nassif e Felipe Milanez – Agência Carta Maior. 18/06/2012

Em entrevista à Carta Maior, o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, defendeu as medidas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise econômica mundial e o modelo de desenvolvimento atualmente em curso. No plano energético, defendeu a opção pelas hidroelétricas dizendo que o país é privilegiado por ter esse recurso hídrico. “Os erros cometidos na construção dessas usinas não podem anular a necessidade e a propriedade de seguirmos construindo”, defendeu.

Rio de Janeiro - O secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, concedeu uma rápida entrevista à Carta Maior neste domingo (17), depois de participar do debate “Democracia e Direitos” na Cúpula dos Povos. O evento ocorreu na Arena Sociambiental, uma tenda destinada para atividades de diálogo entre governo federal e sociedade.

Carvalho assistiu o público aplaudir de pé as críticas do sociólogo português Boaventura de Souza Santos às consequências do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Participaram também José Júnior da ONG Afroreggae e a Vanessa Zettler brasileira ativista do movimento Occupy Wall Street.

Na entrevista, o ministro defendeu as medidas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise econômica mundial. Carvalho disse também que o país é privilegiado por ter esse recurso hídrico, que é a energia mais limpa do mundo. O problema, segundo ele, é “o modo como você constrói as hidrelétricas”. “Os erros cometidos na construção dessas usinas não podem anular a necessidade e a propriedade de seguirmos construindo”, completou o ministro, que respondeu outras críticas feitas pelos movimentos sociais à construção da usina Belo Monte, falou sobre a violência no campo e fez autocrítica pela demora na regularização fundiária na Amazônia. Assista acima a entrevista na íntegra.

Empresas não fazem relatório ambiental. Toni Sciarretta – Folha de São Paulo, Mercado. 18/06/2012

Só 21% das companhias abertas divulgam o documento, mostra pesquisa da Bolsa, que será divulgada na Rio+20. Grupos não são obrigados a ter relatório de sustentabilidade, mas são cobrados pelo investidor estrangeiro

Apenas uma em cada cinco empresas brasileiras que se financiam com o dinheiro do conjunto dos investidores presta conta sobre como utiliza os recursos naturais coletivos, se relaciona com suas comunidades e respeita as boas regras de gestão.

A conclusão é de pesquisa da BM&FBovespa com 448 empresas com ações, que será divulgada hoje na Rio+20.

Segundo a pesquisa, só 96 companhias abertas (21,4%) elaboram o relatório de sustentabilidade, publicação periódica em que as empresas relatam as ações para reduzir o impacto ambiental deixado por sua atividade (tratamento da água, emissão de gases, consumo de energia, reciclagem, uso de insumos etc.), programas voltados ao bem-estar da comunidade (incluindo funcionários), além de práticas de boa gestão e respeito ao acionista.

A Bolsa resolveu fazer essa pesquisa atendendo a uma demanda antiga da comunidade financeira, especialmente dos fundos de pensão e das fundações ligadas a universidades estrangeiras, que seguem a determinação de seus associados de só investir em empresas com práticas consideradas responsáveis.

Fabricantes de cigarro e armas e empresas que se envolvam em escândalos de corrupção ou provoquem danos ambientais estão fora do radar desses investidores.

Vários deles se reunirão no dia 28, no Rio, no congresso do PRI (Princípios para o Investimento Responsável). O grupo tem 1.070 signatários que cuidam de US\$ 35 trilhões em recursos.

GREENWASHING

Para fazer a pesquisa, a Bolsa pediu a cada uma das empresas listadas que relatasse suas práticas de sustentabilidade ou explicasse os motivos pelos quais não faz essa prestação de conta.

Das 352 empresas que não publicam o relatório ambiental, 107 deram respostas como "estamos nos estruturando" ou "somos uma empresa de participações sem responsabilidade sócio-ambiental relevante".

"Parecem poucas empresas, mas é o só começo. E diria que será bem rápido porque a empresa é valorizada. O objetivo é induzir as empresas a organizarem essas informações. Aquilo que eu não meço, não gerencio", disse Sonia Favaretto, diretora de sustentabilidade da Bolsa.

A Bolsa não fez aferição de qualidade das informações prestadas, mas sugere princípios para ajudar na elaboração de relatórios que superem o chamado "greenwashing" -falso ambientalismo com fins de marketing.

Em janeiro, promoveu cinco workshops do GRI (Global Reporting Initiative), organização responsável pelas diretrizes mais utilizadas na elaboração desses relatórios.

Na pesquisa, só 46 empresas seguiam as regras do GRI.

No Brasil, quem não divulgar relatório de sustentabilidade não será impedido de negociar ações na Bolsa.

Na África do Sul, só empresas que divulgam (ou explicam por que não o fazem) podem ter ações negociadas na Bolsa de Johannesburgo.

Cidades terão metas para cortar poluição. Italo Nogueira e Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012

Grupo formado por prefeitos de 58 metrópoles divulga amanhã seu compromisso com a redução de efeito estufa. Centros urbanos já respondem por mais de dois terços das emissões de gases poluentes do mundo

A rede de prefeitos de grandes cidades (C-40) negocia o estabelecimento de metas de redução de emissão de poluentes. O objetivo é apresentar compromissos em contraposição à indefinição dos chefes de Estado na Rio+20.

O documento, a ser apresentado amanhã pelos prefeitos de Nova York, Michael Bloomberg, e do Rio, Eduardo Paes (PMDB), terá também prestação de contas de iniciativas já em andamento e de seus impactos na redução. Já há mais de 4.000 experiências listadas, mas as metas estão em discussão.

A definição exige adaptação do C-40, orientado inicialmente para dilemas de cidades em países desenvolvidos, o que o leva a priorizar questões como a eficiência energética de edifícios e a otimização nos transportes.

Criada em 2005 pelo então prefeito de Londres, Ken Livingstone, o C-40 reúne 58 megalópoles, que concentram mais de 300 milhões de pessoas. Entre elas estão Rio, Pequim e Johannesburgo.

Com a inclusão de cidades de países em desenvolvimento, saneamento básico e replantio de florestas urbanas entraram na agenda da rede.

BEIRA-MAR

Motivos não faltam para que as cidades se mexam. Estima-se que as metrópoles sejam responsáveis por mais de dois terços das emissões.

Conforme o C-40, as grandes cidades respondem por 75% do gasto de energia do mundo. E 90% delas estão à beira-mar, vulneráveis à elevação do nível dos oceanos.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente e vice-prefeito do Rio, Carlos Alberto Muniz, a cidade vai propor que o documento inclua uma meta única de redução dos gases de efeito estufa.

Essa meta é de 12% com relação aos índices de 2005, a ser atingida até 2016 -algo que nem sequer faz parte das discussões da Rio+20.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, diz que o objetivo não é rivalizar com a conferência. "Não há disputa de tomada de decisão. Não adianta só os chefes de Estado decidirem, e os prefeitos, a iniciativa privada e a sociedade, não."

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

De acordo com Sérgio Besserman, que comanda a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável do Rio, o acordo vai prever também medidas de adaptação às mudanças climáticas.

"Como a discussão se concentrou no Hemisfério Norte, temas das cidades dos emergentes ficaram em segundo plano", disse Besserman.

Na opinião da socióloga indiana Payal Banerjee, da Universidade de Smith-Massachusetts, pesquisas nessas áreas não são preocupações dos centros urbanos dos desenvolvidos, e falta analisar o impacto das mudanças climáticas na vida dos mais pobres. "Há um tratamento tecnicista, que enfatiza a ciência ecológica e ambiental. É muito importante. Mas assuntos que interessam às pessoas mais pobres não ganham atenção, como o saneamento."

A diretora do programa Cidades Globais do C-40, Johanna Partin, disse que as cidades do sul estão criando hoje suas próprias soluções próprias, que muitas vezes são exportadas para as cidades do norte. Ela deu como exemplo os corredores de ônibus articulados de Curitiba.

Painel de 'experts' recomenda zerar desmate até 2020. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012

Proposta feita em seminário temático veio junto com críticas ao Código Florestal

O diálogo temático da Rio+20 sobre florestas deixou como recomendação aos chefes de Estado zerar o desmatamento líquido até 2020.

Isso significa que, se a meta for cumprida, em oito anos o total de florestas derrubadas no mundo não poderá ser maior do que o de florestas que se regeneram.

O desmatamento zero, curiosamente, não figurava entre as dez recomendações mais votadas no debate on-line que precedeu a mesa-redonda ontem no Rio.

O item foi incluído pelos próprios membros do painel, alguns dos quais aproveitaram para criticar a reforma no Código Florestal brasileiro.

Os apelos pelo desmatamento zero vieram dos brasileiros Guilherme Leal, dono da Natura, e André Freitas, diretor do Imaflora, maior instituição certificadora de madeira do país; da equatoriana Yolanda Kakabadse, presidente do WWF; e do alemão Klaus Töpfer, ex-secretário-executivo do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

"Precisamos que governos se comprometam com um mundo de desmatamento zero", disse Freitas.

A coisa mais próxima disso nas recomendações mais votadas on-line era a restauração de 150 milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas até 2020 -que calha de ser algo com que o mundo já se comprometeu, na conferência da biodiversidade de Nagoya, em 2010.

"Acho que é preciso parar o desflorestamento antes de começarmos a falar em reflorestamento", afirmou Töpfer, último a falar no painel.

Freitas e Kakabadse fizeram críticas ao Código Florestal brasileiro, aquele explicitamente, esta de forma velada. "Existem países no mundo, como o Brasil, onde ainda é legal fazer desmatamento. Existem países no mundo onde os membros de um Congresso eleito querem dar anistia a desmatadores ilegais", disse Freitas.

SEM INTERNET

Único representante dos povos indígenas no painel, o cuna panamenho Estebancio Castro Díaz, secretário-executivo da Aliança dos Povos Indígenas e Tribais das Florestas Tropicais, reclamou que o formato dos diálogos -um debate on-line- acabou limitando a participação justamente dos povos que habitam as florestas.

"Não há nenhuma recomendação específica sobre povos indígenas. Podemos dizer que, por falta de internet nas florestas e nas terras indígenas, não pudemos votar em recomendações."

ONU cria outra forma de medir riqueza. Sabine Rigueti – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012

Espécie de 'PIB verde', métrica inclui uso dos recursos naturais no cálculo do crescimento econômico dos países. Brasil ocupa 5ª posição no IRI (Índice de Riqueza Inclusiva); índice compara 20 países em 18 anos

A ONU lançou ontem na Rio+20 uma nova forma para avaliar o desempenho econômico dos países. A diferença para os índices existentes, como PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é que nesse os recursos naturais entram na conta.

A métrica, batizada de IRI (Índice de Riqueza Inclusiva), inclui, no cálculo do crescimento econômico dos países, recursos como áreas agrícolas, florestas, combustíveis fósseis e reservas minerais.

Eles compõem o indicador de recursos naturais, um dos quatro analisados pelo IRI (veja infográfico).

O objetivo, dizem os criadores da fórmula, é analisar o desempenho da economia e abater da conta a quantidade de patrimônio natural que os países perdem, à medida que o PIB cresce.

"Há países que tiveram um crescimento recente do PIB explorando seus recursos naturais. Mas essas fontes são esgotáveis", explica Anantha Duraiappah, diretor executivo do Programa Internacional de Dimensões Humanas da Universidade das Nações Unidas, que criou o índice.

A equipe da ONU analisou, no período de 1990 a 2008, o desempenho do IRI em 20 países dos cinco continentes - incluindo o Brasil. Esses países somam 56% da população e 72% do PIB mundial.

POSIÇÃO BRASILEIRA

O Brasil está em 5º lugar na média de crescimento do IRI per capita no período avaliado (com crescimento de 0,9%), empatado com Japão, Reino Unido e Índia. Trocando em miúdos: o Brasil obteve o 5º melhor crescimento econômico com sustentabilidade no período.

Mas isso não é exatamente uma boa notícia. De acordo com a ONU, o Brasil perdeu 25% dos seus recursos naturais de 1990 a 2008. Isso significa que o IRI do Brasil pode cair no futuro.

Dos 20 países, 14 estão crescendo no IRI, ou seja, estão conseguindo progredir ao mesmo tempo em que preservam suas riquezas naturais.

O melhor índice foi o da China, com 2,1% de crescimento no período. Já a Nigéria, país com pior desempenho, teve uma queda de 1,8%, mas seu PIB per capita aumentou de 2,5% no mesmo recorte temporal.

"Isso mostra que analisar o PIB per capita não é suficiente para avaliar se a economia de um país é sustentável", explica Duraiappah.

COMPETIÇÃO

A ideia do IRI, dizem seus criadores, não é "concorrer" com o PIB ou com o IDH, mas sim possibilitar novas formas para analisar o desempenho dos países, principalmente a longo prazo.

"São métricas complementares", afirmou Pablo Muñoz, diretor científico do UNU-IHDP. O indicador é uma resposta da ONU às críticas de que o PIB, principal métrica econômica vigente, está desatualizado. "O PIB é um pouco defasado, pois foi criado no pós-guerra, em outro contexto histórico", disse.

O IRI não concorre com alternativas como o FIB (Felicidade Interna Bruta), adotado no Butão, que considera o bem-estar das pessoas. "O FIB avalia as pessoas e não a situação macroeconômica do país. São objetivos diferentes", diz Duraiappah.

Quebradeira em escritório de Belo Monte foi 'ato espiritual' dos índios, diz Xingu Vivo. Monica Tavares – O Globo. 18/06/2012

Indígenas foram os responsáveis pela [depredação de vários equipamentos](#) - computadores, cadeiras e mesas - do escritório central da Norte Energia, consórcio construtor da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Sudoeste do Pará, no sábado. A informação é do departamento de comunicação do movimento Xingu Vivo, ao explicar que os indígenas têm uma visão diferente das depredações. A iniciativa para os indígenas significou "um ato espiritual". Eles estariam impondo uma dor à empresa da mesma forma que eles estão sofrendo com a construção da hidrelétrica naquela região.

Segundo nota do movimento Xingu Vivo divulgada domingo, no sábado os participantes do evento Xingu+23 foram ao canteiro de obras de Belo Monte para denunciar as violações ambientais e sociais da usina. Liderada pelos indígenas, a manifestação incluiu uma pajelança no canteiro, um pronunciamento de um padre e declarações de protesto.

Ainda segundo a nota, "indignados com as violações de direitos humanos, o desrespeito com os atingidos e os danos ambientais da obra, e principalmente a ausência de consulta às populações tradicionais e indígenas e o silêncio dos empreendedores, um dos indígenas decidiu se manifestar nas dependências da empresa". O Movimento disse que eram 30 indígenas, mas a empresa fala em cerca de 80.

O procurador da República no Pará Felício Pontes teme que os conflitos com os índios aumentem na região. Ele diz que eles estão tendo seus direitos violados cada vez mais e que não foi feita a consulta prévia aos indígenas sobre a hidrelétrica e que há 14 ações contra a obra, muitas em razão disso.

O Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) informou que a ordem de sua direção era evitar o conflito. A companhia disse que as barracas de um acampamento local foram desmontadas após o incidente. A Polícia Federal e a Presidência da República receberam as imagens do incidente, por se tratar de uma obra do PAC.

Destino de 11 usinas chega aos tribunais – Valor Econômico. 18/06/2012

Empresas que detêm as concessões de 11 usinas hidrelétricas licitadas antes de 2004 começaram a receber uma conta de pelo menos R\$ 18,5 milhões por mês e podem se ver forçadas a devolver esses projetos ao governo. Caso deixem de pagar essa conta, as empresas correm o risco de entrar no cadastro de inadimplentes do Tesouro Nacional e de ficar sem acesso a empréstimos de bancos públicos para todas as suas atividades produtivas, mesmo aquelas que não têm relação com o setor elétrico. O detalhe é que essas usinas jamais saíram do papel pela falta do licenciamento ambiental, que é dado pelo próprio governo.

As empresas que lideram os projetos - um grupo que engloba pesos-pesados como Gerdau, Light, Alcoa e Votorantim - decidiram reagir. No fim da semana passada, elas entraram com um pedido de liminar na 7ª Vara Federal de Brasília, contra o início da cobrança das concessões. Uma lei que prorrogava o pagamento de outorga por essas usinas expirou no dia 15 de junho. Havia a expectativa de uma nova extensão do prazo de carência para o pagamento. O assunto foi discutido durante meses entre o Ministério da Fazenda, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Apesar disso, não houve nenhuma definição.

"Há seis meses busca-se uma solução e o governo ainda não tomou medidas. Avisamos que íamos tomar uma providência. É um absurdo, é uma inconsistência pagar por algo que nunca pôde ser construído", protesta Mário Menel, presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), que reúne indústrias que geram energia para consumo em suas próprias fábricas.

O conjunto de 11 usinas soma 2.117 megawatts (MW) de potência, o equivalente a quase 2% do parque gerador brasileiro, e ficou no limbo entre o velho e o novo marco regulatório do setor elétrico. Antes de 2004, as usinas eram licitadas sem licença prévia. A responsabilidade por obter essa autorização era das empresas vencedoras dos leilões. Pelo modelo novo, os empreendimentos passaram a ser leiloados somente depois da comprovação de viabilidade ambiental pelo Ibama ou pelos órgãos estaduais.

A judicialização das concessões ocorre em um momento em que boa parte das empresas ainda apostava na liberação definitiva dos projetos. A maioria já teve seus estudos ambientais refeitos, com o propósito de passar pelo crivo dos órgãos ambientais. "Não temos absolutamente nenhuma disposição de devolver a concessão. Investimos R\$ 10 milhões e muitos anos de trabalho nos estudos. Queremos construir nossa usina e esperamos que o governo tome uma atitude de bom senso. Essa situação é estapafúrdia", diz Carlos Augusto Blois, diretor de integração e apoio da companhia Arcadis Logos, que está à frente da usina de Murta. O projeto de 120 MW está baseado em duas

barragens no rio Jequitinhonha, na cidade mineira de Coronel Murta. A hidrelétrica tem previsão de investimento de R\$ 520 milhões.

A Gerdau é mais uma das grandes companhias que continuam a acreditar na viabilidade das usinas que, com o tempo, passaram a ser conhecidas como os "micos" do setor elétrico. Em resposta encaminhada ao **Valor**, a companhia informou que não cogita a devolução das concessões de duas usinas projetadas para o rio Chopim, entre as cidades de Honório Serpa e Clevelândia, no Paraná. Na hidrelétrica de São João, com 60 MW de potência, o projeto básico realizado pela Gerdau está em andamento e a empresa tinha a expectativa de obter a licença de instalação da usina até o fim deste mês. A situação é mesma para a hidrelétrica Cachoeirinha, de 45 MW. "A Gerdau continua aguardando a emissão das licenças de instalação, mas acredita na possibilidade de iniciar as construções no decorrer deste ano", afirma a assessoria da companhia.

O **Valor** apurou que não há consenso no governo sobre o futuro dessas usinas. O Tesouro Nacional teme ser responsabilizado por crime de responsabilidade fiscal e, por isso, resiste a prorrogar novamente o início da cobrança de outorga. Enquanto isso, há autoridades do setor elétrico que veem com bons olhos a devolução das concessões, a fim de licitá-las novamente usando o critério de menor tarifa.

Menel, da Abiape, diz que não é vontade da maioria dos investidores devolver essas concessões. Ele reconhece, porém, que não haverá alternativa, caso a cobrança de outorga seja mesmo efetuada. "Fica muito difícil manter a viabilidade dos projetos, principalmente em usinas como Santa Isabel e Couto Magalhães, que têm taxas de outorga muito altas", afirma o executivo.

Levantamento preliminar da associação, com oito das 11 hidrelétricas, indica que elas deverão pagar R\$ 18,5 milhões por mês. Santa Isabel, a maior delas e com capacidade prevista de 1.087 MW, pagará R\$ 161 milhões anuais. Alcoa, BHP Billiton, Camargo Corrêa, Vale e Votorantim Cimentos detêm a concessão do projeto.

A cobrança das outorgas não é o único problema enfrentado por essas usinas. Como todas foram leiloadas há mais de dez anos, as empresas já perderam praticamente um terço do prazo de concessão que tinham para explorar os empreendimentos. É preciso, portanto, que o governo também tome uma decisão sobre a prorrogação dessas concessões - a maior parte é de 35 anos -, única medida que poderia garantir a viabilidade financeira de cada empreendimento. Caso contrário, as empresas simplesmente não teriam mais tempo para obter o retorno projetado quando venceram os leilões.

Procurados insistentemente pelo **Valor**, o Ministério de Minas e Energia e a Aneel não responderam aos pedidos de entrevista.

Disputa pela água tende a aumentar. Paulo Vasconcellos – Valor Econômico.
18/06/2012

Vicente Andreu Guillo, presidente da ANA: "Com R\$ 100 milhões por ano dá para proteger 100 mil quilômetros de margens de rios"

A falta de uma estratégia de gestão da água ameaça agravar os conflitos provocados pela escassez de recursos hídricos no país. O alerta foi feito no seminário "A Governança da Água", no primeiro dia do fórum Humanidade 2012, evento paralelo da Rio+20 promovido pelas federações das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan) no Forte de Copacabana, na Zona Sul do Rio. O encontro reuniu empresários, ambientalistas, acadêmicos e administradores de empresas de abastecimento e saneamento.

"Embora o Brasil ainda não tenha grandes conflitos de disputa pela água, os atritos já começam a aparecer. A tendência é que se agravem se a gestão dos recursos hídricos não for adequada", disse Vicente Andreu Guillo, presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

O Brasil tem hoje pelo menos três áreas sensíveis de escassez de água. A mais grave é a do semiárido do Nordeste, atingido pela pior seca em quatro décadas. Parte do Rio Grande do Sul também sofre com a estiagem. O terceiro foco é o rio São Marcos, localizado entre Minas Gerais e Goiás, porque a irrigação está desviando para a lavoura a água que deveria chegar às usinas para a geração de energia.

"A fragmentação atrapalha a gestão dos recursos para abastecimento e saneamento. A falta de estratégia faz com que se leve mais tempo para resolver os conflitos em torno da água", afirmou João Gilberto Lotufo Conejo, diretor da agência, que também participou do seminário.

Além da falta de visão estratégica, a governança dos recursos hídricos precisa enfrentar um desafio urgente: a necessidade de investimentos de R\$ 22,2 bilhões até 2025 na modernização dos sistemas de captação, tratamento e distribuição.

De acordo com dados do "Atlas do Abastecimento Urbano", da agência nacional, mais da metade dos municípios brasileiros terá dificuldade em manter o abastecimento de água à população daqui a treze anos. Nove por cento terão que construir novas barragens e estações de tratamento.

A maior fatia dos investimentos, R\$ 9,1 bilhões, deverá ser direcionada à região Nordeste porque barragens e açudes não dão mais conta das necessidades de abastecimento da população e da irrigação das áreas agrícolas.

O Sudeste precisa de R\$ 7,4 bilhões de investimentos para fazer frente ao crescimento populacional. As regiões Sul e Norte necessitam de R\$ 2 bilhões cada uma e o Centro-Oeste do país, de mais R\$ 1,7 bilhão.

É preciso aprimorar ainda os mecanismos de proteção aos recursos hídricos. O presidente da Agência Nacional da Água defendeu que a economia que poderá ser feita com a renegociação dos contratos de concessão de energia, que estão para vencer, não

seja direcionada apenas para a redução das tarifas ao consumidor. Parte poderia ser convertida para um fundo visando projetos de reflorestamento das margens de rios e programas de proteção das bacias hidrográficas brasileiras.

Entre as concessões que terão de ser renovadas em breve estão as da Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (Chesf), no Nordeste, da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e de Furnas Centrais Elétricas, que atende as regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. As concessionárias, de acordo com o presidente da ANA, movimentam R\$ 6 bilhões por ano.

"Com R\$ 100 milhões por ano, que é uma parte pequena em relação aos valores das concessões, dá para proteger 100 mil quilômetros de margens de rios", afirmou Vicente Andreu Guillo.

O debate no fórum Humanidade 2012 serviu para a apresentação de propostas que convergem para um ponto em comum: a necessidade de se fortalecer a importância da água nas discussões ambientais.

Até agora, concordam ambientalistas, gestores públicos e representantes de entidades empresariais, ela foi relegada a um papel acessório. Uma das ideias é a de se criar um organismo na Organização das Nações Unidas (ONU) para tratar do tema de forma global.

"O grande desafio do Brasil é saneamento, saneamento e saneamento", disse Marilene Ramos, presidente do Instituto Estadual de Ambiente do Rio de Janeiro (Inea). Depois de pôr em dúvida os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam que 90% dos brasileiros têm acesso à água potável e 70% são atendidos pela rede de esgoto, Marilene atacou a timidez dos avanços na gestão da água em termos de investimentos, agilidade e regulação. E citou o caso do Rio de Janeiro, um dos poucos estados brasileiros que cobram taxa de água, arrecadando cerca de R\$ 40 milhões por ano com o tributo, mas ainda enfrenta muitas dificuldades na hora de aplicar os recursos. "O país precisa de um programa nos moldes do Minha Casa Minha Vida para o setor de saneamento."

Já a representante nacional da The Nature Conservancy (TNC), Ana Cristina Barros, propôs no seminário a criação de um fundo de incentivo aos produtores agrícolas para que eles preservem ou recuperem as florestas nas margens dos mananciais hídricos como forma de garantir a produção de água.

O modelo mais bem-sucedido da proposta foi implantado em Quito, no Equador, mas o sucesso poderia ser ainda maior no Brasil porque o país é mais avançado em termos de legislação sobre os recursos hídricos.

"O cenário no Brasil está pronto. Só aqui existe este arcabouço legal, com agências e comitês de água estaduais e municipais", disse Ana.

Gestão deficiente preocupa o setor. Carmen Nery – Valor Econômico. 18/06/2012

A escassez dos recursos hídricos e as deficiências na governança são as principais preocupações do setor industrial em relação à água. Pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) revelou que 89% das empresas do Estado apontaram que a água é o insumo fundamental para seus processos. Segundo Luís Augusto Azevedo, gerente de meio ambiente da Firjan, essas empresas já se deram conta de que não importa quanto a água custe ou o quanto seja difícil reaproveitá-la, se não houver o recurso na qualidade adequada, o negócio pode não se viabilizar.

"Há um fechamento de ciclo, com o total reaproveitamento da água; de separação de efluentes para dar um tratamento adequado a cada um deles; e de minimização do uso. A indústria do Rio, especialmente a que opera nos setores de bebidas, alimentos e siderurgia, está entre as mais eficientes do mundo na utilização de água nos seus processos", diz Azevedo. Ele cita dados de uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria apontando que 70% das empresas adotam práticas de redução de consumo.

Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), observa que o setor também está incentivando parcerias com governos em projetos de empresas como a Sabesp e a Cedae, que, segundo ele, estão quebrando paradigmas no uso industrial da água. "Assim é possível disponibilizar recursos de água potável para a população", ressalta.

Em apresentação no painel que discutiu a governança das águas no Humanidades 2012, Ana Cristina Barros, representante da ONG The Nature Conservancy (TNC), criticou o fato de as empresas estarem focadas exclusivamente em suas plantas, quando deveriam voltar suas atenções para as bacias hidrográficas. "A indústria adota os melhores padrões tecnológicos e faz um trabalho maravilhoso na planta, o que é necessário e importantíssimo. Mas, em uma visão mais ampla e de vanguarda, deveria estar focando nas bacias hidrográficas, onde é produzida a água que usa", diz Barros.

"E essa lógica não é de altruísmo. Um estudo da WWF mostra que há três riscos básicos em relação ao uso da água pelas empresas: risco físico, que é a disponibilidade da água para o uso; o risco ecológico e social, quando a água escasseia e a empresa começa a competir com o uso da população; e o risco de negócio e de imagem que isso acarreta com o aumento dos custos e da regulação pelo governo", adverte.

Reis, da Fiesp, rebate que a maior parte das indústrias está localizada nas áreas urbanas, longe das bacias, e a saída é voltar sua atenção para o tratamento dos efluentes domésticos e industriais; mas admite que o foco nas bacias esteja correto. Por isso, a Fiesp, a Firjan e as empresas participam ativamente de todos os Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos colegiados criados no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em que são debatidas as questões referentes à gestão das águas.

"A indústria participa de diversas maneiras, inclusive com aporte de tecnologia e inovações e apoio ao setor acadêmico. Um dos pontos que defendemos é que os

recursos gerados pela cobrança pelo uso da água sejam revertidos em projetos na própria bacia e prioritariamente no saneamento, nosso maior problema ambiental", diz.

Para a indústria, o principal nó a ser desatado está na questão da governança. "Deveríamos ter controles eficientes sobre os resultados e menos nos processos burocráticos", afirma.

Alemães querem fazer negócios – Valor Econômico. 18/06/2012

A experiência de cluster ambiental da Baviera, rede de integração entre a indústria ambiental, a academia e o governo do Estado alemão, poderá ser replicada no Brasil por meio de uma articulação entre entidades empresariais, a Universidade de São Paulo e empresas. É o que informa Marco Aurélio Silva, diretor da Huber Technology, uma das empresas que poderão se envolver no projeto. A experiência no Estado que reúne gigantes globais como Allianz, Siemens, Audi, BMW e Huber, foi apresentada no Humanidade 2012.

A Huber é uma das mais tradicionais provedoras globais de soluções para tratamento e reúso de águas municipais, efluentes industriais e resíduos, com mais de 30 mil equipamentos e sistemas instalados ao redor do mundo e faturamento anual de US\$ 250 milhões. No Brasil, onde opera há três anos, já implantou 150 projetos especialmente no segmento têxtil em empresas como Coteminas, Canatiba e Cedro, em mais de uma planta com tecnologia MBR (Membrane Biologic Reactor).

O cluster ambiental alemão concentra competências nas áreas de recursos hídricos, resíduos e reciclagens, geração alternativa de energia, prevenção da poluição atmosférica e eficiência de recursos. "Estamos conversando sobre a possibilidade de desenvolver algumas soluções tecnológicas com a USP. A universalização do saneamento tem que partir do uso intensivo de tecnologia. A Alemanha conseguiu 100% de cobertura com tecnologia de ponta", diz Silva.

Outros projetos desenvolvidos pela empresa incluem o tratamento do lodo que é secado e serve como fonte de energia térmica e elétrica. Em um dos projetos no Brasil esse tipo de solução permitiu uma economia anual de R\$ 6 milhões. Outro subproduto é a areia que é produzida junto com o esgoto. No Brasil, normalmente, ela vai para aterro sanitário. Na Alemanha, essa areia é lavada, tratada e reutilizada na construção civil.

"Vendemos o primeiro sistema no Brasil para a Águas de Niterói, há uma semana. Eles precisam de areia para fazer os reparos nas tubulações, e a quantidade produzida pelo esgoto é exatamente a mesma que a empresa precisa comprar", diz Silva.

Clovis Sarmiento, diretor comercial da divisão "waters & process technologies" da GE, observa que, apesar da aparente abundância de água no Brasil, faltam mananciais para atender a demanda da população e das empresas, pois a água não está bem distribuída. Isso porque essa abundância está concentrada no Amazonas, que tem 4% da população do país e 70% da água. O Sudeste tem 50% da população e falta água. Isso tem exigido

um esforço das empresas para otimizar os recursos que precisam para o desenvolvimento dos negócios.

"Em algumas áreas a escassez de água já começa a afetar o crescimento industrial. A demanda de água em São Paulo é 400% superior ao fluxo natural do recurso no Estado, que é um importador de água de outras bacias", observa Sarmiento.

A unidade "waters & process technologies" integra o negócio global de energia da GE e tem apresentado crescimento acelerado nos últimos anos. A empresa tem três focos: iniciativas e tecnologias de potabilização da água por meio de tecnologias de ultrafiltração para o tratamento da água para consumo humano; o tratamento de efluentes com tecnologias de sistemas de membranas biorreatores, que são instalados em empresas de saneamento e indústrias que investem em reúso; e a terceira linha, cujo mercado ainda é incipiente no Brasil - o uso de técnicas de osmose reversa para dessalinizar a água do mar.

Compras públicas irão incentivar produto verde. Suzana Liskauskas – Valor Econômico. 18/06/2012

O Ministério do Meio Ambiente quer aumentar a reciclagem de resíduos sólidos da construção civil em 20%, até 2015, e ainda usar o poder de compra do Estado para incentivar a criação de um "mercado verde", estimulando a queda dos preços dos produtos sustentáveis. Ana Maria Neto, diretora de produção e consumo sustentáveis da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, do MMA, enfatizou que, dentro do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, as metas para 2012 e 2013 estão concentradas em um programa de capacitação e estímulo para que o Estado realize contratações sustentáveis. Além disso, na realização de projetos para sensibilizar mercados e consumidores sobre a importância de adotar medidas que causem menos impacto ao ambiente.

Para atingir a meta de redução em 20%, o MMA está firmando parceria com o setor empresarial e entidades de classe. Entre as iniciativas, Ana Maria destaca o pacto setorial com a Associação Brasileira de Embalagens para unificar a simbologia das embalagens, indicando a consumidores e catadores como efetuar o descarte correto delas.

Outra iniciativa, segundo Ana Maria, será a elaboração de um curso para divulgar a importância do bom manejo de resíduos sólidos. Ainda no âmbito da capacitação, o ministério vai assinar acordos com entidades de classe para desenvolver programas de gestão de canteiro de obras e resíduos sólidos, destinados aos diversos profissionais envolvidos na construção civil, em todos os níveis.

"Estamos negociando também com o Fundo Nacional de Mudança de Clima (FNMC) para implantação de unidades fabris de agregados sólidos das obras. A fundação de um empreendimento tem impacto ambiental maior do que o produzido em dez anos de utilização do mesmo", afirma. "Além disso, nas grandes cidades, a construção civil é

responsável por mais de 50% do lixo dos aterros. Sem contar os descartes que são feitos sem nenhum cuidado, nos centros urbanos. Por isso é importante focar na construção civil", explica.

Tornar o Estado um consumidor em larga escala de produtos sustentáveis é outro grande foco do Ministério do Meio Ambiente para os próximos dois anos.

De acordo com Ana Maria, a publicação do Decreto 7.748/2012, assinado pela presidente Dilma Rousseff no dia 5, vai contribuir para que os gestores do governo tenham uma preocupação maior com a sustentabilidade. O ministério vai concentrar esforços na preparação de gestores do governo, para que eles possam adaptar os conceitos de sustentabilidade às suas realidades e saibam reconhecer critérios que levem em conta o ciclo de vida de produto.

"Comprar um produto sustentável na região Norte não é igual a adquirir um produto sustentável no sul do país", diz Ana Maria.

Mudança em padrão de consumo requer parceria. Jacqueline Farid – Valor Econômico. 18/06/2012

O Brasil precisa ter um papel mais ativo na promoção de mudanças no padrão do consumo mundial, na opinião do chefe do setor de produção e consumo sustentável da divisão de tecnologia, indústria e consumo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep/Pnuma), Arab Hoballah. Ele considera importantes as iniciativas brasileiras em direção a uma "economia verde", mas ressalta que o país "pode ser mais ativo para criar soluções".

Apesar de chamar atenção para a necessidade de um engajamento maior dos brasileiros, ele admitiu que na América Latina e no Mercosul há políticas "muito interessantes" em preparação. Citou como exemplo as iniciativas para mudanças climáticas no Brasil, no âmbito da Política Nacional de Mudança do Clima.

A avaliação de Hoballah, que fez palestra em painel sobre consumo sustentável no evento, é que "o consumismo está destruindo o mundo". Para ele, as soluções passam inevitavelmente pela contribuição conjunta de governos e empresas e, sobretudo, de um engajamento maior da sociedade como um todo.

No painel que contou também com a participação de representantes das indústrias, Hoballah falou da necessidade de reduzir drasticamente o volume de geração de resíduos químicos. O acesso à informação, no caso da produção e consumo, é considerado fundamental pelo representante do Pnuma. Segundo ele, a sociedade não apenas não dispõe de acesso às informações corretas, como também não as procura.

Outro fator fundamental, segundo Hoballah, é estimular a chamada demanda com impacto verde. Essa demanda, ele prossegue, só pode ser incentivada em longo prazo, com organização do acesso à ciência, o arcabouço da educação e a criação de fundos

para investimento no estímulo à busca pelo consumo que trará um menor impacto ao ambiente.

Para Hoballah, a agenda global, desde 1992, apresentou soluções importantes, mas ainda está distante de resultados concretos. "Os países estão pensando em ter uma agenda melhor? Isso não foi feito até agora e é preciso fazer", disse. Segundo ele, a Unep/Pnuma está tendo forte apoio da União Europeia e tem conselheiros em governos de vários países para definir ações de melhoria do sistema de consumo do mundo.

Como parte do consumo sustentável, Habollah inclui a construção de edifícios e casas nas grandes cidades. Segundo ele, "ninguém quer construir" um prédio sustentável porque os investimentos costumam ser 10% mais elevados, com benefícios que não ficam para os empreendedores, mas se espalham pela sociedade. Ele citou como exemplo positivo a construção em curso de casas sociais de consumo sustentável em São Paulo.

Código Florestal no necrotério. José Eli da Veiga – Valor Econômico. 19/06/2012

Preste muita atenção no que a seguir está destacado entre aspas: a Medida Provisória 571 contribui para que a sancionada Lei nº 12.651 perdoe violações de áreas de preservação permanente realizadas em "imóveis rurais" por atividades "agrossilvipastoris" implantadas até "22 de julho de 2008".

Mesmo antes de discutir as implicações desses três destaques, é preciso que se esteja alerta para um fato ainda ocultado por tanta ingênua referência a um imaginário "novo código florestal".

Sejam quais forem as alterações que a Lei 12.651 sofra no Congresso por força do verdadeiro tsunami de emendas aos 78 artigos da MP 571, ela jamais poderá ser chamada de "código", pois dispõe exclusivamente sobre a proteção de vegetação nativa que ainda exista ou se recomponha em parte do território nacional cuja dimensão permanece ignorada: a que foi legitimamente apropriada pela iniciativa privada.

A área total dos empreendimentos do setor agrícola pouco tem a ver com a dos imóveis rurais

Para que pudesse ser chamada de código, a nova lei também deveria dispor sobre as florestas que estão protegidas por unidades de conservação e por populações indígenas, assim como as que permanecem inteiramente desprotegidas por cobrirem terras que pertencem ao patrimônio público dos três entes federativos, mas que foram objeto de grilagem, prevaricação, ou diversas formas de abandono igualmente escandalosas.

É óbvio que tal alerta já serve de introdução à pergunta obrigatoriamente suscitada pelo primeiro destaque: a categoria "imóvel rural". Será possível ignorar que a área total dos empreendimentos produtivos do chamado setor agrícola - fazendas, sítios e chácaras - pouco tem a ver com a área total dos imóveis rurais? Pelas estatísticas oficiais disponíveis, a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas não chega a 40% dos 850

milhões de hectares do território nacional, enquanto a área dos imóveis rurais estaria próxima dos 70%.

Ao optar pela categoria "imóvel rural" em vez de "estabelecimento agrícola", a Lei e a MP favorecem os proprietários privados de terras de vocação exclusivamente especulativa, que nem sequer podem ser recenseadas pelo IBGE por não abrigarem comprovada atividade produtiva. Essas terras, que poderiam atingir 30% do território nacional, estão evidentemente concentradas nos dois biomas de mais recente e predatória ocupação: cerrados e florestas amazônicas.

Com o intuito de premiar esse mesmo tipo de especulação fundiária, a lei considerou "consolidadas" todas as invasões de áreas de preservação permanente por atividades "agrossilvipastoris". Expediente infelizmente confirmado pela MP. Ora, a preferência por esse amálgama, em vez da fundamental distinção entre os impactos ambientais de culturas permanentes, de cultivos temporários e de pastagens, equiparam os cuidados dos produtores agrícolas à irresponsabilidade dos que cobrem de capim margens de rios, encostas e topos de morro. Fazem como se os simulacros de pastagens dominantes no Centro-Oeste, no oeste baiano e no sul da pré-Amazônia pudessem ter impactos idênticos aos dos parreirais e pomares do Sul, cafezais do Sudeste, ou cacauais da Bahia.

O terceiro, mas não menos importante retrocesso dessa revogação do Código Florestal se refere à data demarcatória entre novas normas e o passivo ambiental. Foram ignorados os dez anos transcorridos entre a promulgação da Lei de Crimes Ambientais e o decreto de Lula que pretendeu colocá-la em prática. É o que fazem a Lei e a MP ao usarem a vingativa e humilhante data de 22 de julho de 2008 como prazo limite da legalização dos malfeitos predatórios cometidos contra as áreas de preservação permanente.

Seria absolutamente justo perdoar desmatamentos ilegais realizados no período em que o próprio governo federal não apenas os promovia, mas até punia os migrantes que demorassem a fazê-los. Todavia, essa distorção, que já deveria ter acabado com a Constituição Cidadã, deixou de ter qualquer justificativa atenuante desde 1999, com a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais. Não há como deixar de perguntar, então, quem serão os principais beneficiários desse indulto a prejuízos intencionais ao bem comum perpetrados nos dez anos anteriores a 22 de Julho de 2008. E ao se tentar responder, pela terceira vez se chega ao mesmo agente: a especulação imobiliária dos ocupantes predatórios dos cerrados.

O cadáver do "Novo Código Florestal de 1965" não poderá deixar o necrotério até que deputados e senadores decidam o que sobrar da inepta MP 571. E não é certo que logo depois dessa decisão o cadáver possa ser tranquilamente sepultado. Conforme a ampla representação da comunidade jurídica que se reuniu na manhã do domingo 17 no Tribunal de Justiça do Rio, surgirá um supermercado de ações judiciais se a Lei nº 12.651 não for rapidamente declarada inconstitucional.

Agronegócio teme custo da sustentabilidade. Alessandra Saraiva e Bettina Barros – Valor Econômico. 19/06/2012

Frequentemente apontado como um dos vilões da preservação do ambiente no país, o agronegócio brasileiro oscila em posição delicada nos debates paralelos à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Por um lado, o setor defende, por meio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a criação de um indicador de desenvolvimento sustentável, que possa mensurar o impacto ambiental das atividades econômicas no campo, e a adoção de um conceito global para Áreas de Preservação Permanente (APPs). Mas, ao mesmo tempo em que admitem necessidade de preservação, os produtores não querem arcar sozinhos com os custos de preservação ambiental.

Ainda em fase de elaboração, o novo indicador deve funcionar aos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelas Nações Unidas (ONU), com quatro variáveis: sociais, demográficas, econômicas e de meio ambiente. Além do novo indicador, a proposta da CNA é a adoção do conceito de Área de Preservação Permanente (APP) em escala global.

Mas essas estratégias para preservação operam em um ambiente onde as exigências ao meio ambiente tornam-se cada vez maiores. O ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, abriu os trabalhos do 4º Agriculture & Rural Development Day, evento paralelo à Conferência Rio+20, com números de alerta. Cálculos do ministério estimam que, para atender à população mundial em 2050, a produção global de cereais tem que subir dos atuais dois bilhões de toneladas para três bilhões de toneladas. Já a produção mundial de carne teria que crescer dos atuais 200 milhões para 470 milhões de toneladas.

O governo brasileiro ainda defende a ideia de aumento de produtividade para produzir agricultura sustentável. "A Embrapa tem feito um trabalho muito forte de pesquisa, e possibilitando projetos que permitem, com a mesma área plantada, que a produção aumente, tanto de grãos quanto de carne", afirmou o ministro.

Mas essa estratégia é vista com reservas pelo chefe da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-RS) João Augusto Telles. Produtor de soja e de milho no Rio Grande do Sul, Telles argumentou que, para ganhos de produtividade e ações de preservação ambiental, é preciso investir em tecnologia no campo. E, para isso, é preciso dinheiro. "Nós, como produtores, não podemos arcar sozinhos com os custos da proteção ambiental", disse. Para ele, não está muito claro de onde viriam recursos para ações de proteção do ambiente, para os próximos anos.

O pecuarista José Amado, produtor do Mato Grosso do Sul foi além. Também no Pavilhão Brasil, criticou duramente as atuais regras ambientais, principalmente a chamada Reserva Legal, que estipula percentual de área a ser conservada na propriedade rural com vegetação nativa. "Eu tenho 20% de minha área conservada como reserva legal por esta lei. Mas sou quem arca com os custos de manutenção desta área", reclamou. Amado admitiu que, atualmente, o mundo já vive sob a ameaça de esgotamento de vários recursos naturais, e que é preciso resolver esse problema. Porém,

em sua avaliação, agricultores e pecuaristas ainda arcam com a maior fatia do ônus das ações que envolvem o desenvolvimento sustentável.

ONG prepara protesto contra a Vale na sede da mineradora no Rio. Vera Saavedra Durão e Guilherme Serodio – Valor Econômico. 19/06/2012

A Organização Não Governamental (ONG) "Atingidos pela Vale" prepara para hoje, no final da tarde, uma manifestação à frente da sede da empresa, no Centro do Rio. A ideia dos organizadores, segundo Padre Dário, de Açailândia, no Maranhão, é entregar à Vale um "Relatório de Insustentabilidade" que enumera problemas de saúde dos trabalhadores no Pará e realocação de população onde a Vale tem projetos, como Moçambique. "Nesses territórios sofre-se as consequências da mineração".

Murilo Ferreira, presidente executivo da Vale, que abriu ontem o fórum de Desenvolvimento Sustentável: Novas Dimensões para a Sociedade e Negócios, organizado pelo Instituto Tecnológico da Vale, indagado sobre a companhia ser vista como uma "vilã" ambiental, apesar de ser patrocinadora da Rio + 20, foi bastante cauteloso e político na resposta. "Tenho profundo respeito pelos movimentos sociais, pelo contraditório, mas nós (Vale) temos nossas crenças e todos sabem a ênfase que tenho dado aos assuntos sociais que são mais importantes para nós, como a ajuda aos deserdados que estão fora de uma empresa como a Vale".

Segundo ele, existe uma grande controvérsia especialmente a respeito da participação da Vale no projeto da usina de Belo Monte, no Pará. "Mas repito, como já disse, que nós (Vale) entramos (em Belo Monte) depois que o projeto estava instalado e nós acreditamos que a Vale, com o conhecimento que tem e a boa vontade de seus técnicos, comitês e conselho de administração, vamos colaborar intensamente para a melhoria de todos os padrões a serem considerados naquele investimento".

A participação da Vale no projeto da hidrelétrica de Belo Monte foi o estopim que levou a companhia a receber o prêmio Public Eye People's Award, de iniciativa de duas ONGs suíças, Declaração de Berna e Greenpeace Suíça, como a pior empresa em danos ambientais no mundo.

A Vale optou por não fazer qualquer tipo de campanha contra o prêmio porque o regulamento não permitia votar a favor de uma empresa, apenas contra. "Por isso, evitamos o dilema ético. O foco de nossas ações foi o esclarecimento e a oferta de informações concretas ante as acusações que nos foram feitas", informou a assessoria.

Ontem, a Vale anunciou a criação de um prêmio com a Capes, para estimular pesquisa socioambiental. A meta da Vale é ampliar e avançar tecnologicamente para reduzir danos ambientais da mineração.

Bolsas vão exigir de empresas relatório de sustentabilidade – Valor Econômico. 19/06/2012

Cinco bolsas de valores assinaram ontem documento voltado à promoção de investimentos sustentáveis de longo prazo em seus mercados. Mesmo sem consenso sobre quem deveria liderar esse processo, as bolsas tomaram a iniciativa, com a expectativa de que investidores e as mais de 4.600 empresas listadas em seus mercados vão aderir a práticas de governança corporativa, social e ambiental (ESG, na sigla em inglês). Empresas brasileiras também divulgaram ontem uma carta com dez compromissos para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A opinião do secretário-geral da Unctad (órgão das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento), Supachai Panitchpakdi, é compatível com a da presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena Santana sobre o mercado brasileiro: os governos deveriam liderar a adoção de medidas como a obrigatoriedade de publicação anual de relatórios de sustentabilidade, para que investidores tenham mais consciência na hora de investir e possam transformar isso em exigência para as empresas.

A BM&FBovespa, a Nasdaq OMX e as bolsas de Joanesburgo, Istambul e Egito ressaltaram com a assinatura do acordo a importância do relatório de sustentabilidade, atualmente divulgada somente por 20 companhias no mercado brasileiro. A assinatura serve como uma mensagem para os governos que estão participando da Conferência Rio+20, de acordo com o diretor da Divisão de Investimento e Empresas da Unctad, Jorge Zhan. Seria a demonstração de que empresas e as bolsas já estão se comprometendo de "alguma forma com a sustentabilidade".

Panitchpakdi defendeu que todos os participantes do mercado devem estar mobilizados nesta direção. Mas ele acredita que esse movimento tem que ser liderado pelos governos, que devem participar da criação de regras e ser assertivos na forma de regular o investimento. A adoção dos princípios de ESG pelos próprios governos poderia inclusive evitar crises como a por que passa a Europa atualmente. "Princípios de sustentabilidade são também princípios de responsabilidade", afirmou.

A BM&FBovespa deverá, dentro de dois ou três anos, exigir como pré-requisito de listagem de empresas a publicação anual de relatórios de sustentabilidade, informou o presidente Edemir Pinto. Ele disse ainda não estar definido o modelo, mas poderá ser um requisito para abertura de capital ou para a listagem em níveis de governança corporativa, como o Novo Mercado. Em sua opinião, os órgãos reguladores poderiam ter um papel importante nesse processo.

Para Maria Helena, os reguladores já ficam muito assobrados com questões de curto prazo para dar segurança aos mercados e, por isso, as questões de sustentabilidade não fazem parte da agenda de curto prazo da autarquia. "É difícil enxergar como prioridade absoluta na agenda do regulador de mercado em seu mandato estrito."

A rede de empresas brasileiras que integra o Pacto Global divulgou ontem, também durante o Fórum de Sustentabilidade Empresarial da Rio+20, documento assinado por 226 das cerca de 400 companhias nacionais que fazem parte da iniciativa lançada pelo ex-secretário-geral da Organização Nações Unidas Kofi Annan com a participação de agências da ONU.

As empresas se comprometeram, por exemplo, a melhorar a eficiência do uso de recursos naturais, gerar empregos dignos, definir metas concretas, relatar seus avanços na busca por maior sustentabilidade e influenciar e apoiar as políticas do governo brasileiro nessa área. Em contrapartida, os executivos pedem incentivos governamentais para o desenvolvimento de tecnologias e produtos sustentáveis.

"Qualquer setor nascente depende de estímulos. Cabe ao governo estimular os produtos mais renováveis", afirmou o presidente da Braskem, Carlos Fadigas, para quem essas medidas podem ser tributárias e de regulação. Outras signatárias do acordo são Petrobras, Itaipu e CPFL Energia.

Na opinião do executivo, a adoção de uma cultura mais sustentável pode reduzir os custos das empresas, mas cabe também à sociedade decidir se paga mais caro por produtos sustentáveis a fim de remunerar iniciativas nesse sentido. O Pacto Global conta com 7.000 empresas associadas em todo o mundo, e pode excluir de seus quadros os grupos que não seguirem os princípios defendidos pela associação

Bacia de rio em MT pode receber até 7 hidrelétricas – Folha de São Paulo, Mercado. 19/06/2012

Região já tem uma usina; potencial é de 2.530 MW

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que foram aprovados os estudos de inventário hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Aripuanã.

As análises apontam para a viabilidade de instalação de sete novas hidrelétricas com potência de total de 2.530 megawatts (MW).

Os estudos abrangem 99.357 km² de áreas em Mato Grosso; 32.874 km² no Amazonas; e 14.026 km² em Rondônia. Os documentos foram elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética.

"Com a aprovação desses estudos os aproveitamentos hidrelétricos neles identificados passam a integrar a carteira de usinas disponíveis para elaboração dos estudos de viabilidade e projeto básico", informou a Aneel.

A região conta com uma hidrelétrica instalada, a Dardanelos, com 261 MW.

Governo vai destinar R\$ 2 bi para projetos de inovação sustentável. Sabine Righetti – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012

Crédito quer estimular o setor privado a desenvolver produtos que consumam menos energia. Verba do novo programa corresponde a um terço do orçamento previsto para a Finep neste ano

O governo federal vai destinar R\$ 2 bilhões para financiar projetos de inovação sustentável em empresas por meio de uma linha de fomento que será lançada hoje pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antonio Raupp, na Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que vai até o dia 22.

O programa, batizado de Brasil Sustentável, vai funcionar no âmbito da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). O valor destinado às inovações "verdes" equivale a um terço do orçamento previsto para a instituição neste ano (R\$ 6 bilhões).

A ideia da nova linha é estimular o desenvolvimento de produtos que, por exemplo, consumam menos energia ou que não agredam o ambiente.

Assim como nos demais programas da Finep, as empresas deverão submeter seus projetos aos editais conforme eles forem abertos. A Finep não informou ainda o calendário das primeiras chamadas de empresas.

Conforme a Folha apurou, o valor para o Brasil Sustentável será repassado às empresas por meio de créditos reembolsáveis e de subvenção econômica (financiamento não reembolsável).

A proposta de incentivar a inovação verde no setor privado não é nova e chegou a ser anunciada pelo ex-ministro Aloizio Mercadante (Ciência) em julho de 2011. Mas acabou não saindo do papel.

Questionado pela Folha se planeja estimular também a pesquisa sustentável nas universidades por meio de alguma linha específica de financiamento, o ministro Marco Antonio Raupp (Ciência) desconversou.

"Vamos esperar primeiro o lançamento do programa da Finep", disse Raupp.

Desmatamento da Amazônia cai e áreas preservadas crescem. Pedro Soares – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012

Indicadores do IBGE mostram avanço na área ambiental e social

O Brasil viu nos últimos anos o desmatamento da Amazônia cair, após bater no pico em 2004. O número de queimadas também teve redução no mesmo período. Paralelamente,

cresceram as áreas de preservação ambiental e a poluição do ar avançou de modo mais lento.

Os dados são da pesquisa Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2012, divulgada ontem pelo IBGE.

Após o pico de 2004 (27 mil km quadrados), o desmate da Amazônia caiu progressivamente até ficar em 6.000 km quadrados em 2011.

O número de unidades de conservação passou de 157 para 750 entre 1992 e 2011 - quando somaram 750 mil km quadrados, ao todo. Dos 62 indicadores analisados nas áreas ambiental, social e econômica, houve avanço em quase metade deles.

Dilma não poderia ter errado mais. José Eli da Veiga – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012

No derradeiro e ensolarado final de semana do outono, duas atividades confirmaram que a presidente cometeu seu maior erro em 18 meses de governo ao sancionar a iníqua lei 12.651, que revogou o que remanesca do Código Florestal de 1965.

Nem tanto o gigantesco comício de sábado, promovido na Cúpula dos Povos por amplo leque de movimentos sociais empenhados em alertar que "o jogo não acabou", pois o Congresso ainda deverá examinar os vetos e os remendos da medida provisória 571.

Muito mais impressionante foi ver o sóbrio e imponente plenário do Tribunal de Justiça do Rio lotado de profissionais do Poder Judiciário em esplendorosa manhã de domingo. Duzentos desembargadores, juízes, procuradores, promotores e advogados aderentes às entidades promotoras -OAB, AMB, Aasp, Abrampa, Abrap, Ajufe, Amaerj, Aprodab, Emerj e Ibape- expuseram diversos motivos para que seja considerada inconstitucional a lei 12.651, por mais que possa vir a ser alterada pela inepta MP 571.

Mais de 20 intervenções técnicas fortaleceram a avaliação de que foi triplamente desastroso o que resultou das contribuições dos oito ministérios que participaram da árdua maratona convocada pela presidente para decidir sobre o que seria vetado e para elaborar os remendos que seriam baixados por medida provisória.

Ignorando as sugestões do movimento socioambiental, a maratona do governo deu tripla vitória à máfia da especulação imobiliária rural, muito hábil em confundir a opinião pública ao hastear bandeiras ruralistas.

Preste muita atenção nas aspas: a MP contribui para que a sancionada lei perdoe violações de áreas de preservação permanente realizadas em "imóveis rurais" por atividades "agrossilvipastoris" iniciadas até "22 de julho de 2008".

Agora procure se perguntar: a) por que a categoria "imóvel rural" em vez de "estabelecimento agrícola"? b) por que o amálgama "agrossilvipastoril" em vez de clara distinção entre impactos de culturas permanentes, cultivos temporários e supostas pastagens? c) por que a separação entre o passivo ambiental e as novas normas esquece que dez anos transcorreram entre a promulgação da Lei de Crimes Ambientais e o decreto de Lula que tentou colocá-la em prática?

Você só pode ter acertado na mosca: é lei para premiar investimentos feitos na predatória ocupação dos cerrados do Centro-Oeste, da Bahia e do sul da pré-Amazônia.

Ruralistas encampam PEC por compensação da Lei Kandir. Tarso Veloso – Valor Econômico. 20/06/2012

Enquanto o Palácio do Planalto se concentra na aprovação das mudanças propostas pela presidente Dilma Rousseff ao Código Florestal, a bancada ruralista já iniciou articulações com deputados e senadores de diversos Estados em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 190/2012 que altera a Lei Kandir. A lei trata do ressarcimento do ICMS de mercadorias destinadas a exportação.

O objetivo é garantir que o governo repasse 40% dos impostos de importação para os Estados exportadores de produtos básicos. Desde a criação da lei, em 1996, o governo descumpe os repasses determinados. O montante definido na PEC, em 2011, teria sido de R\$ 10,7 bilhões, que seriam distribuídos aos 26 Estados e o DF.

Até 2003, a Lei Kandir garantia aos Estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção de ICMS. Porém, a partir de 2004, uma lei complementar alterou essa legislação. Embora mantendo o repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores passaram a negociar ano a ano com o Executivo quanto seria destinado e ficaram reféns do Orçamento Geral da União.

No ano passado, o governo pagou aos Estados apenas R\$ 3,9 bilhões dos R\$ 22,6 bilhões arrecadados com o ICMS de produtos primários exportados. Esse valor tem sido constante nos últimos anos, com uma leve alta em 2008. A previsão para 2012, de acordo com a secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso, é de R\$ 29 bilhões.

A PEC, protocolada no dia 13 de junho pelo deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), conta com amplo apoio no Congresso. Mesmo com 240 parlamentares, a bancada ruralista está pedindo apoio a congressistas de Estados e pontos de vista diferentes como, por exemplo, o Pará, que exporta grande quantidade de minerais. "Hoje existe um conflito que se repete todos os anos em torno do ressarcimento das perdas dos Estados exportadores em face da desoneração que a União fez sobre as commodities agrícolas para elevar o superávit comercial", disse Mabel. "O executivo vai criar caso nesse assunto, mas todos os Estados estão querendo [a aprovação da PEC]. É uma injustiça que o governo faz, ao arrecadar e não passar para os Estados. Já virou uma fonte segura de recursos para o governo", disse Mabel.

No ano passado, somente o Estado de São Paulo teria o direito de receber o equivalente à construção do Rodoanel, R\$ 4,8 bilhões, mas só recebeu R\$ 837 milhões. Minas Gerais recebeu, também em 2011, R\$ 601 milhões dos R\$ 3,5 bilhões a que tinha direito. O Mato Grosso, maior produtor de grãos do Brasil, recebeu no mesmo período, R\$ 325 milhões do R\$ 1,8 bilhão ao qual tinha direito. "Essa pequena parte não paga nem mesmo o ICMS que devolvemos ao produtor que compra máquinas em outro Estado", disse o secretário-adjunto de Receita Pública da Secretaria da Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT), Marcel Souza de Cursi.

Essa "falha", segundo Cursi, prejudica o próprio setor produtivo, pois o governo fica sem recursos para investir em melhorias para a produção. "No caso da PEC, o texto deixa claro que os recursos devem ser investidos em infraestrutura. Isso vai ajudar a asfaltar estradas e melhorar o escoamento do produto, reduzindo o preço e aumentando a competitividade da produção", disse Cursi.

Brasil corta pouco emissões de transporte. Daniel Rittner – Valor Econômico. 20/06/2012

Apesar das dezenas de bilhões de reais que serão investidos em logística e mobilidade urbana nos próximos anos, o Brasil conseguirá uma redução bastante modesta de suas emissões projetadas de gases estufa até 2020 no setor de transportes, segundo metas que deverão ser incorporadas à Política Nacional sobre Mudanças Climáticas. Os compromissos têm caráter voluntário, mas são uma referência nas negociações internacionais sobre o aquecimento global.

Até o fim da década, a previsão do governo é de que as cidades brasileiras terão mais 165 quilômetros de metrô e 325 de BRTs (sistemas de ônibus expressos). Enquanto isso, um total de 616 projetos para o transporte de cargas - uma lista que engloba empreendimentos como a Transnordestina e a hidrovia Teles Pires-Tapajós - deve diminuir a dependência da matriz rodoviária, aumentando a participação das ferrovias e da navegação pelos rios.

No entanto, o rápido aumento da frota de automóveis e o próprio crescimento das cargas transportadas limitará os ganhos ambientais, conforme o plano setorial de transporte e de mobilidade urbana para mitigação das mudanças climáticas. O documento, que ficará em consulta pública até agosto, estipula uma meta de reduzir em 2% as emissões de gases de efeito-estufa projetadas para 2020. A meta não é sobre as emissões verificadas atualmente, mas em relação ao crescimento projetado nos chamados "cenários tendenciais" - ou seja, se os investimentos citados não forem concretizados.

Por tratar-se de um país em desenvolvimento, o Brasil não negocia internacionalmente compromissos obrigatórios de redução das emissões, ao contrário das nações desenvolvidas. Mas tomou a dianteira, entre os emergentes, ao assumir metas voluntárias. Adotadas no fim de 2009, às vésperas da reunião sobre mudanças

climáticas de Copenhague, as metas brasileiras foram convertidas em lei e preveem redução de até 36,1% em 2020 - sempre tomando por base a curva projetada de crescimento das emissões de gases estufa.

Vários setores já tinham metas específicas definidas, como o de energia elétrica e o de mudanças no uso do solo (desmatamento), mas ainda faltavam áreas como transportes, um setor que representa cerca de 75% das emissões de gases estufa nas grandes cidades. O esforço para reduzir as emissões em transportes, no entanto, soa pouco ambicioso na comparação com as demais áreas.

Nas projeções do governo, as emissões geradas pelo transporte de cargas deverão aumentar de 68 milhões de toneladas de CO2 equivalente em 2010 para 100,5 milhões de toneladas de CO2 equivalente em 2020, mas os investimentos planejados limitarão essa alta a 98,2 milhões de toneladas. Com isso, define-se uma meta de redução da curva de crescimento das emissões de aproximadamente 2%.

As emissões causadas pela mobilidade nas cidades deverão sair de 89 milhões de toneladas de CO2 equivalente em 2010 para 150 milhões de toneladas de CO2 equivalente em 2020, mas caem para 147 milhões de toneladas com os investimentos prometidos no transporte coletivo. O corte é de 2% na comparação com o que os ministérios do Meio Ambiente, dos Transportes e das Cidades chamam de "cenário tendencial".

"Entende-se que essa redução de emissões deve ser considerada como cobenefício dos investimentos realizados em mobilidade urbana, uma vez que os projetos de transporte público coletivo têm como principal objetivo a promoção da mobilidade para toda a população, por meio de um serviço público essencial, conforme estabelecido na Constituição Federal", afirma o plano setorial de transportes e mobilidade urbana.

No documento, o governo prevê o aumento de 5% da frota de automóveis por ano e de 1,7% do número de ônibus urbanos, além de participação constante de 50% do uso de etanol pelos veículos "flex fuel". Há ressalvas no texto submetido à consulta pública sobre o alcance de medidas que só podem ser tomadas por governos municipais, como restrições à circulação de carros em dias ou horários específicos, no sistema de rodízio. Isso pode até ter efeito sobre as emissões totais, deslocando a demanda para o transporte público, mas não pode ser incluído nos cálculos por não ser de prerrogativa da União.

No caso do transporte de cargas, investimentos em expansão das ferrovias e das hidrovias deverão reduzir a participação das rodovias na matriz brasileira, que passará de 58% para 45%, entre 2010 e 2020. No entanto, segundo as estimativas oficiais, a explosão da demanda impedirá que a nova infraestrutura possibilite uma diminuição mais forte dos gases que causam o aquecimento global. Só o transporte de petróleo e derivados aumentará 253% no período, conforme as projeções contidas no documento.

Agropecuária propõe área de preservação para o mundo. Denise Luna – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012

Manutenção das margens de todos os rios deve ser garantida por lei como acontece no Brasil, segundo CNA

A senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu, lançou ontem uma proposta para a criação de um conceito global de APPs (Áreas de Preservação Permanente).

As APPs são adotadas na legislação florestal do Brasil para proteger as margens dos rios, áreas de nascentes e recarga (por onde a água penetra no solo). A definição da largura dessas áreas têm sido um objeto de polêmica do novo Código Florestal, em discussão no Congresso.

Segundo a senadora, a adoção de APPs por outros países reduziria a desvantagem da agricultura do Brasil.

"Daria garantia de condições competitivas iguais para os produtores brasileiros no mercado externo", explicou a senadora do DEM-TO.

Para disseminar a ideia, a CNA se aliou à Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e à ANA (Agência Nacional da Água), e procura mais parceiros.

Em setembro do ano que vem será realizado um fórum internacional no Brasil que discutirá a importância da água, com foco nas APPs.

"Se esse conceito existe no Brasil e nós acreditamos nele, ele tem que ser bom para todos os rios no mundo", disse, sem ironias, a senadora.

"Com o debate do Código Florestal poderia parecer um contrassenso. Mas ninguém duvida da importância da margem ciliar [vegetação nas margens dos rios]", afirmou.

No Fórum Mundial da Água, que aconteceu em março em Marselha, na França, a senadora já havia defendido a ideia de APPs mundiais.

Poluição nas metrópoles cai até 2030, prevê acordo. Italo Nogueira e Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012

Acerto mundial entre prefeitos fala em evitar 45% das emissões de gases. São Paulo não vai cumprir a meta de redução para 2012; RJ já cumpriu, mas terá de cortar mais 8% até 2016

A rede C-40, que reúne 59 grandes cidades do mundo, anunciou a intenção de evitar 45% das emissões de gases de efeito estufa previstas para 2030. O acordo só fala em "potencial de redução".

A cifra será atingida se as ações sustentáveis em curso ou projetadas forem implementadas.

As cidades do C-40 emitiram 1,7 bilhão de toneladas de gases poluentes em 2010. Em 2020, a previsão seria de que a conta subisse para 2,3 bilhões de toneladas. As medidas planejadas reduzirão essa previsão em 248 milhões de toneladas.

Segundo o comunicado divulgado pelo grupo ontem, 32 cidades da rede têm definidas metas próprias para redução de emissão.

Mesmo sem uma meta internacional, São Paulo e Rio têm um grande desafio nos próximos anos, se quiserem cumprir suas leis de mudanças climáticas.

São Paulo tem uma lei que prevê a redução das emissões em 30% até o fim do ano, tomando como base 2005. Segundo a prefeitura, a redução, hoje, está em 12%.

No caso do Rio, a meta de cortar 8% até 2012 foi atingida. Cortar mais 8% até 2016 vai requerer mais esforços.

**'Crise prova que atual modelo econômico é inviável'. Entrevista com Tim Jackson.
Marco Aurélio Canônico – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012**

Pesquisador propõe que ricos cresçam menos para poupar recursos naturais e melhorar a qualidade de vida

Num mundo em crise econômica, no qual se busca obsessivamente a retomada do crescimento e sua aceleração, o economista Tim Jackson defende o exato oposto: a redução drástica do consumo e o fim do que chama de "fetiche da produtividade".

Seu raciocínio: vivemos num modelo econômico cuja estabilidade depende do consumo contínuo e crescente, mas num planeta que não comporta mais crescimento, ao menos não como se fez até hoje. "O consumo é insustentável para o planeta e causa instabilidade econômica", afirma Jackson, em entrevista à Folha, após participar de evento paralelo à Rio+20.

Folha - Como tem sido a recepção à sua proposta de "prosperidade sem crescimento" nesses tempos de crise?

Tim Jackson - É uma questão difícil para os governos, pois a estabilidade do sistema econômico atual depende de crescimento, de consumo contínuo. Mas o que a crise

mostrou é que não é possível ter estabilidade desse modo. Estimular o crescimento indefinidamente gera mercados instáveis e situações muito ruins, como as da Grécia, da Espanha e de Portugal e a do meu próprio país, que adotou medidas de austeridade, punindo os mais pobres pela crise criada pelos ricos.

Mas o sr. não defende essa política para os países em desenvolvimento.

Não estou em posição de dizer que indianos, chineses e brasileiros não devem aspirar ao estilo de vida dos californianos. Minha mensagem é para as economias ricas que continuam a persuadir seus cidadãos a consumir. Os países desenvolvidos precisam reconfigurar o sistema econômico, porque o crescimento material do consumo precisa ser direcionado aos países mais pobres, onde são necessárias habitação, nutrição, educação, saúde.

Como o sr. vê a retração do consumo em época de crise?

Isso mostra como esse comportamento [consumista] não é inerente às pessoas, mas algo criado pelo sistema. Nas crises, as pessoas compram menos, pensam a longo prazo. Se você olhar as estatísticas verá que o nível das poupanças veio desabando nos 15 anos anteriores à crise e, a partir dela, voltou a subir. Essa é uma grande mudança no comportamento e leva ao que Keynes chamou de paradoxo da poupança: as pessoas tendem a poupar em tempos de recessão, o que retarda a recuperação da economia. Isso sugere que o sistema, que pensávamos ter sido construído com base no comportamento humano, no que seria a vontade natural de consumir, não está alinhado com a natureza humana.

Pessoas que consomem menos são mais felizes?

A economia atual é baseada na ideia de que consumir mais nos torna mais felizes. Mas há pessoas que rejeitaram essa lógica e são mais felizes. Por quê? Porque vivem de forma mais consistente com seus ideais. Prosperidade nunca foi simplesmente material, mas social e psicológica. Esse estilo de vida, porém, causa um conflito interno nas pessoas, porque elas são punidas. Se você deixa de usar carro, se torna um cidadão de segunda classe, porque a infraestrutura não é criada para quem quer viver de modo sustentável. Sem mudanças estruturais, não podemos esperar que as pessoas mudem rumo ao comportamento sustentável.

Qual seria sua visão para a sociedade pós-consumo?

Faz sentido que a economia pós-crescimento seja concentrada mais em serviços do que em bens. Queremos que as empresas nos deem serviços que permitam uma boa vida, nutrição, saúde, infraestrutura, educação e lazer. Essas atividades têm impacto ambiental menor do que a produção de bens e empregam mais. Devemos questionar o fetiche da produtividade: ele não faz sentido se significa dar turmas maiores para professores ou colocar médicos para atender a mais pacientes por hora. Isso é falácia.

Desenvolvimento empresarial. Carlos Lessa – Valor Econômico. 21/06/2012

Desenvolvimento sustentável é um dos temas a respeito dos quais coleciono perplexidades. Segundo sua definição oficiosa (Relatório Brundtland, 1987), "desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades". A definição é magnífica, pois sublinha o antropocêntrico. Pela boa leitura, é um desdobramento do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, que aprovou, com a descolonização, a Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana e sugere que, com a paz mundial, os Cavaleiros do Apocalipse recolheriam seus cavalos ao estábulo. Porém, por uma linha maliciosa, introduz o geocentrismo.

Aprendi um velho provérbio turco: "Se quereis vender um tordo, pinte-o de rouxinol". A quadratura do círculo ressurgiu. Lancemos mão dos dicionaristas brasileiros. Aurélio define sustentável como "1. que se pode sustentar. 2. capaz de se manter mais ou menos constante ou estável por longo período". Houaiss complementa: "1. algo que se mantém; 2. o que pode ser sustentado; passível de sustentação". As perplexidades nascem da combinação dessas qualificações com desenvolvimento.

Desenvolvimento, para os economistas, é avanço quantitativo e qualitativo das forças produtivas. Para outras ciências sociais, é o mesmo avanço das instituições jurídicas, políticas, sociais, culturais etc. Desenvolvimento econômico, como síntese do desejo das populações periféricas atingirem padrões próximos aos dos países centrais, ganhou força após a Segunda Guerra Mundial. A qualificação era "nacional". O desejo periférico não se circunscrevia aos bens materiais, mas aspirava a outras dimensões do processo civilizatório - e a ONU garantia que, com a paz mundial, seria alcançável. Suas agências FAO, Unesco, Unicef, OIT, OMS e o Pnud se desdobraram nas preliminares para o mundo da paz. Com o término da Guerra Fria, reapareceram, aquecidas, velhas e novas linhas de atrito; a maior potência mundial não reduziu gastos militares.

No Rio, a erva de passarinho destrói a arborização das ruas e botânicos xenófobos eliminam jaqueiras

No plano midiático, o adjetivo nacional foi sendo atrofiado e substituído pelo tema da vulnerabilidade ecológica. Após o compromisso de um mundo de paz e de exequibilidade do programa de civilização desenvolvido pela ONU, foram feitas variadas tentativas de reedição do alarme malthusiano contra o crescimento demográfico e a ampliação do consumo. Sem qualquer sutileza, o Clube de Roma falou da ameaça ao planeta. McNamara, em "A essência da segurança", culpa a pobreza pela potencialidade do conflito nuclear. Prosperam as teses de controle demográfico e técnicas de planejamento de recursos humanos. A componente geocêntrica embutida no painel de desenvolvimento sustentável suaviza o descompromisso com o nacional, e alguém poderia pensar que abre caminho para sustentabilidade, mas o desenvolvimento como processo de transformações, se for contínuo, dificilmente é estável, a não ser que a estabilidade passe a ser o objetivo central de um peculiar projeto de desenvolvimento.

Um mérito pode ser atribuído à ideia do sustentável: difundiu a tese de poupar energia e restringir consumo. Sinais podem ser percebidos pelo planeta e é imensa a boa vontade em relação ao que se qualifica ou atribui como uma ação pró-sustentabilidade. Nada tenho contra, a não ser sublinhar sua componente ingênua. Por outro lado, soube, pela "Revista Globo" (n. 410) que a empresa Acesa desenvolveu o projeto-piloto de biogás para a Estação da Alegria; seus sócios exaltam uma empresa que "atinge o tripé econômico/ambiental/social. A jovem Clara Klabin fundou uma empresa de reflorestamento e declarou "é um negócio como outro qualquer, mas é um bom negócio que te faz bem".

Segundo "O Globo" (18.06), a Prefeitura do Rio defenderá a redução de 12% dos gases-estufa nos próximos quatro anos para 58 metrópoles do mundo. Qual é a posição do "desenvolvimento sustentável" em relação à frota de veículos automotores crescendo 9,5% ao ano há mais de uma década no Brasil? Reduzir a frota? Qual é a posição em defesa do jumento e do cavalo como animais de trabalho e de transporte sendo substituídos por motocicletas (do capim para o derivado do petróleo)?

O Brasil irá abrir mão de exportações crescentes de carne bovina e de soja para preservar os ecossistemas? O boi verde come a bioenergia que antes era absorvida pela floresta. O projeto de desenvolvimento sustentável brasileiro é converter o Brasil em "celeiro" ou "pulmão" do mundo? O Pnuma estimou que, nas últimas duas décadas, o Brasil perdeu 25% de suas riquezas naturais. Continuaremos com brasileiros famintos em metrópoles cada vez mais entupidas de veículos? Desviaremos energia hidrelétrica da Amazônia para as cidades nordestinas ou ali instalaremos termelétricas consumidoras de combustíveis fósseis? Reservaremos os depósitos do pré-sal para gerações futuras de brasileiros ou ajudaremos a sustentar com exportações de petróleo brasileiro o padrão tecnológico e existencial do primeiro mundo?

Amo meu país e adoro o Rio, onde a erva de passarinho está destruindo a arborização das ruas e botânicos xenófobos eliminam jaqueiras na Mata da Tijuca. É bonito o trabalho da Eko Florestal, plantando 2,3 mil m² com mudas de restingas em locais próximos aos centros comerciais da Barra da Tijuca, porém o marketing dos centros comerciais pode amplificar o deslocamento motorizado para visita ao replantio.

Qualquer que seja o malabarismo semântico não creio que a geopolítica mundial opere uma opção pelas tecnologias que minimizam o desperdício. É sabido que a empresa sempre opta pela tecnologia do desperdício, pois quanto menos durável for um objeto, maior é o mercado à disposição da empresa. Só há um contraponto possível: colocar limites fortes ao livre jogo das empresas. Por exemplo, tecnicamente é fácil aumentar a durabilidade de objetos e coisas. Se a ideia fosse reduzir a ação entrópica sobre os recursos existentes e melhor aproveitar a energia que recebemos do sol, teríamos que modificar substantivamente o jogo econômico. Como não acredito em governo mundial, somente o Estado nacional é capaz de colocar em prática, em seu território, uma orientação global da atividade produtiva em direção à sustentabilidade. Desenvolvimento nacional sustentável seria a expressão adequada. O monstro seria o desenvolvimento imperial sustentável mediante a redução sistêmica do padrão de vida dos periféricos. Não creio que a Rio+20 identifique o que se propõe ser sustentado,

tampouco duvido que amplie a definição de quem será beneficiário e de quem garantirá a manutenção das regras acordadas.

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do BNDES. carlos-lessa@oi.com.br

Plataforma estimula boas práticas. Carmen Nery – Valor Econômico. 21/06/2012

Representante da Plataforma de Líderes para o Capital Natural (CPSL) e diretora de Desenvolvimento do Programa Universidade de Cambridge para a Liderança em Sustentabilidade, Margaret Adey esteve no Brasil para uma apresentação no painel Biodiversidade no Contexto da Sustentabilidade, durante o Humanidade 2012. Margareth tem interagido com líderes globais de empresas como Nestlé, Bayer e Unilever, além de governos, para disseminar a cultura de valorização do que denomina de capital natural, que representa o conjunto de recursos naturais necessários à atividade econômica.

Ela observa que as empresas já enfrentam desafios de escassez de recursos e alta de preços. E, embora considere que há avanços em termos de desenvolvimento sustentável, ressalta que o capital natural ainda não é corretamente avaliado. "Uma floresta em pé não vale nada em termos de contabilidade nacional, não é considerado um ativo, da mesma forma que uma floresta perdida não está sendo contabilizada como um passivo no balanço do capital natural."

Margaret afirma que não há respostas prontas para questões cruciais que põem em risco o sucesso das organizações. Entre esses desafios, ela menciona a gestão dos preços das commodities cada vez mais voláteis.

A representante da organização explica que a plataforma CPSL está ajudando as empresas a implementar práticas e tomar decisões para o desenvolvimento sustentável. A Plataforma de Líderes para o Capital Natural de Cambridge reúne um grupo multissetorial de grandes empresas com alcance global que buscam enfrentar os principais desafios de seus negócios. "Por exemplo, eles estão desenvolvendo uma metodologia comum para a identificação, valorização e priorização dos impactos financeiros não computados de atividades empresariais."

Ela fala de um estudo de caso em curso que compara práticas de cultivo de milho e soja no Mato Grosso. "Estudos de caso irão fornecer evidências sobre o tipo de apoio político que as empresas precisam para integrar o valor do capital natural em sua tomada de decisão", diz. Outra colaboração intersetorial prática empreendida pelas empresas da plataforma de líderes é ver como otimizar o uso da terra, articulando a política pública e contratos de direito privado - o que é particularmente relevante para aqueles que dependem da terra para uso primário da agricultura e da silvicultura.

Na opinião da diretora do programa de sustentabilidade de Cambridge, as empresas estão cada vez mais reconhecendo os seus impactos e a sua dependência sobre os recursos naturais da Terra - o seu "capital natural". "Mas esses são passos de escala incremental relativamente pequena. O que é realmente necessário é um redesenho do sistema de forma que o capital natural seja plenamente valorizado, os incentivos perversos sejam removidos, e a falta de prestação de contas à sociedade em relação aos nossos recursos naturais seja abortada", afirma.

Certificação participativa reduz custo de orgânicos. Anita Martins – Folha de São Paulo, Mercado. 22/06/2012

Modelo é 'exportado' para Chile e Uruguai

Uma iniciativa brasileira que já está sendo implantada no Chile e no Uruguai pode ajudar na redução dos preços dos alimentos orgânicos, que, apesar dos benefícios para a saúde humana, ainda são mais caros que os alimentos cultivados com agrotóxicos.

É a certificação participativa, uma nova forma de comprovar que não foram usados produtos químicos nas plantações.

Em vez de R\$ 2.000 anuais para certificar os orgânicos por auditoria privada, quem adotou essa prática está gastando cerca de R\$ 50.

Desde o ano passado, quando passou a ser permitida por lei, a certificação participativa já foi adotada por 1.336 agricultores orgânicos certificados (11% do total de 11.524 no país).

Nesse método, em vez do auditor, um grupo de produtores, técnicos e consumidores autorizado pelo Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) realiza a verificação. Até agora, quatro entidades foram cadastradas -Rede Ecovida, Abio (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro), ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região) e ABD (Associação Biodinâmica).

Cidades saudáveis. Josué Gomes da Silva – Folha de São Paulo, Opinião. 24/06/2012

Em meio a algum desapontamento que marcou a Rio+20 e à incerteza quanto à capacidade das nações de aportarem recursos na sustentabilidade enquanto durar a crise econômica, destacou-se algo muito positivo: o compromisso do C40 (Climate Leadership Group), constituído pelos prefeitos das maiores cidades do mundo, de reduzir as emissões de carbono em 1 bilhão de toneladas até 2030.

Isso é importante, pois parcela decisiva do jogo da sustentabilidade acontecerá nas áreas urbanas, que abrigarão no Brasil, segundo estudo da ONU, 93,6% da população. Serão quase 240 milhões de brasileiros morando nas cidades.

A expansão demográfica segue, a despeito da redução do crescimento vegetativo em vários países. Quando se realizou a Rio 92, há 20 anos, a Terra tinha 5,3 bilhões de habitantes; em outubro de 2011, 7 bilhões; em 2050, estima-se que seremos 9 bilhões.

Para viabilizar a meta do C40, o prioritário, entre vários aspectos, é melhorar a infraestrutura de transportes públicos. À medida que mais pessoas deixarem o carro em casa, utilizando trens, metrô, ônibus e outros transportes de massa, serão menos motores poluindo o ambiente. Também é essencial que esses veículos coletivos utilizem combustíveis mais limpos e de fonte renovável, como energia elétrica, biodiesel e etanol.

Nesses aspectos, o Brasil tem situação privilegiada, pois a hidroeletricidade predomina em sua matriz energética e nosso país dispõe da maior área agricultável para a produção de bioenergia. Ou seja, podemos processar muito biocombustível sem afetar a segurança alimentar. Somos uma das poucas nações com capacidade de utilizar a terra para produzir, simultaneamente, comida e energia renovável em abundância.

Além disso, temos a oportunidade e o compromisso de realizar investimentos em transportes públicos para a realização da Copa do Mundo, em 2014, e da Olimpíada, em 2016.

É fundamental que o dinheiro a ser aplicado nas obras preparatórias para os maiores eventos esportivos mundiais nos deixe um legado substantivo em termos de infraestrutura: redes amplas e pouco poluentes de ônibus movidos preferencialmente a biodiesel ou a eletricidade, veículos rápidos sobre trilhos, corredores para o transporte público eficientes, ciclovias seguras e, onde for possível, mais linhas de metrô.

Porém é preocupante, também sob o ponto de vista da sustentabilidade, observar o atraso das obras de infraestrutura de transporte urbano relativas à Copa. Vamos recuperar o tempo perdido. Com certeza, se fizermos direito a lição de casa, daremos imensa contribuição à qualidade da vida urbana e à aceleração do crescimento do Brasil!

Nem lá, nem cá – Folha de São Paulo, Editoriais. 25/06/2012

Relatório do IBGE sobre desenvolvimento sustentável reitera avanços, mas também expõe as fragilidades socioambientais do país

O relatório "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável" (IDS 2012), divulgado pelo IBGE na semana da Rio+20, oferece um ambíguo panorama ambiental do Brasil em conexão com aspectos sociais, econômicos e institucionais.

Como se poderia prever, os 62 indicadores reunidos pelo instituto refletem uma imagem equívoca: avanços e fragilidades em áreas relevantes permitem interpretações contraditórias, a depender do ponto de vista do observador.

Pode-se, por exemplo, comemorar a queda de cerca de 77% no desflorestamento bruto anual da Amazônia Legal, depois de um ciclo de aumento praticamente contínuo, de 1997 a 2004.

A tendência, desde então, inverteu-se. Estimativas referentes ao ano passado indicam que a área desflorestada equivale a menos de um quarto da que foi registrada ao fim daquele período.

O Brasil, segundo o relatório, mantém intacta 80% da área originalmente recoberta pela floresta amazônica. Um quadro semelhante ao que se verifica no Pantanal, bioma mais preservado, com 85% de sua cobertura primitiva.

Não é demais lembrar, contudo, que 20% de destruição de floresta amazônica equivale a 800 mil km² -mais de duas vezes o território da Alemanha. Para uma devastação que se concentrou no período após 1970, é um dado portentoso.

A justificada importância que se confere à Amazônia acaba com frequência por obscurecer outras realidades. Por exemplo, a brutal eliminação de cerca de 90% da mata atlântica -com danos irreversíveis à sua alta biodiversidade.

O quadro também é de degradação em biomas importantes, mas nem sempre valorizados, como o cerrado (49% de destruição), a caatinga (54%) e o pampa (54%). Mata atlântica e cerrado, pela alta concentração de espécies e pelo elevado grau de ameaça, são dados como biomas de grande interesse para conservação ("hot spots").

Em outra frente, a do acesso da população às redes de esgoto e serviços de coleta de lixo, há decerto melhorias, mas a situação permanece muito aquém do desejável. A precariedade do saneamento básico continua a ser um dos maiores problemas brasileiros, com reflexos negativos na saúde da população, em especial de baixa renda, e na oferta de recursos hídricos para uso em áreas metropolitanas.

As deficiências no tratamento de esgotos coletados (pouco menos de 70% são tratados, segundo dados disponíveis) contribuem para a situação tenebrosa de rios em áreas urbanas, como o Tietê, em São Paulo, e o Iguaçu, em Curitiba.

Se é verdade que o Brasil não figura entre os maiores destruidores da natureza, são evidentes as agressões já consumadas e as fragilidades por sanar -situação que exige do governo mais realismo e menos ufanismo ambiental.

'Inação está levando o planeta ao limite'. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 25/06/2012

Cientista sueco diz que humanidade já ultrapassou vários limiares importantes para o bom funcionamento da Terra. Para pesquisador, falta ouvir a ciência durante conferências da ONU; cúpula do Rio 'não refletiu essa urgência'

O hidrólogo sueco Johan Rockström chegou ao Rio de Janeiro na semana retrasada com uma certeza: a Terra está no limiar de um futuro no qual o risco de colapso ambiental é inédito. E saiu na semana passada com outra: os governos não escutam.

Diretor do Centro de Resiliência de Estocolmo, Rockström tornou-se uma espécie de celebridade na academia ao propor, em 2009, o conceito de "espaço de operação seguro" para a humanidade.

O grupo de 28 cientistas liderado por ele mostrou, num estudo seminal no periódico "Nature", que a civilização já ultrapassou três de nove barreiras planetárias cujo rompimento pode levar a pontos de virada no sistema terrestre - e a possíveis catástrofes. A pedido do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, Rockström coordenou um grupo de Prêmios Nobel que produziu uma carta com recomendações sobre sustentabilidade global para dar subsídios às decisões da Rio+20, conferência ambiental que terminou nesta sexta no Rio.

BARRADOS NO BAILE

Dois dos conceitos-chave da carta, porém, ficaram de fora da declaração final da conferência, "O Futuro que Queremos": o empoderamento das mulheres e o próprio reconhecimento de que limites planetários existem.

O que, para o pesquisador sueco, é uma má notícia, já que o avanço da ciência anda mostrando que a transgressão desses limites é ainda mais séria do que seu grupo imaginava em 2009.

Na pesquisa original, os três limites já transpostos eram os de biodiversidade, mudança climática e ciclo do nitrogênio (ligado ao uso excessivo de fertilizantes, entre outras mazelas ambientais).

"O que aconteceu desde então é que nós aprendemos mais sobre o limite do fósforo e descobrimos que já o transgredimos", declarou Rockström à Folha no Riocentro, um dos "palcos" da Rio+20. "Não é uma mensagem que muita gente goste de ouvir, mas estamos chegando ao teto do que o planeta é capaz de suportar sem gerar nenhuma surpresa."

O hidrólogo compara o sistema planetário a uma "mãe muito compreensiva" que aceitou ser usada como "lata de lixo" sem grandes problemas até recentemente.

"Hoje nós vemos que essa era chegou ao fim. E nós não sabíamos disso em 2005, não sabíamos disso em 2002, certamente não sabíamos disso em 1992. É uma situação tão nova que nós perdemos qualquer liberdade", afirma.

CADÊ A CIÊNCIA?

Rockström também critica o que vê como marginalização da ciência no debate político das conferências ambientais da ONU.

"A ciência precisa entrar nas negociações, hoje ela está fora", diz. Um exemplo seria o resultado da conferência do clima de Durban (África do Sul), que deixou para 2020 a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, como o CO₂.

"Do ponto de vista científico, é uma irresponsabilidade total. Se você adiar a ação para 2020, o ritmo da redução terá de ser de 7% a 8% por ano. Mas fazer 200 países reduzirem emissões de 7% a 8% por ano não é viável, não consigo enxergar a revolução tecnológica que permitiria que isso acontecesse."

Por tudo isso, ele afirma que a Rio+20 "não nos leva muito longe" para resolver o problema. "O texto não reflete a urgência que enfrentamos. É uma enorme encruzilhada para a humanidade. Se não acertarmos agora, será tarde demais: a Rio+30 não vai resolver. Então há razão para preocupação."

Ele também fez críticas à imprensa por dar espaço aos poucos cientistas que minimizam a gravidade da situação. "Os jornalistas simplesmente não conseguem distinguir o que 99% dos cientistas dizem do que diz um punhado de homens provocadores, excêntricos e idosos."

Congresso volta a debater Código Florestal - Site da CNA. 26/06/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu nesta terça-feira (26/6) o resgate, no novo Código Florestal, do dispositivo que prevê a faixa de recomposição de 15 metros de Área de Preservação Permanente (APP) na beira dos rios com até 10 metros de largura para as médias propriedades. A manifestação ocorreu durante a primeira audiência pública da Comissão Especial Mista que analisa a Medida Provisória 571, que traz complementos ao texto da nova lei ambiental sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff. O debate teve a participação dos ministros Mendes Ribeiro (Agricultura), Izabella Teixeira (Meio Ambiente), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário), Luís Adams (Advocacia Geral da União), Aguinaldo Ribeiro (Cidades), além dos presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pedro Arraes, e da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu.

Ao defender este ponto, a senadora justificou que a metragem de 15 metros, independente do tamanho da propriedade, foi consenso durante as discussões sobre a matéria, tanto na Câmara quanto no Senado. No entanto, a presidente Dilma Rousseff vetou este e vários outros dispositivos e encaminhou ao Congresso Nacional a MP 571, que prevê, entre outros pontos, a vinculação das metragens de recomposição de matas ciliares à extensão do imóvel e à largura dos rios, definindo metragens de 5 a 15 metros

nos imóveis com até quatro módulos. Nas propriedades acima de quatro módulos, a recomposição mínima é de 30 metros. “A presidente Dilma Rousseff agiu democraticamente ao sancionar o novo Código Florestal. Mas a questão dos 15 metros foi aprovada de forma unânime nas duas Casas. Por isso peço o resgate deste ponto, porque grande parte dos rios que passam por essas propriedades tem 10 metros de largura”, afirmou a presidente da CNA.

Na avaliação da senadora, há poucos pontos a serem debatidos, mas sugeriu mudanças em outros dispositivos. Um deles trata do conceito de veredas, áreas onde predomina o uso das culturas irrigadas. Segundo a senadora, os critérios para classificação de veredas, definidos no novo Código Florestal, inviabilizam a agricultura irrigada. Apesar de o Brasil utilizar apenas cinco milhões de hectares em irrigação, a área com potencial irrigável é de 29 milhões de hectares, que ficarão inviáveis caso a legislação mantenha a restrição da produção nas veredas. “São áreas com as quais estamos contando para aumentar a produção sem precisar desmatar uma árvore”, justificou.

Outra alteração necessária, na avaliação da senadora, é a reformulação do dispositivo que proíbe a prática de piscicultura em propriedades com mais de 15 módulos. “Isso inviabiliza a atividade, porque um grande proprietário não pode utilizar um hectare para a piscicultura na sua grande propriedade. É inadmissível para um País que possui 12% da água do mundo, enquanto a China fornece 80% da sua produção de peixes para o mundo inteiro”, argumentou.

Para o ministro Mendes Ribeiro, um dos pontos centrais do novo Código Florestal é o restabelecimento da segurança jurídica. “A partir de agora, o Ministério Público terá uma lei a seguir e não poderá inventar regras”, ponderou. Segundo o advogado-geral da União, Luís Adams, o texto cumpre o princípio da razoabilidade, previsto na Constituição Federal, e acaba com as incertezas jurídicas em relação às questões ambientais. Neste ponto, a senadora Kátia Abreu ressaltou que o texto deve garantir segurança jurídica para evitar “enxurradas de ações na justiça”.

Código Florestal traz segurança jurídica e beneficia produtor rural, afirma Mendes - Site do MAPA. 26/06/2012

O novo texto do Código Florestal sancionado pela presidenta Dilma Rousseff e a Medida Provisória ([MP 571/2012](#)) que introduz modificações nessa lei representam um avanço com segurança jurídica. A análise foi defendida pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho. Ele participou na manhã desta terça-feira, 26 de junho, de audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional que analisa a MP do novo Código Florestal ([Lei 12.651/2012](#)).

“É o código do equilíbrio e do bom senso que a sociedade esperava”, afirmou Mendes Ribeiro. Em sua opinião, a nova lei acaba com a insegurança jurídica enfrentada pelos produtores rurais, que causava impactos negativos na produção e no meio ambiente, e impõe limites à ação do Ministério Público. A edição da MP, numa tentativa de

aperfeiçoar o novo código, busca assegurar a combinação de produção agrícola e preservação ambiental.

Mendes Ribeiro disse que as discussões sobre as mudanças no Código Florestal foram técnicas, acompanhando o desenrolar político do processo. De acordo com o ministro, o debate foi um dos mais ricos já promovidos pelo Congresso Nacional e permite uma legislação atualizada perante a de 1965. Em sua fala o ministro afirmou que “com muita honra, é um dos signatários da MP”. Ele comentou ainda que o governo agiu como deveria na elaboração da MP.

Dentre os convidados para a audiência estavam os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; e das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. Compareceram também na reunião o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, além dos representantes da Embrapa e da Agência Nacional de Águas.

No total, foram apresentadas 696 emendas à Medida Provisória. O relatório deve ser apresentado no dia 4 de julho e a previsão é que o texto seja votado na comissão até o dia 10 de julho. A audiência, responsável por emitir parecer sobre a MP antes do exame da matéria pelos plenários da Câmara e do Senado, foi convocada pela ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Um Código Florestal mais restritivo. Emanuel Alencar – O Globo. 26/06/2012

Secretaria estadual do Ambiente negocia legislação mais rigorosa que a federal

Setores da agropecuária e da área ambiental do Rio discutem a formulação de um Código Florestal estadual, com parâmetros ambientais mais rigorosos do que o texto aprovado no mês passado pela presidente Dilma Rousseff. A ideia, explica o secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, é que o projeto seja costurado nos próximos meses e encaminhado à Assembleia Legislativa ainda este ano. Uma das questões que o governo considera mais nocivas da lei aprovada em 25 de maio é a flexibilização da preservação de topos de morros.

Segundo estimativa do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o Rio perdeu de 70% a 90% das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) em cima de elevações, pondo em xeque a proteção de nascentes.

- No caso do Rio, a vulnerabilidade dos topos de morros é preocupante. Basta lembrar dos episódios de deslizamentos e mortes na Região Serrana. A legislação federal tem zonas cinzentas, pegadinhas de difícil compreensão. Por isso, são muito bem-vindas soluções mais restritivas dos estados - comentou o diretor executivo do Greenpeace Brasil, Marcelo Furtado.

Outra questão polêmica do novo código é a flexibilização das Reservas Legais (áreas que produtores rurais devem manter preservadas).

- Durante a Rio+20, a Marina Silva lembrou que o Rio é um dos únicos estados que pode elaborar um Código Florestal dos ambientalistas, dos agricultores e dos pecuaristas - afirmou Carlos Minc.

O secretário estadual de Agricultura e Pecuária do Rio, Alberto Mofati, ressaltou a necessidade da criação de instrumentos para incentivar o produtor fluminense a manter a floresta em pé:

- No Rio, agricultura e ambiente têm uma série de trabalhos em comum. Somos a favor da conservação que atenda à produção. O estado não precisa derrubar uma árvore sequer para aumentar a produção agrícola.

**Belo Monte: consórcio fará proposta na quinta. Danilo Fariello – O Globo.
26/06/2012**

Índios ocupam canteiro de obras e reclamam do não cumprimento de exigências ambientais

O grupo Norte Energia, responsável pela usina hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, no Pará, levará na quinta-feira uma resposta à pauta de reivindicações do grupo de índios que tomou conta de parte dos canteiros de obras. A ocupação ocorreu na última sexta-feira, mas as demandas somente chegaram ao consórcio no domingo. Os construtores tentaram na Justiça conseguir a desocupação, mas não tiveram sucesso em obter uma liminar durante o fim de semana.

Juíza vê risco em desocupação forçada

Mais de cem índios das etnias Arara, Xikrin e Juruna invadiram o Sítio Pimental, um dos cinco onde estavam trabalhando cerca de 1.600 funcionários do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM). Este tem, atualmente, cerca de 10 mil trabalhadores na região. Desde a noite de quinta-feira não se trabalha no sítio. Os índios reclamam do não cumprimento das condicionantes ambientais da obra. O CCBM entrou na Justiça com um pedido de reintegração de posse, mas foi negado pela Justiça do Pará, por medo de implicações mais violentas. Em sua decisão, a juíza federal substituta Priscilla Pinto de Azevedo destacou, ao indeferir o pedido, que haveria "explosivos armazenados em um paiol no Sítio Pimental, localizado a curta distância do local ocupado pelos indígenas". Por isso, argumentou a juíza, determinar a desocupação forçada "pode representar risco de morte para os índios e para os profissionais que participariam do cumprimento da decisão".

A juíza convocou a Fundação Nacional do Índio (Funai) para intermediar um acordo. Ela determinou que a agência se manifeste até hoje, apresentando uma "tentativa de uma desocupação pacífica".

Belo Monte realocará 5,2 mil famílias – Valor Econômico. 26/06/2012

O consórcio Norte Energia, responsável pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), está prestes a fazer seu maior desembolso financeiro para cumprir uma das principais condicionantes socioambientais da usina: o reassentamento das milhares de famílias afetadas pela obra.

Até o mês que vem, será feita a licitação de um pacote de obras para contratação das empreiteiras que vão construir mais de 5,2 mil moradias em Altamira, o município mais afetado pela usina. As casas serão erguidas em três áreas, que somam entre 220 e 250 hectares.

A previsão é que, apenas nas obras civis, sejam investidos aproximadamente R\$ 500 milhões. A conta, no entanto, deverá ultrapassar R\$ 1 bilhão, porque ainda incluirá o custo de aquisição dos terrenos e a infraestrutura de saneamento básico. O consórcio está perto de concluir o recadastramento das famílias que terão de ser reassentadas.

Consórcio de Belo Monte vai construir 5,2 mil casas. – Valor Econômico. 26/06/2012

Consórcio comprou três áreas no município de Altamira, no Pará, que somam entre 220 e 250 hectares, e somente nas obras civis serão investidos R\$ 500 milhões

O consórcio Norte Energia, responsável pela hidrelétrica de Belo Monte, em construção no rio Xingu (PA), está prestes a fazer o seu maior desembolso financeiro para cumprir aquela que é uma das principais condicionantes socioambientais da usina: o reassentamento das milhares de famílias que serão impactadas pelo empreendimento.

Até o fim do mês que vem, apurou o **Valor**, será licitado um pacote de obras para contratação das empreiteiras que irão erguer mais de 5,2 mil casas novas no município de Altamira, cidade da região que será a mais impactada pela hidrelétrica. As casas serão erguidas em três áreas já negociadas pelo consórcio, as quais somam entre 220 e 250 hectares. A previsão é de que, só nas obras civis das residências, sejam investidos cerca de R\$ 500 milhões. Essa fatura, no entanto, deverá ultrapassar a marca de R\$ 1 bilhão, porque incluirá o custo de aquisição dos terrenos, além dos aportes para a infraestrutura de saneamento básico.

As informações foram confirmadas pelo superintendente fundiário da Norte Energia, Ronaldo Crusco. Em entrevista ao **Valor**, Crusco disse que o consórcio está prestes a concluir o recadastramento das famílias que sofrerão impacto da obra e que, por isso, terão de ser reassentadas. Ele confirmou o acerto firmado pelo consórcio para adquirir as três áreas escolhidas em Altamira, mas não revelou quanto a empresa pagará por isso. Os estudos topográficos e de viabilidade técnico-econômica dessas áreas já foram aprovados.

Haverá residências de 60, 69 e 78 m², com dois ou três dormitórios, e cada casa terá um terreno de 300 m²

Ao todo, o cadastro socioeconômico realizado pela Norte Energia aponta que 7.637 famílias deverão ser reassentadas, o que significa mudar o endereço de aproximadamente 20 mil pessoas. Dessas famílias, 541 têm origem indígena, mas vivem na região de Altamira, e não em aldeias isoladas. O levantamento ao qual o **Valor** teve acesso revela que 54% das casas que terão de ser desocupadas têm até 60 metros quadrados de área de construída. Outros 23% tem entre 60 metros e 100 metros e os demais 27% tem área superior a 100 metros. Metade das casas foi feita de madeira; 33% são de alvenaria e restante utiliza outros materiais.

A nova cidade que o consórcio pretende construir em Altamira, diz Ronaldo Crusco, vai oferecer três tipos de casas. Haverá residências com 60, 69 e 78 metros quadrados, com dois ou três dormitórios. Cada casa terá um terreno de 300 metros quadrados, independentemente de sua área construída. "Pretendemos fazer a ocupação por fases, liberando as casas para a população conforme forem entregues. A nossa previsão é de que, até dezembro 2014, todas as casas já estejam ocupadas", comenta Crusco.

O trabalho de reassentamento de Belo Monte também envolve a zona rural, mais precisamente as pequenas vilas que serão diretamente impactadas pela construção da barragem e das duas casas de força da hidrelétrica. O balanço fundiário da Norte Energia aponta que 1.492 imóveis espalhados entre os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo serão atingidos pelo empreendimento. O consórcio já concluiu a negociação de 680 propriedades e outros 70 processos de desapropriação já foram parar na Justiça. Há, portanto, cerca de 740 imóveis que ainda devem ser liberados.

As obras de Belo Monte foram iniciadas em junho do ano passado, quando o Ibama concedeu a licença de instalação da usina. O reassentamento das milhares de famílias - principalmente aquelas que vivem em situações extremamente precárias sobre as palafitas banhadas pelo Xingu - sempre foi prioridade do projeto. Pelo plano original, a previsão era de que o consórcio Norte Energia iniciasse a construção das de casas ainda no ano passado, mas o processo atrasou.

O início das obras levou uma enxurrada de pessoas para a região e inflacionou os preços das cidades atingidas pela usina. Por conta disso, o consórcio enfrentou dificuldades para encontrar áreas com dimensão suficiente para erguer um grande número de casas, além de ter de realizar uma série de negociações. Até chegar às três áreas escolhidas em Altamira, foram analisadas onze propriedades. Agora, a expectativa é iniciar a construção neste segundo semestre.

Maior obra de infraestrutura do país, a usina de Belo Monte afeta onze municípios do Pará. Com uma população total de aproximadamente 350 mil pessoas, essa região deverá atrair ainda cerca de 100 mil novos habitantes, dos quais 20 mil serão funcionários diretos da hidrelétrica. Hoje já existem quase 12 mil trabalhadores nos canteiros de obra.

A Norte Energia sustenta que tem 117 projetos socioeconômicos e ambientais em andamento na região e que já assinou convênios que somam R\$ 233,9 milhões em obras e ações sociais. Paralelamente, a mitigação dos impactos negativos causados pela usina conta com os aportes do chamado Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, pelo qual o governo prevê um investimento de mais R\$ 2,5 bilhões na região durante a construção da usina, que tem previsão de ser concluída até 2019.

Grupo de índios mantém ocupação de canteiro da usina. Valor Econômico. 26/06/2012

O diretor-presidente da Norte Energia, Carlos Nascimento, irá pessoalmente nesta quinta-feira até os canteiros de obra de Belo Monte para negociar com as tribos indígenas a liberação de frentes de trabalho que estão paralisadas em parte dos canteiros de obra. A reunião com as lideranças indígenas deverá contar ainda com um representante da Casa Civil e da diretoria da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Desde a sexta-feira, as obras do canteiro Pimental estão paralisadas por conta da invasão de um grupo de aproximadamente 150 índios. O grupo que tomou conta do canteiro reúne indígenas Xikrin, Juruna e Arara da Volta Grande. Segundo o Movimento Xingu Vivo, organização que atua na região, também estão sendo mobilizados índios dos grupos Aawete, Assurini e Parakana. A previsão é que a manifestação tenha representantes de todas as 34 aldeias do Médio Xingu.

Para evitar atritos, o consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), responsável pela execução física das obras, decidiu paralisar o trabalho de 1,6 mil funcionários. Desses, 300 foram permanecerem em alojamentos do canteiro. Outros 1,3 mil foram enviados para as cidades de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo.

Na sexta-feira, o CCBM chegou a ajuizar uma ação de reintegração de posse na Justiça Federal do Pará. O pedido, no entanto, foi negado pela juíza federal Priscilla Pinto de Azevedo, que alegou ser "razoável a tentativa de uma desocupação pacífica, com o apoio da Funai, autarquia com a atribuição de representar a população indígena".

O consórcio construtor de Belo Monte alertou a Justiça para os riscos envolvidos na invasão dos índios, já que "há explosivos armazenados em um paiol no sítio Pimental", localizado a curta distância do local ocupado pelos indígenas. "Determinar a desocupação forçada, diante da peculiaridade local, pode representar risco de morte para os índios e para os profissionais que participariam do cumprimento da decisão", alegou a juíza federal.

Por trás da movimentação dos índios está a cobrança de compromissos assumidos - e outros não assumidos - pelos empreendedores de Belo Monte. Boa parte da tensão com as aldeias deve-se, na prática, ao fim de uma "mesada" que as aldeias vinham recebendo da Norte Energia desde setembro do ano passado, conforme revelou o **Valor** há duas

semanas. Os índios querem não só a manutenção desse pagamento mensal, como cobram a ampliação do repasse.

A Norte Energia desembolsa R\$ 30 mil por mês para cada uma das 28 aldeias que estão distribuídas em 12 terras indígenas localizadas na área de influência de Belo Monte. O dinheiro não é transferido em espécie, mas usado para bancar a aquisição de mercadorias apresentada regularmente pelos índios, envolvendo itens como roupas, alimentos, remédios, máquinas e combustível. Esse repasse tem data para acabar. No mês que vem, a Norte Energia quer dar início às ações previstas no Plano Básico Ambiental (PBA), pacote que vai substituir a mesada indígena a partir de setembro. Até lá, os desembolsos terão somado R\$ 22 milhões.

A revolta indígena com o fim dos pagamentos, como admitiu a própria Funai, já era uma atitude esperada pela diretoria da fundação. Caberá agora aos representantes do governo e aos empreendedores a difícil tarefa de convencer o índio de que as "medidas de apoio e fortalecimento da cultura indígena" são mais importantes do que o atendimento a uma lista de compras atendida durante dois anos.

Com a paralisação do sítio Pimental, Belo Monte já contabiliza um mês de inoperância em seus canteiros desde que recebeu licença de instalação, em junho do ano passado. Há, atualmente, quase 12 mil homens trabalhando na hidrelétrica. Apesar das paralisações, os empreendedores garantam que o cronograma da usina não foi comprometido. O plano é ligar a primeira turbina em fevereiro de 2015, chegando a fevereiro de 2019 com todas as 24 turbinas em funcionamento. Quando pronta, Belo Monte terá a capacidade instalada de 11.233,1 megawatts (MW), com 4.571 (MW) de energia garantida, o suficiente para atender 18 milhões de residências, quase 60 milhões de pessoas.

O que pedem os índios de Belo Monte. André Borges – Valor Econômico, Capa. 27/06/2012

Com um canteiro de obras da usina de Belo Monte paralisado há seis dias por causa de protestos, o consórcio Norte Energia contabiliza o que os índios pedem para liberar a construção da hidrelétrica. A lista de reivindicações inclui mais de 300 casas, energia gratuita para sempre, 40 picapes de luxo, caminhões, carros de passeio, ônibus, motos, barcos e depósitos em contas bancárias.

O que os índios pedem está muito distante do que os empresários e o governo pretendem entregar às aldeias para minimizar os impactos causados pela usina. A índia Sheyla Yakarepi Juruna, líder da aldeia Boa Vista KM 17, explica o interesse por tantas picapes: "O rio vai ficar difícil de navegar em muita parte. Claro que a gente precisa dos carros".

Índios surpreendem com longa lista de compensações. André Borges – Valor Econômico. 27/06/2012

Amarok, Hilux, L 200, F 4.000, caminhões, carros de passeio, ônibus, motos, barcos, contas gordas no banco e mais 1,3 mil cabeças de gado - de preferência, 500 delas da raça Nelore. O **Valor** teve acesso às listas de pedidos que as tribos indígenas apresentaram esta semana à diretoria do consórcio Norte Energia para liberar a construção da hidrelétrica de Belo Monte. As reivindicações dão uma boa dimensão do problema que o governo e os empreendedores da usina terão de administrar para convencer os índios que, agora, está na hora de passar a cuidar de suas roças de milho e mandioca, da pesca, das crenças e do artesanato.

O que os índios das 12 terras indígenas localizadas na área de influência de Belo Monte, no Xingu, apresentaram à Norte Energia é uma relação de compras que tem mais de 500 anos de distância daquilo que os empresários e o governo pretendem entregar às aldeias da região, como forma de minimizar os impactos causados pela usina.

O **Valor** fez uma compilação dos principais pedidos. Somadas as listas, são nada menos que 40 picapes, com o detalhe de que todas devem ter tração nas quatro rodas, direção hidráulica e ar-condicionado. Para lidar com a plantação, as tribos querem 23 tratores de diferentes modelos e mais 20 barcos com cobertura e motor para poder transitar pelo Xingu. Ainda no quesito transporte, enumeram a necessidade de 12 micro-ônibus com capacidade de 20 pessoas em casa, nove ambulâncias e três motos. Para receber aeronaves, três aldeias exigem a construção de pistas de pouso asfaltadas. Todas cobram estradas devidamente pavimentar até Altamira, principal município da região.

Na moradia, nada de ocas ou palhoça. Os índios pedem 303 casas de alvenaria, todas com banheiro interno, infraestrutura de saneamento e energia elétrica, que deve ser gratuita enquanto durar o empreendimento. A garantia de comunicação entre as aldeias deve ser feita com a instalação de 12 antenas de telefonia celular e internet sem fio, tudo para suportar centenas de computadores portáteis e de mesa que também constam na lista.

A pecuária não ficou de fora da lista. As aldeias pleiteiam quase 1,3 mil cabeças de gado e especificam que 770 delas devem ser de gado leiteiro e 520 da raça Nelore. O lazer também faz parte da relação. Na aldeia Mrotidjam, da terra indígena Xikrin do Bacajá, por exemplo, os índios querem a reforma do campo de futebol gramado, com instalação de iluminação e traves novas no gol, além de 30 freezers.

Finalmente, cobra-se a abertura de uma série de contas bancárias em nome de cada aldeia. Os pedidos de depósito variam entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões para cada uma delas. Em algumas tribos, é exigido o pagamento de três ou quatro salários mínimos por mês para cada família indígena do local, valor a ser pago enquanto a água de Belo Monte for convertida em energia.

Em entrevista ao **Valor**, Sheyla Yakarepi Juruna, líder da aldeia Boa Vista KM 17, localiza na região, diz que todos os pedidos são justos e que é até pouco em face dos prejuízos que o empreendimento irá causar para o seu povo. "Até hoje o que fizeram foi dar migalhas para o nosso povo. O consórcio e o governo prometeram a ampliação da demarcação de nossa área, mas não fizeram nada. Ninguém está cumprindo com as condicionantes que assumiu", comenta.

Perguntada sobre a necessidade de tantos carros para transporte, Yakarepi Juruna diz que será a única forma de os índios se locomoverem após a implantação da usina. "O rio vai ficar difícil de navegar em muita parte. É claro que a gente precisa dos carros", argumenta.

A líder da aldeia Boa Vista KM 17 diz que irá se juntar ao grupo indígena que há seis dias paralisa as obras do canteiro Pimental, uma das frentes de trabalho de Belo Monte. "Tem mais índio chegando. Nós vamos unir o nosso povo. Temos que ser ouvidos."

Pelos números da Fundação Nacional do Índio (Funai), há cerca de 10 mil índios na região de Altamira que serão atingidos pela hidrelétrica. Nos cálculos da Norte Energia, porém, esse contingente é de 5.500 índios. Amanhã, deve ocorrer uma reunião em Altamira com representantes da Norte Energia e da Casa Civil, com a propósito de por um ponto final no conflito.

"Essa situação nada mais é que a colheita daquilo que o próprio governo plantou", diz Cleber Buzatto, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "Foi o governo que cultivou a dependência do índio. A Funai assinou embaixo e deu anuência para Belo Monte contrariando pareceres dos próprios técnicos da fundação. Agora, não sabe o que fazer para resolver o problema."

O **Valor** procurou o diretor do Departamento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, Aloysio Guapindaia, para comentar o assunto, mas ele não quis se pronunciar.

A Norte Energia informou que não vai atender as listas de pedidos apresentadas pelos índios. O consórcio alega que trabalha nos detalhes de seu Plano Básico Ambiental (PBA) indígena, o qual foi acertado com a Funai e que, segundo o consórcio, foi objeto de audiências públicas em cada uma das 28 aldeias que habitam a região. Os índios, no entanto, insistem que o PBA não foi discutido e que desconhecem as propostas da empresa. Segundo a empresa, o PBA agrupa um conjunto de 320 ações divididas em dez programas de apoio a serem executados durante cinco anos. O **Valor** apurou que as medidas devem custar cerca de R\$ 250 milhões à Norte Energia.

A empresa garante que o plano passa a valer a partir do mês que vem. Trata-se, basicamente, de um "conjunto de medidas de apoio e fortalecimento da cultura indígena", segundo os empreendedores. A crise com os índios é que, com o início do PBA, sai de cena a partir de setembro o pagamento mensal de R\$ 30 mil que cada aldeia vinha recebendo há dois anos.

Faltam bases sólidas para a atração de investimento. Ediane Tiago – Valor Econômico. 27/06/2012

Mirela Sandrini, do Fundo Vale: "Negócios verdes são rentáveis, mas para ampliar as fontes de recursos, os segmentos precisam estar organizados"

O avanço dos negócios sustentáveis exige o fortalecimento das bases econômicas para fomentar empresas e iniciativas voltadas para tecnologias verdes, serviços ambientais e produção limpa. O foco na preservação ambiental tem de ser integrado aos sistemas de financiamento vigentes - evitando o distanciamento entre o discurso e a ação.

Os desafios englobam a criação de mecanismos eficazes para financiar os projetos, a adaptação do apetite pelo retorno financeiro por parte do investidor, a elaboração de projetos com maior musculatura e a precificação dos recursos naturais. "Precisamos de métricas para avaliar o valor das reservas e o potencial dos negócios. O retorno financeiro dos investimentos requer uma nova estrutura de custos", defende Ana Carla Fonseca Reis, economista e diretora da Garimpo de Soluções.

Ela explica que, enquanto avaliarmos a natureza como um recurso gratuito, será difícil provar a competitividade das soluções verdes. Como exemplo, cita o polêmico projeto para construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. "Se os custos e os recursos ambientais fossem considerados, energias alternativas como eólica e solar se mostrariam mais atraentes na comparação." A lógica é a de que não há valor sobre o que está em cima da terra, o que coloca a questão apenas como territorial. "A avaliação de risco e retorno tem de englobar o capital natural. Sem isso, o fluxo de investimentos não vai chegar. Os projetos têm de fazer sentido econômico", completa Mario Monzoni, coordenador do centro de estudos de sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

Para Monzoni, é preciso adaptar os instrumentos financeiros. A economia verde (ou de baixo carbono) precede uma transição que exige políticas públicas e a criação de um ambiente de negócios mais favorável à expansão de soluções. "Ainda subsidiamos a economia tradicional, sem penalizar quem produz de forma destrutiva. Se compararmos o volume de dinheiro envolvido, aplicamos pouco na sustentabilidade." Entre os avanços, ele cita a questão do crédito de carbono, que já foi para o balanço das empresas e é uma forma de enxergar o custo ambiental.

Apesar do potencial brasileiro para a economia verde, os investimentos privados têm acontecido, em grande parte, por meio de fundos filantrópicos. O ideal é que haja capitalização também por meio de investidores e fundos de risco. "Nosso principal desafio é desenvolver as cadeias produtivas. Negócios verdes são rentáveis, mas para ampliar as fontes de recursos, os segmentos precisam estar organizados", afirma Mirela Sandrini, diretora de operações do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável.

Ela ainda destaca a necessidade de medir os resultados dos projetos, ensinando os empreendedores a traçar objetivos claros e a aprimorar a gestão. "Existe uma mudança de comportamento também na filantropia. Para que o projeto avance, o investidor passa

a acompanhar e exigir o alcance das metas." A disposição de ensinar empreendedores a gerir os negócios tende a atrair novos investidores. A receita inclui melhora no desempenho das operações, maior competitividade e qualificação de mão de obra. "O investidor quer retorno do dinheiro aplicado. Temos capacidade para oferecer isso", comenta Mirela.

Sidney Chameh, conselheiro da Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital (ABVCAP) lembra que o segmento de capital de risco é novo no Brasil, para todos os segmentos, e ainda tem dificuldade para avaliar projetos sustentáveis. "Não percebo uma estrutura de fundos que busque negócios verdes, as iniciativas são isoladas."

Para ele, a questão não é falta de interesse. O mercado de capitais também está atento às questões da sustentabilidade. Faltam projetos bem elaborados e atrativos, que tragam previsões de retorno. "A criação desse ambiente depende de maior disposição do investidor para aplicar em economia verde - mesmo com ganhos reduzidos se comparados a outras opções - e das empresas e instituições em criar negócios rentáveis. É uma via de mão dupla", afirma Chameh.

Além de construir bases sólidas para o investimento, há um longo caminho para dar segurança jurídica à economia verde. "Marcos regulatórios bem definidos são requisitos de qualquer cadeia produtiva", lembra Manoel Serrão, coordenador de mecanismos financeiros do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). Como exemplos, ele cita as incertezas presentes no novo Código Florestal e a carência de regras para projetos de exploração da biodiversidade. "A empresa começa a trabalhar e não tem garantias sobre a propriedade intelectual ou ao acesso à biodiversidade. A partilha dos resultados também é incerteza constante."

Na parte financeira, a burocracia atrapalha bastante. As inconsistências nas regras são, na visão dele, as maiores vilãs. Os concessionários escolhidos para serviços como o levantamento de ativos ambientais e projetos de manejo não têm acesso às linhas de financiamento disponíveis. As concessões não valem como garantia para obter recursos e, para chegar ao licenciamento, é preciso realizar o plano de manejo. "Mas como fazer isso sem dinheiro para o mapeamento dos potenciais da reserva, que pode levar até três anos?", questiona.

Incra, Embrapa, Conab e ASA avançam nas articulações sobre agroecologia – Site do INCRA. 28/06/2012

Um grupo multidisciplinar coordenado pelo Incra discutiu políticas desustentabilidade socioeconômica e ambiental da agricultura familiar e dareforma agrária na última quinta-feira (20). Formado por pesquisadores e representantes de organizações governamentais e entidades da sociedade civil, a equipe visitou o estande da Embrapa, montado na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20. O espaço apresentava o trabalho do projeto Amazônia Nativa, uma parceria entre o Incra e a Embrapa, que

está capacitando assentados do Mato Grosso como coletores de sementes e produtores de mudas de espécies florestais nativas. Além de proporcionar uma fonte de renda e uma forma de conservação ambiental, o projeto de coleta de sementes está permitindo aos assentados terem mais conhecimentos. Eles aprendem noções de adequação ambiental, ecologia florestal, manejo das sementes, implantação de viveiros florestais, produção de mudas, entre outras temáticas. Para o presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, as sementes são uma forte porta de entrada para se trabalhar a transição agroecológica em assentamentos da reforma agrária. “Há acúmulo de conhecimento na área e elas possuem potencial irradiador de desenvolvimento econômico e social a curto prazo”, argumenta. Na visão de Lacerda, a coleta, troca e comercialização de sementes permite o resgate e a valorização do patrimônio local e a diversificação da produção, seja de alimentos ou de plantas recicladoras.

O grupo liderado pelo Incra pretende intercambiar as diferentes iniciativas que já estão em curso no sentido de promover a transição agroecológica em assentamentos. Para isso, foi marcada uma reunião entre o Incra, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) nos dias 26 e 27 de julho no território da cidadania da Borborema, na Paraíba. No local, a ASA mantém uma rede que inclui um total de 220 bancos de sementes comunitários. Participaram da visita ao estande da Embrapa: o professor da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Yoshio Kageyama; o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Silvio Porto; o diretor de Transferência de Tecnologia da Embrapa Nacional, Waldyr Stumpf Júnior; o presidente do Incra, Celso Lacerda; os especialistas da ASA e da Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA, sigla para o antigo nome da entidade Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), Paulo Petersene Luciano Marçal da Silveira; o presidente substituto do Incra, Luciano Brunet; e o superintendente do Incra/RJ, Gustavo Souto. Também participaram da reunião sobre agroecologia o coordenador-geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra, Carlos Eduardo Sturm, e o coordenador nacional do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) junto ao Incra, Cesar Aldrighi.

Vale obtém 1 licença ambiental de projeto de quase US\$ 20 bi – O Globo. 28/06/2012

Iniciativa em Carajás deve aumentar em 40% produção de minério até 2017

A Vale recebeu o primeiro sinal verde em licenciamento ambiental do que considera o maior projeto de sua história e o maior da indústria de minério de ferro. O Ibama concedeu a licença prévia ambiental do projeto Carajás S11D, que fica localizado na serra sul de Carajás, no Pará, e prevê investimentos de quase US\$ 20 bilhões. Com a iniciativa, a companhia espera aumentar em mais de 40% a produção até 2017, frente ao nível do ano passado, para 460 milhões de toneladas.

- É o maior investimento do setor privado da História do país - disse o presidente da Vale, Murilo Ferreira, após se reunir ontem com a presidente Dilma Rousseff para detalhar a iniciativa.

O investimento na mina e na usina de processamento é de US\$ 8,039 bilhões, com início das operações previsto para o segundo semestre de 2016. Outros US\$ 11,4 bilhões serão investidos em logística e infraestrutura para ampliar a Estrada de Ferro Carajás e o terminal marítimo de Ponta da Madeira, no Maranhão. Isso permitirá a movimentação de 230 milhões de toneladas métricas anuais de minério de ferro.

A capacidade do novo projeto é de 90 milhões de toneladas métricas anuais. A principal mina da Vale hoje está em Carajás, com produção de 109,8 milhões de toneladas em 2011. No ano passado, a mineradora produziu 322,6 milhões de toneladas de minério de ferro.

Para dar início às obras de construção da usina, ainda é necessário obter a licença de instalação. A expectativa da Vale é que isso demore entre seis meses e um ano. Em nota, a Vale afirmou que Carajás oferece a melhor plataforma de crescimento de minério no mundo, combinando substancial volume de reservas provadas e prováveis, 4,239 bilhões de toneladas métricas e baixo custo operacional, resultante da alta qualidade do depósito mineral e do eficiente sistema logístico.

"O minério de ferro de alta qualidade de Carajás apresenta menores custos operacionais e valor em uso superior para a indústria do aço", diz a nota.

De acordo com o diretor de Ferrosos e Estratégia da empresa, José Carlos Martins, a qualidade do minério de ferro do projeto será melhor do que a obtida na atual produção da companhia em Carajás, de onde a empresa já extrai um dos melhores minérios do mundo.

Entre a miopia ambiental e a falta de visão. Russel Mittermeier – O Globo. 28/06/2012

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, criou uma expressão para responder às críticas recebidas pelo governo nos últimos tempos. Ela chama de "míopes ambientais" todos aqueles que não enxergam que o país caminha para uma crise e precisa tomar medidas de curto prazo para continuar crescendo e gerando empregos. Está coberta de razão. O que a ministra sabe, mas não diz, é que o problema não está nas ações anticrise, mas na falta de visão de longo prazo. Está na ausência de um projeto de governo ou de país que nos leve em direção a uma economia de baixo carbono.

Terminada a Rio+20 e o anódino documento final, chegou a hora de o Brasil mostrar o que quer ser quando crescer. Não estamos mais mediando os interesses de 193 nações, temos autonomia para fazer escolhas. E, até agora, elas têm sido ruins. Seguimos incentivando a indústria automobilística sem contrapartidas ambientais. Subsidiados

combustíveis fósseis e esquecemos o etanol, que deveria ser um diferencial competitivo do país na nova economia mundial.

Há 500 anos, nossos índios trocavam pau-brasil e ouro por espelinhos. Hoje, trocamos minério e produtos agrícolas por smartphones. Na verdade, exportamos água, produto que ainda temos em abundância. Estamos perdendo para chineses, americanos e alemães essa nova corrida tecnológica verde. Sequer entramos nela. Nossas pesquisas e investimentos em tecnologia eólica, solar, híbridos, são insignificantes.

É claro que precisamos crescer e acabar com a miséria que envergonha a todos, mas essas metas não são incompatíveis com um desenvolvimento sustentável. Temos água, florestas, biodiversidade, energia limpa, um território enorme e uma população majoritariamente jovem que deve se estabilizar em 210 milhões de habitantes em 2030. Esse bônus ambiental e demográfico não pode ser desperdiçado. As condições estão dadas. Para sermos a maior potência ambiental do planeta, basta vontade política.

Indenização de US\$ 18 bi contra Chevron vai ao STJ. Ramona Ordoñez – O Globo. 28/06/2012

A petrolífera americana Chevron, que provocou um vazamento de 2.400 barris de petróleo no campo de Frade, na Bacia de Campos em novembro do ano passado, poderá ter todos os seus bens no Brasil confiscados para o pagamento de uma indenização de até US\$ 18,2 bilhões cobrados pela Justiça do Equador. No Brasil, a Chevron tem participação acionária em três campos de óleo.

Em fevereiro último, a Justiça equatoriana condenou a Chevron a pagar uma indenização de US\$ 8,6 bilhões, mas que chega a US\$ 18,2 bilhões pelos danos ambientais causados na Floresta Amazônica e nos rios, na exploração de petróleo de 1972 a 1990 pela Texaco (comprada em 2002).

O advogado Sérgio Bermudes, em nome de 47 equatorianos que movem a ação há 19 anos, entrou ontem no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedindo a homologação da sentença, para que seja executada no Brasil. O mesmo já foi feito no Canadá.

- É uma espécie de nacionalização da sentença. O que aconteceu foi um verdadeiro Chernobyl do petróleo - disse Bermudes.

A Texaco não teria impermeabilizado as piscinas onde eram colocados rejeitos oriundos da atividade de petróleo, despejando mais de 60 bilhões de litros nos rios.

O porta-voz da Chevron Corporation, James Craig, disse que a companhia já recorreu da sentença na Corte Nacional de Justiça do Equador.

- O julgamento é produto de fraude e suborno. É ilegítimo. Não acreditamos que esse julgamento equatoriano possa vir a ser executado em qualquer tribunal que

se observe que respeita o Estado de direito. Sete juízes nos EUA encontraram fraudes no processo - declarou Craig.

Permissão para limitar as emissões – O Globo. 28/06/2012

Justiça dos EUA reconhece que a agência ambiental do país deve combater os gases de efeito estufa. As emissões de dióxido de carbono das indústrias deverão obedecer a limites impostos pela Agência Ambiental dos EUA

A Justiça americana desferiu um duro golpe contra os cétricos das mudanças climáticas ao reconhecer que a Agência de Proteção Ambiental do país (EPA, na sigla em inglês) tem legitimidade para considerar os gases de efeito estufa como poluentes, perigosos para a saúde pública e responsáveis pelo aquecimento global. Na prática, a medida deverá levar à implantação de uma série de limites para emissões tanto de automóveis como de indústrias, de acordo com a Lei federal do Ar Limpo. A decisão unânime de magistrados na última terça-feira representou a derrota de grupos de industriais e de 14 estados, liderados por Virgínia e Texas, que contestaram as ações da EPA nos tribunais. Outros 15, incluindo Nova York, Califórnia e Massachusetts, foram ao tribunal para apoiar a agência.

O painel de três juízes do distrito de Colúmbia se baseou em dados científicos para reconhecer os malefícios das emissões de gases-estufa. A decisão considerou que a agência estava "claramente correta" e seguiu os procedimentos adequados no desenvolvimento de uma série de regulamentos que visam à redução das emissões no país: "a EPA não é obrigada a provar novamente a existência do átomo a cada vez que se aproxima de uma questão científica".

Para os representantes das indústrias, a agência americana se apoia demais nas avaliações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, como se estivesse terceirizando seu poder de decisão ao IPCC. Mas o tribunal de recurso rejeitou essa argumentação, considerada "pouco mais do que um truque semântico". De acordo com os juízes, "a EPA não delegou, explicitamente ou de outra forma, qualquer tomada de decisão. A EPA simplesmente fez aqui o que ela e outros tomadores de decisão muitas vezes precisam fazer num julgamento baseado na ciência: ela procurou e revisou evidências científicas existentes para determinar se a constatação se justificava".

A decisão dos magistrados já está repercutindo. O governo Obama, ambientalistas e Democratas celebraram, classificando o resultado como uma "vitória retumbante para a ciência". Por outro lado, grupos industriais e muitos Republicanos prometeram reverter o resultado, tanto na Justiça quanto no Congresso. No meio da polêmica, calendário criado pela agência para a execução de suas regras, limitando as emissões dos grandes poluidores, volta a ganhar força.

Entre 2009 e 2010, o Congresso americano tentou criar leis sobre os limites de emissões de dióxido de carbono. Os defensores da proposta argumentaram que a imposição das

regras da EPA era uma medida cara e desajeitada. A Câmara chegou a aprovar um projeto de lei, mas a iniciativa parou no Senado.

- Esta decisão garante que a regulamentação das emissões terá lugar, com o Congresso criando leis ou não - disse Paul Bledsoe, conselheiro do Centro de Política Bipartidário, um grupo sem fins lucrativos especializado em questões energéticas e ambientais, ao "New York Times". - Será que a indústria vai pressionar o Congresso para desenvolver uma abordagem menos onerosa agora que a regulamentação é inevitável?

Por outro lado, o deputado republicano Fred Upton, presidente do Comitê de Energia e Comércio, afirmou que os legisladores devem agir agora para reverter as regras da EPA que impõe limites de emissões:

- A regulação das emissões de carbono ameaça impulsionar os preços de energia para o alto, destruir empregos e o processo da nossa recuperação econômica.

A indústria americana, no entanto, já se mobiliza para mitigar seus prejuízos. A Aliança de Fabricantes de Automóveis ressaltou que as montadoras têm feito investimentos para melhorar a eficiência dos carros. Eles consomem cada vez menos combustível e, assim, lançam menos dióxido de carbono. Em nota, as fábricas alegam que a redução de emissões está entre suas prioridades. Mesmo assim, Jay Timmons, presidente e da Associação Nacional de Fabricantes, classificou a decisão judicial como "um revés para as empresas que enfrentam os regulamentos prejudiciais da EPA".

Ambientalistas, por sua vez, ressaltam que há tempos defendiam medidas de controle da liberação de gases estufa pelos Estados Unidos, que estão entre os maiores emissores do mundo.

Cientista contesta aquecimento. Cesar Baima – O Globo. 28/06/2012

Don Easterbrook diz que Terra passa por constantes ciclos de calor e frio

A Humanidade e suas crescentes emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases do efeito estufa não têm nada a ver com o aquecimento global. Assim acredita Don Easterbrook, professor emérito de Geologia Glacial da Western Washington University, nos EUA, e apontado como um dos principais cientistas que contestam o consenso em torno do tema. Segundo ele, suas pesquisas, com base na análise de amostras de gelo retiradas das geleiras da Groenlândia, indicam que a Terra passa por constantes ciclos de aquecimento e resfriamento, com duração aproximada de 30 anos cada.

- Não acredito no aquecimento global porque não há dados físicos que comprovem que isso está acontecendo - afirma.

- Tudo que os arautos das mudanças climáticas têm são modelos computacionais fundamentalmente errôneos. Basta ver que se alimentássemos os modelos do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU) com dados de 1980, suas previsões para o clima em 2010 não chegariam nem perto das temperaturas reais daquele ano.

De acordo com Easterbrook, o aquecimento das últimas décadas é fruto de um processo natural que já terminou, com evidências de que desde o ano 2000 a Terra entrou em uma fase de resfriamento. Ele conta que suas pesquisas identificaram 40 ciclos de calor e frio nos últimos 500 anos e que desde a última Idade do Gelo, há entre 10 e 15 mil anos, ocorreram pelo menos uma dúzia de episódios em que a elevação da temperatura do planeta foi de 15° Celsius, mais de 15 vezes maior do que do que a alta atual, sendo que nenhum deles estaria diretamente associado a aumentos na concentração de dióxido de carbono na atmosfera.

- O CO₂ é incapaz de causar uma mudança climática significativa e não pode ser usado para explicar o pequeno aumento de temperatura atual - defende. - Só a partir dos anos 70 a temperatura começou a subir e, mesmo assim, décimos de grau, o que não tem nenhuma relevância estatística.

Ainda segundo Easterbrook, todas as emissões de CO₂ da Humanidade desde o início da Revolução Industrial mudaram em apenas 0,008% a composição da atmosfera, uma amostra de que o gás não pode ser o causador do ciclo de aquecimento que teria terminado em 1999. Sua teoria é de que estes ciclos estão associados a variações na temperatura da superfície dos oceanos. Esta, por sua vez, seria afetada pela cobertura de nuvens do planeta, que mudaria de acordo com oscilações no campo magnético do Sol.

- Quanto mais fraco o campo magnético, maior é a formação de nuvens, o que provoca resfriamento, pois elas refletem a radiação solar antes dela alcançar a superfície da Terra - diz.

Para ele, o fato de o vapor d'água que forma as nuvens ser responsável por mais de 95% do efeito estufa que faz do planeta habitável (se não houvesse o fenômeno, a temperatura média da Terra seria da ordem de - 18°C) não contrabalança o resfriamento da reflexão de radiação. O cientista também rechaça argumentos de que a partir de 2000 foram registrados alguns dos anos mais quentes da História.

- Ocasionalmente podemos ter anos mais quentes ou mais frios, mas se calcularmos a média da temperatura na década veremos que não há um aumento - afirma.

Na opinião de Easterbrook, o discurso do aquecimento global é estratégia de grupos interessados em obter dinheiro e poder no sistema da ONU.

Vale planeja investir R\$ 40 bi em Serra Sul. Vera Saavedra Durão e Francisco Góes – Valor Econômico. 28/06/2012

A licença ambiental obtida pela Vale para o projeto de Serra Sul, no Pará, reduziu o ceticismo dos investidores que trabalhavam com a perspectiva de "capacidade zero" da mineradora de ampliar a produção de minério de ferro nos próximos cinco a seis anos. Murilo Ferreira, presidente-executivo da Vale, disse que este é o maior investimento de uma empresa privada no Brasil, com previsão de desembolso de R\$ 40 bilhões. Ferreira se reuniu ontem com a presidente Dilma Rousseff para detalhar o empreendimento, que deverá começar a operar em 2016.

Apesar das ações da Vale terem registrado ligeira queda ontem, analistas de bancos, como Luiz Fornari, do Barclays, avaliaram que "a licença de Serra Sul foi um passo importante para aumentar a confiança de investidores na Vale". O Barclays recomenda a compra do papel e trabalha com um preço alvo de US\$ 31 para o ADR ON até o fim de 2012. A cotação atual é de US\$ 19,02.

Com o projeto de Serra Sul, conhecido no jargão técnico da Vale como S11D, a empresa vai duplicar a produção de minério no Pará em quatro anos. Em 2011, o Sistema Norte da Vale produziu 109,8 milhões de toneladas de minério de ferro, número que saltará para 230 milhões de toneladas em 2017, disse Ferreira.

O cronograma, segundo a mineradora, prevê a obtenção da licença de instalação no primeiro semestre de 2013

Deste total, Serra Sul vai contribuir com 90 milhões de toneladas anuais e haverá um acréscimo de mais 40 milhões de toneladas da expansão da produção de Serra Norte. Ferreira explicou que o projeto, situado nos municípios de Parauapebas e Canãa de Carajás, pertence ao corpo mineral S11 que possui reservas de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro. O S11 é dividido em quatro blocos. "O que vamos começar agora a explorar é o S11D." Os dados da Vale indicam que este bloco tem reservas de 2,78 bilhões de toneladas de minério de ferro de alta qualidade.

O projeto é inovador em termos tecnológicos e de sustentabilidade, disse a diretora executiva de Sustentabilidade e Energia, Vania Somavilla. "É um conceito de projeto moderno porque se tirou tudo o que era possível de dentro da Floresta Nacional de Carajás, ficando ali apenas uma parte da mina". Este modelo foi possível porque a Vale optou por usar um sistema testado na Austrália para transportar o minério por meios de correias, ao invés de caminhões fora de estrada. O sistema é conhecido pelo nome de "truckless". "Mesmo com o S11D, a área minerada pela Vale em Carajás não vai chegar a 5% da floresta. Estamos tranquilos que o projeto não terá impacto sobre os sítios arqueológicos".

Outra vantagem do projeto citada por Ferreira é a redução no consumo de recursos naturais e combustíveis fósseis. A expectativa é de que haja redução de 93% no

consumo de água, de 77% no consumo de combustível e de 50% nas emissões de gases de efeito estufa.

A expectativa da diretora-executiva de Sustentabilidade é que as licenças de instalação e de operação do projeto sejam aprovadas pelo Ibama dentro de seis meses há um ano. O cronograma, segundo a Vale, prevê a obtenção da licença de instalação no primeiro semestre de 2013, quando começariam as obras de construção da usina de beneficiamento do minério. Numa próxima etapa, no segundo semestre de 2016, seriam concluídos os trabalhos de implantação com início das operações tanto da mina, quanto da usina.

Dos R\$ 40 bilhões de investimentos citados por Ferreira, R\$ 16,5 bilhões serão destinados a mina e a usina de beneficiamento e R\$ 23,5 bilhões para logística, incluindo ferrovia e porto. Os recursos a serem aplicados no projeto, segundo ele, virão da geração de caixa da Vale e de linhas de financiamento a serem tomadas junto ao BNDES, ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e de captação via emissão de bônus da companhia no mercado global, seguindo programação da diretoria financeira até 2016.

Galib Chaim, diretor-executivo de implantação de projetos de capital, informou que Serra Sul está com quase 80% da engenharia pronta, 30% dos suprimentos estão definidos, incluindo os principais pacotes e os maiores fornecedores. "Estamos utilizando uma metodologia de construção nova com base em módulos, o que vai acelerar a implantação do projeto sem dano ao meio ambiente". Segundo ele, os módulos estão sendo montados em um acampamento da Vale no Sudeste do Pará e serão transportador por rodovia numa extensão de 42 quilômetros até o local da usina. Na fase de implantação, o projeto vai absorver 30 mil trabalhadores, dos quais 24 mil na ampliação da Estrada de Ferro Carajás e cerca de 6 mil na mina e na usina. Na operação, o projeto empregará três mil pessoas.

Equador aciona Chevron no Brasil. Cláudia Schüffner – Valor Econômico. 28/06/2012

Uma indenização de US\$ 18,2 bilhões contra a Chevron envolvendo danos ambientais no Equador causados pela Texaco, absorvida pela multinacional em 2002, pode vir a ser cobrada no Brasil. A estratégia é do advogado Sergio Bermudes, do escritório que leva o seu nome, que ontem entrou no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com um pedido de homologação de uma decisão proferida pela Corte Provincial de Sucumbíos, no Equador. A expectativa de Bermudes é de que o pedido de "naturalização" da sentença seja favorável. Se isso acontecer, o Brasil vai seguir o Canadá, onde existe pedido semelhante.

"Não se discute em um tribunal brasileiro o conteúdo de uma sentença estrangeira homologada aqui. Ela pode ser aceita desde que não ofenda a ordem pública brasileira", explicou Bermudes.

A companhia americana também enfrenta no Brasil acusações de dano ambiental pelo vazamento de petróleo no campo de Frade no ano passado e pode ser processada pelo Ministério Público Federal e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Atualmente, a Chevron está proibida de perfurar no Brasil e Frade teve sua produção suspensa. Segundo Bermudes, caso os dois pedidos de execução da Chevron no país sejam aceitos, o dinheiro será pago ao primeiro que conseguir penhorar os bens.

A petição do escritório de Bermudes nomeia 47 pessoas físicas que, por sua vez, representam 30 mil equatorianos afetados.

A exploração de uma área de 3.800 quilômetros quadrados começou em 1967 e a Texaco produziu petróleo no local entre 1972 e 1990. A primeira ação foi proposta em um tribunal de Nova York em 1993.

A Chevron, como sucessora da Texaco, foi acusada de ter armazenado de forma inadequada e sem impermeabilizar piscinas onde substâncias tóxicas e dejetos contaminados foram armazenados sem cuidado, quando deveriam ter sido reinjetados nos campos. Segundo Bermudes, foram produzidos 106 laudos periciais apontando danos em mananciais, rios e florestas que afetaram animais e humanos.

A Chevron contesta a ação em várias instâncias. James Craig, porta-voz da Chevron Corporation nos Estados Unidos, disse ao **Valor** que a estatal Petroecuador tinha 62,5% do consórcio onde a Texaco foi acusada mesmo depois de ter pago US\$ 40 milhões em indenizações. "A Petroecuador tem um recorde ambiental desastroso", afirma Craig. Em nota, a empresa afirma que "o julgamento do Equador é produto de fraude e suborno, e é ilegítimo".

Índios mantêm ocupação em Belo Monte – Folha de São Paulo, Mercado. 29/06/2012

Índios que ocupam um dos canteiros de obras de Belo Monte (PA) deverão ficar no local por mais 11 dias. Ainda assim, as obras serão retomadas. Os índios cobram o cumprimento de contrapartidas previstas no projeto. Consórcio diz que lista reivindicações ainda precisa ser analisada.

Santo Antônio é condenada a pagar R\$ 1 mi – Folha de São Paulo, Mercado. 29/06/2012

A Justiça do Trabalho em Rondônia condenou as empresas responsáveis pela construção da usina de Santo Antônio a pagar indenização de R\$ 1 milhão por dano moral coletivo devido a irregularidades nas condições trabalhistas. Cabe recurso. O consórcio construtor diz que cumpre a lei.

Impasse continua em Belo Monte, após reunião – O Globo. 29/06/2012

Índios permanecem acampados à espera de nova rodada de negociação. Operários voltam ao trabalho, diz empresa

Após a primeira reunião de negociação entre o presidente da Norte Energia, Carlos Nascimento, e os líderes indígenas da região, realizada ontem em Altamira, no Pará, os cerca de 200 índios das etnias arara, xicrin e juruna decidiram permanecer acampados na Ilha Marciana, área anexa ao Sítio Pimental. As conversações teriam, no entanto, garantido a volta ao trabalho dos operários da usina hidrelétrica de Belo Monte, segundo a empresa.

Os índios vão aguardar a nova rodada de negociações no próximo dia 9, quando a empresa deverá responder às reivindicações apresentadas pelo grupo. Os representantes da Funai também participaram da reunião, que foi realizada na sede da Norte Energia, em Altamira.

O Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) tentou junto à Justiça, no fim de semana passado, uma liminar para que os indígenas desocupassem a usina. Os empresários entraram com uma liminar com pedido de reintegração de posse, mas a solicitação foi negada. A juíza federal substituta Priscilla Pinto de Azevedo determinou que a Norte Energia encontrasse uma saída negociada, com a participação da Funai.

Índios cobram cumprimento de condições

A maior parte das reivindicações dos indígenas diz respeito, principalmente, ao cumprimento de condições para a construção da usina, determinadas quando as licenças prévia e depois a de instalação foram concedidas, para que as obras de fato começassem. Entre elas estão a demarcação de terras indígenas, a construção de estradas asfaltadas até as aldeias, em substituição as vias fluviais que não podem mais ser utilizadas por causa do desvio do Rio Xingu, que irá secar com hidrelétrica.

Os índios querem também a distribuição de suprimentos para as aldeias afetadas. E indenizações aos indígenas pela perda de suas terras. Outra reclamação é de que existe uma demora na implementação no Plano Básico Ambiental (PBA) na parte que se refere as áreas indígenas. Eles cobram também a instalação do hospital em Altamira para os indígenas. E, ainda, a capacitação do índios como agentes de saúde e professores de escolas.

Infraestrutura para as aldeias também são reivindicadas, como casas de alvenaria com banheiro interno e telha; energia, nas condições do programa "Luz para Todos"; escolas equipadas com computador, internet e curso até o ensino médio; atendimento à saúde e quando for necessário, ambulância.

Os índios também pediram a instalação de orelhões e torres de celular. Outro item que consta da lista de reivindicações de algumas das aldeias é a instalação de postos de

saúde. Eles pedem ainda veículos de trabalho para circular entre as aldeias e se deslocar até Altamira.

Os xikrins querem apoio para a criação, instalação e funcionamento da Associação Bebô Xinkrin do Bacajá (ABEx). As instalações, reivindicam os índios, deverão contar com energia e telefone, além de ser montado um escritório de apoio.

Plano para eliminar os "lixões" não decola. Guilherme Soares Dias – Valor Econômico. 29/06/2012

Acabar com os "lixões" no país até 2014 é o objetivo do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovado em 2010, mas, na prática, os avanços são poucos. Para receber recursos, as prefeituras devem aprovar planos municipais de saneamento ambiental - água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos - até agosto deste ano.

Entre os entraves para a elaboração dos projetos está o fato de as prefeituras não serem obrigadas a enviar os planos para o governo federal, apesar de haver condicionante para liberação de recursos para o setor a partir de 2014. Além disso, os especialistas lembram que não há modelo único para apresentação do planejamento e defendem que eles sejam aprovados pelas Câmaras municipais e se tornem lei, impedindo que sejam interrompidos por sucessores.

O presidente do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo (Selur), Ariovaldo Caodaglio, lembra que o plano nacional induz ações das prefeituras, mas não estabelece modelo. "Cada município deve definir seu projeto a partir da realidade local", diz.

Para o presidente da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP), Clóvis Benvenuto, a maior parte das prefeituras vai precisar de apoio do governo federal para executar seus planos. Benvenuto afirma que a população deve começar a pagar pelo serviço de coleta dos resíduos sólidos nos próximos anos.

"Defendemos a alternativa mais barata que é o aterro sanitário", disse, descartando alternativas que preveem, por exemplo, a geração de energia a partir dos resíduos.

Já o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), Diógenes Del Bel, lembra que a falta de definição do formato dos planos municipais deve criar situações diferentes. "Algumas cidades podem criar por medidas, leis ou decretos. O importante é que serão decisivos para liberação de recursos da União", diz o empresário.

Del Bel considera que o prazo para fim dos "lixões" já está "apertado", mas reforça que o plano assinado em 2010 já tinha diretrizes previstas na Política Nacional de Meio Ambiente de 1981. "É possível atingir essa meta, mas precisa entrar na prioridade dos

governos e contar com a ajuda da iniciativa privada por meio de concessões e parcerias público-privadas", diz.

Os resíduos ainda recebem poucos investimentos do governo federal. De 2002 até o fim de maio de 2012, foram R\$ 117,5 milhões, ou 1% dos R\$ 18,5 bilhões destinados pela Caixa Econômica Federal para financiamentos no setor de saneamento ambiental. Do montante contratado no período, 42% (R\$ 8 bilhões) foram destinados para esgoto, 27% (R\$ 4,9 bilhões) para água, 21% (R\$ 3,8 bilhões) para drenagem, 4% (R\$ 691 milhões) para projetos de reurbanização em áreas de favela e 5% (R\$ 900 milhões) para desenvolvimento institucional e projetos de pesquisa.

O diretor-executivo de saneamento e infraestrutura da Caixa, Rogério Tavares, revela que a carteira de financiamentos para projetos de resíduos sólidos já atingiu R\$ 1 bilhão em contratos com dez municípios, dos quais cerca de R\$ 400 milhões são de projeto que deve ser assinado com o Rio e três municípios no entorno da capital fluminense.

Segundo ele, os pedidos das concessionárias do setor começaram a aumentar no ano passado, depois da aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. "Queremos apoiar o consórcio de municípios para adotar soluções integradas que viabilizem os aterros em pequenas cidades", afirma Tavares.

Kátia Abreu defende reeleição de Dilma. Fernando Exman – Valor Econômico. 29/06/2012

Kátia a Dilma: "Quero agradecer a generosidade e a demonstração de desprendimento da presidenta Dilma ao abrir essa oportunidade de dar voz ao campo"

A cerimônia de anúncio do novo Plano de Safra consagrou ontem o movimento de aproximação em direção ao governo promovido pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Antes na linha de frente da oposição aos governos Luiz Inácio Lula da Silva, a parlamentar ocupou lugar de destaque ao lado de Dilma durante a solenidade. Fez um discurso repleto de elogios ao governo e chegou a demonstrar entusiasmo com a possibilidade de a presidente manter-se no poder depois de 2014.

Há alguns anos, era comum ver a senadora Kátia Abreu distribuindo críticas ao governo e cobrando melhores resultados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cuja gestão era justamente responsabilidade da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. No entanto, diante da vitória de Dilma na eleição presidencial de 2010 e da pressão de segmentos do meio rural por uma melhor interlocução com o Executivo, Kátia Abreu lançou mão de uma estratégia para construir uma ponte com o Palácio do Planalto.

"Quero agradecer a generosidade e a demonstração de desprendimento da presidenta Dilma ao abrir essa oportunidade de dar voz ao campo. É o reconhecimento ao papel do campo na economia nacional, superando preconceitos e incompreensões", discursou a

presidente da CNA durante a solenidade. "Neste momento, como representante dos produtores rurais, posso dizer que o governo brasileiro está fazendo bem a sua parte. Nós estamos obrigados a fazer a nossa: produzir mais para alimentar os brasileiros e para cooperar com o equilíbrio da economia nacional. A senhora está nos dando as condições para cooperar."

No ano passado, Kátia Abreu flertou com o PMDB antes de ajudar a fundar o PSD. Em seu esforço para se aproximar de Dilma, a senadora contou com a ajuda do vice-presidente Michel Temer. Em fevereiro de 2011, pouco tempo depois da posse da nova administração, Temer recebeu de Kátia Abreu um pedido para que intermediasse o contato entre as duas. A senadora falava como presidente da CNA, não mais como a líder da oposição que chegara a ser cotada para integrar a chapa liderada pelo PSDB na disputa presidencial. Como Dilma havia fixado a meta de acabar com a miséria do país, queria apresentar propostas para incluir pequenos produtores no agronegócio e sugestões de políticas para garantir a sustentabilidade dos preços no setor.

A articulação surtiu efeito. Kátia Abreu foi recebida por Dilma no Palácio do Planalto em agosto do ano passado. Em novembro, estimulada por petistas, a presidente compareceu ao evento em comemoração aos 60 anos da CNA. Lá, Kátia Abreu mobilizou produtores rurais para receber Dilma em clima de festa. A parlamentar teve outra audiência com a presidente em maio deste ano.

Segundo interlocutores das duas, Dilma reconheceu a eficiência e a capacidade que a senadora tem de estudar e se preparar para enfrentar debates. Decidiu dar espaço para tal aproximação depois de ler estudos da CNA sobre produtividade agrícola, extensão rural, a ascensão da classe média rural, proteção de margens de rios e uso da tecnologia para elevar a produtividade e preservar o meio ambiente.

Ontem, em seu discurso durante o lançamento do Plano Safra 2012/2013, Kátia Abreu elogiou os ministros da Agricultura, Casa Civil e Meio Ambiente, além dos programas do Executivo nas áreas da habitação, infraestrutura, qualificação profissional e do papel do Brasil na Rio+20. Afirmou que o plano cria um "novo paradigma" por conter mais verbas, juros menores e prever melhores seguros.

Antes de encerrar sua fala, a senadora entregou a Dilma o primeiro cartão por meio do qual os produtores rurais abastecerão a Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), programa desenvolvido pela CNA em parceria com o Ministério da Agricultura para unificar os sistemas de informação para rastrear o rebanho bovino nacional. "O cartão de número um é de Dilma Rousseff, que tem validade, por enquanto, até 2014", concluiu.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa